



**Objectivos Estratégicos e Recomendações
para um Plano de Acção de Educação e de
Formação para a Cidadania**



ÍNDICE

Momentos-Chave	7
-----------------------	----------

Prefácio	9
-----------------	----------

I Parte	
----------------	--

Introdução	12
-------------------	-----------

II Parte	
-----------------	--

Enquadramento e Fundamentação	13
--------------------------------------	-----------

1. A cidadania como conquista histórica
2. A cidadania na segunda metade do séc. XX
3. O debate sobre a cidadania em Portugal
4. A Cidadania Global

III Parte	
------------------	--

Objectivos Estratégicos e Recomendações	20
--	-----------

1. Promover uma cultura de responsabilidade individual e social
2. Articular a cultura da responsabilidade individual e social com o funcionamento em rede, designadamente através das novas tecnologias de informação
3. Incluir a Cidadania Global, como dimensão transversal e área específica, na oferta pública e privada de formação inicial e ao longo da vida
4. Oferecer a todas as alunas e a todos os alunos uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências através de uma adequada educação para os direitos e as responsabilidades numa perspectiva de Educação para e na Cidadania Global que:
 - I. contribua para o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências diversificadas de vida democrática;
 - II. as/os habilite a ser agentes activas/os da eliminação dos mecanismos sociais que constroem e reproduzem a desigualdade e as discriminações, bem como a valorizar as diversidades como fonte de enriquecimento humano;
 - III. lhes proponha uma progressiva tomada de consciência da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade, fomentando a participação, a co-responsabilidade e o compromisso na construção de um mundo mais justo, mais livre e mais solidário.
5. Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de Educação na e para a Cidadania Global



6. Garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros grupos de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania Global na escola, assegurando a criação, a adaptação, o desenvolvimento e a difusão de recursos e materiais didácticos para o efeito.
7. Estabelecer parcerias entre várias entidades públicas e privadas envolvendo a sociedade civil, de modo a conferir maior diversidade, qualidade e relevância às actividades de Educação para a Cidadania Global.

IV Parte

Concretização, Avaliação e Calendarização

36

V Parte

Anexos

37

I. Documentos e sítios de referência

38

Organizações Internacionais

ONU
UNESCO
OIT
OMS
FNUAP
UNIFEM
UNICEF
PNUD
OIM
Conselho da Europa
OIT
OCDE

União Europeia

Portugal

Normas Jurídicas

Bibliografia Basilar para Apoio a Docentes

Edições do Ministério da Educação
 Guiões Pedagógicos de Apoio à Educação para a Cidadania
 Outras edições do Ministério da Educação
Edições da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e da
Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
Edições diversas em Língua Portuguesa
Portais e sítios de Órgãos de Soberania, das Regiões Autónomas, da
Procuradoria-geral da República, do Provedor de Justiça, de serviços da
Administração Pública e de outras entidades
 Organizações não Governamentais convidadas a integrar o Fórum
 educação para a Cidadania

Outros Países

Bibliografia Basilar para Apoio a Docentes
Experiências Pedagógicas de Educação para a Cidadania

Portais e sítios diversos

Referências bibliográficas para aprofundamentos diversos

Bibliografia em língua portuguesa

Bibliografia em outras línguas

II. Objectivos e dimensões da Educação para a Cidadania	72
Global quer para os espaços curriculares não disciplinares, quer para as áreas curriculares	
III. Competências essenciais a desenvolver transversalmente no currículo Referencial pedagógico para o espaço curricular não disciplinar	73
IV. Formação Cívica – Lema, conteúdos e orientações metodológicas	76
V. Práticas de referência, Referenciais de sensibilização e formação e Materiais pedagógicos	82
Fichas modelo e fichas de exemplos para bases de dados relativas a:	

1 - Práticas de referência (Recomendação 27 do Objectivo Estratégico 3)

- “Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática”
- “Um Guia para o Mainstreaming de Género. Raparigas e rapazes nas associações juvenis” (com o apoio do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do III Quadro Comunitário de Apoio)
- “Parlamento dos Jovens”
- “Diálogo Social e Igualdade nas Empresas” (prática desenvolvida no âmbito do projecto com a mesma designação, ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL)
- “Caminhos de autonomia: Metodologias e estratégias para a criação e animação de espaços comunitários facilitadores da conciliação da vida familiar e do trabalho em espaço rural – Escola Aberta” (desenvolvida no âmbito do projecto “Iguais num rural diferente” ao abrigo da IC EQUAL)
- “Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural” (prática desenvolvida no âmbito do Projecto “Migrações e Desenvolvimento” apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL)
- “Melhorar a Coesão Social – Guia de boas Práticas para a Cidadania e o Relacionamento de Pessoas, Instituições e Comunidades Ciganas e não Ciganas” (prática desenvolvida no âmbito do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL)
- “Agência para a Vida Local”
- “PROMETRUR” (desenvolvida no âmbito do projecto “Potencializar Recursos, valorizar e qualificar pessoas e organizações”, ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL)

2- Referenciais de sensibilização e formação (Recomendação 27 do Objectivo Estratégico 3)

111

- “Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens” (desenvolvido no âmbito do Projecto DELFIM, ao abrigo da Iniciativa Comunitária ADAPT)
- “Para uma Cidadania Activa: A Igualdade de Homens e Mulheres” – Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as (Centro Nacional de Formação de Formadores – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com o apoio do Fundo Social Europeu)
- “Argumentário a favor da igualdade de género. Perceber e

saber do que falamos”

- “Educação sexual no 1º ciclo: guia para professores e formadores”
- “Educação sexual na escola: guia para professores, educadores e formadores”
- “Os afectos e a sexualidade na educação pré-escolar: um guia para educadores e formadores”
- “Prevenção de riscos associados ao comportamento sexual: gravidez não desejada, DST e SIDA”
- “Ser +: programa de desenvolvimento pessoal e social para crianças, jovens e adultos portadores de deficiência mental”
- “Combater a discriminação: manual de formação”
- “Involve me... I understand: peer education handbook on sexual and reproductive health and reproductive health and rights”
- “Referencial de Formação: Cidadania e Diversidade Cultural nas Práticas Profissionais” (desenvolvido no âmbito do Projecto “Migrações e Desenvolvimento” apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL)
- “Educar para a Diversidade: Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género”
- “Manual de Coordenadores de Grupos de Jovens LGBT”
- “Impostos: noções essenciais”

3 - Materiais pedagógicos (Recomendação 39 do Objectivo Estratégico 4)

142

- “DESPERTAR PARA A IGUALDADE: Mais Desporto na Escola”
- “A Narrativa na promoção da Igualdade de Género. Contributos para a educação pré-escolar”
- “Afinal o que é a Democracia Paritária?”
- “Educação Familiar: estratégias para a promoção da igualdade de género”
- “A minha sexualidade: até aos seis anos”
- “A minha sexualidade: dos 6 aos 9 anos”
- “A minha sexualidade: dos 6 anos 13 anos”
- “Jogo Lúdico-Pedagógico «Vamos Lá Famílias» (desenvolvido no âmbito do projecto CONVIDAS financiado pela IC EQUAL)”
- “Programa de Formação de Professores/as em Igualdade entre homens e Mulheres (concebido e realizado no âmbito do projecto Agir para a Igualdade, ao abrigo da IC EQUAL)”
- “Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens – filmes pedagógicos: Colecção 1 – Uma Família “Normal”; Colecção 2 – Igualdade de Género no Mercado de Trabalho” (desenvolvido no âmbito do Projecto DELFIM, ao abrigo da Iniciativa Comunitária ADAPT)
- “Materiais Pedagógicos de Apoio ao/a Formador/a – Conciliação entre a vida familiar/pessoal e a actividade profissional (desenvolvidos no âmbito do projecto CONVIDAS, ao abrigo da IC EQUAL)”
- “Notai – Notas para a Igualdade: Kit Lúdico-Pedagógico para agentes de educativos” (desenvolvido no âmbito do projecto EXITO ao abrigo da IC EQUAL) “Um convite a olhar e a



transformar o mundo”)

- Jogo de Cartas: Eu cresço
- “Kit Pedagógico Sem Fronteiras” (desenvolvido ao abrigo da IC EQUAL)
- “Tiago, Tiaguito: uma viagem pelo Comércio Justo”
- “Comércio Justo: uma alternativa”
- “Perguntas e Respostas Sobre Orientação Sexual e Identidade de Género”
- “TAX BEM! – o jogo da educação fiscal”
- “Era uma vez no Planeta do Respeito por Todos”

“Os pesadelos fiscais de Porfírio Zap”

VI. Instrumentos internacionais particularmente relevantes 187



Momentos-Chave

Diagnóstico:

Em Portugal, a qualidade da democracia e o desenvolvimento estão reféns da persistência de importantes défices de cidadania que passam pela fragilidade da cultura crítica, por várias formas de iliteracia e por apatia cívica.

Indicação terapêutica:

Educar e formar para a cidadania, na certeza de que a cidadania se aprende.

Procedimento:

Sete grandes Objectivos/Recomendações para um plano de acção calendarizado e de resultados avaliáveis. A saber:

1 - Promover uma cultura de responsabilidade individual e social

2 - Articular a cultura da responsabilidade individual e social com o funcionamento em rede, designadamente através das novas tecnologias de informação

3 - Incluir a Cidadania Global, como dimensão transversal e área específica, na oferta pública e privada de formação ao longo da vida

4 - Oferecer a todas as alunas e a todos os alunos uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências através de uma adequada educação para os direitos e as responsabilidades numa perspectiva de Educação para e na Cidadania Global.

5 - Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de Educação na e para a Cidadania Global

6 - Garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros grupos de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania Global na escola, assegurando a criação e o desenvolvimento de recursos e materiais didácticos para o efeito.

7 - Estabelecer parcerias entre várias entidades públicas e privadas envolvendo a sociedade civil, de modo a conferir maior diversidade, qualidade e relevância às actividades de Educação para a Cidadania Global”

Comentário:

A identificação de práticas de referência na educação e formação para a cidadania e as recomendações para um plano de acção para os docentes e para as escolas (com uma calendarização clara) são os dois grandes méritos deste documento. Mas, em meu entender, ele apresenta um mérito anterior, maior: o processo que conduziu à sua construção.



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Durante ano e meio, cerca de sessenta indivíduos participaram - em nome próprio e em representação das mais diversas organizações, públicas e privadas - em sucessivas reuniões/debates. A disponibilidade e o esforço que esta iniciativa exigiu a cada um deles é a primeira expressão da atitude cívica que aqui se procura promover. Depois, temos o investimento de tempo, de atenção e de paciência que se colocou na construção do consenso. Era importante que o documento resultante das sucessivas sessões de trabalho honrasse o ponto de vista fundamental de cada participante. Tanto quanto sei, tal foi conseguido - o que prova que a persecução do método democrático é laboriosa mas produtiva.

Tenho a convicção de que este aspecto, o do processo em que se deu o Fórum Educação para a Cidadania, é exemplar num tempo em que a desmobilização do interesse na coisa comum ameaça a consistência, para não dizer a existência, da noção de Comunidade. Naturalmente, estes “Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania” são um primeiro passo. O verbo “acção”, enunciado no título deste documento, é o que se exige agora. Mas, por todas estas razões, este primeiro passo é um bom passo: coloca a fasquia desta missão ao nível do que de melhor o humano foi capaz de inventar - agir para o bem comum, depois de ter sido livremente acordado entre todos do que falamos quando falamos de bem comum.

Paula Moura Pinheiro



Prefácio

1. Quando em Setembro de 2006 aceitei o convite que me foi formulado para presidir ao Fórum Educação para a Cidadania fi-lo na convicção de que se tratava de uma iniciativa que era assumida, por todos os que aceitaram integrar o Fórum, como um projecto destinado a contribuir para a resolução de uma questão central com que se debate a Sociedade Portuguesa.

Para quem acompanha a vida do país, para quem segue os progressos verificados nas últimas décadas nos mais diferentes sectores da actividade política, cultural, económica e social, mas também para quem tem a noção de que Portugal é uma sociedade cheia de contradições e de contrastes, onde o melhor vive lado a lado com o pior, onde sobretudo existe hoje um profundo afastamento dos cidadãos em relação à vida colectiva, e onde parece crescer, em particular junto dos mais jovens, um quase desprezo pela vida e pela actividade política, a criação de um Fórum da Educação para a Cidadania constituiu uma oportunidade única para debater questões que nos afectam e que condicionam de uma forma determinante o futuro de Portugal e das Portuguesas e dos Portugueses.

Este afastamento tem contornos muito marcados e traduz-se designadamente por uma certa forma de os cidadãos encararem o seu papel na Sociedade através da exigência e do exercício dos seus direitos individuais ou de grupo, mas demonstrando uma grande dificuldade em assumirem deveres e obrigações para com essa mesma Sociedade;

2. Mas a Cidadania não é apenas o conjunto de direitos e deveres que os cidadãos devem exercer e cumprir. O exercício da Cidadania é sobretudo um comportamento, uma atitude e uma certa forma de ser, de estar e de fazer, em que cada um encara os problemas da sociedade em que se insere com a mesma prioridade com que aborda as suas questões individuais, atendendo aos direitos dos outros e em particular no respeito pela diversidade e pelas diferenças que caracterizam as sociedades em que vivemos nesta primeira década do século XXI;

3. A actividade desenvolvida pelo Fórum ao longo deste último ano e meio foi, para mim e seguramente para os que mais se envolveram nos trabalhos que foram realizados, um verdadeiro exercício de cidadania que deu lugar a intensos debates e trocas de opiniões que tocaram as questões essenciais do exercício da cidadania e que permitiram encontrar algumas plataformas de entendimento que constituem a base conceptual em que assenta o documento que foi aprovado pelo Fórum e que agora é apresentado publicamente com o objectivo de divulgar as suas conclusões e recomendações;
4. Desde o início procurei sempre que o Fórum desenvolvesse a sua actividade sem quaisquer constrangimentos, sendo de referir que o mandato que me foi confiado pelas entidades que lançaram esta iniciativa, nomeadamente a Senhora Ministra da Educação, Maria de Lourdes Rodrigues e o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, não teve igualmente quaisquer termos de referência susceptíveis de condicionar a acção do Fórum. Ou seja, o Fórum foi inteiramente livre de definir os seus próprios objectivos e de estabelecer o esquema organizativo interno que melhor se adaptasse à sua constituição, à índole do trabalho e às disponibilidades dos seus membros já que estes, todos, deram o seu contributo de forma voluntária e sem qualquer retribuição ou contra partida;
5. Os trabalhos do Fórum iniciaram-se com uma sessão Plenária no dia 27 de Setembro de 2006 e prolongaram-se até à última sessão realizada no dia 18 de Março de 2008 na qual foi aprovado na generalidade o Documento constituído essencialmente pelas recomendações que são colocadas à consideração dos diferentes protagonistas envolvidos nas questões relativas à promoção de uma cidadania activa e responsável.
Ao longo deste período realizaram-se três Sessões Plenárias em 22 de Janeiro, 9 de Maio e 18 de Julho de 2007, respectivamente. A primeira foi dedicada a uma audição do Ex-Presidente da República Jorge Sampaio que se disponibilizou para fazer uma comunicação ao Fórum sobre o tema da Cidadania. A segunda foi considerada no âmbito das actividades do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” e centrou-se num debate em torno das discriminações de género, de idade, de deficiência, de orientação sexual e de etnia e a terceira foi dedicada a uma apresentação dos trabalhos



desenvolvidos pelos dois Núcleos criados pelos Fórum, respectivamente, o que abordou as “Grandes Questões da Cidadania” e o que analisou “A Problemática da Cidadania na Escola”;

6. Os dois Núcleos referidos reuniram diversas vezes ao longo da existência do Fórum (cinco encontros do Núcleo das Grandes Questões da Cidadania e quatro do Núcleo Problemática da Cidadania na Escola) tendo o trabalho sido desenvolvido de acordo com uma dinâmica própria definida pelos elementos de cada núcleo sendo as conclusões o resultado de uma troca de experiências diversificadas e de um análise aprofundada dos temas definidos para cada Núcleo,
7. Refira-se ainda que para dinamizar o debate foi criado um Site de acesso reservado aos membros do Fórum, que acabou contudo por não ter o impacto esperado, mas com o qual se pretendeu lançar uma discussão interactiva sobre as questões da cidadania.
O site tornou-se no entanto, um instrumento de grande utilidade para o trabalho desenvolvido pela Comissão de Redacção do Documento Final;
8. Não posso terminar este curto prefácio sem deixar de registar a honra e o privilégio que foi para mim presidir a este Fórum e igualmente expressar os meus maiores agradecimentos a todas e a todos os que participaram activamente nos trabalhos do Fórum. Gostaria, no entanto, de manifestar em particular o meu profundo reconhecimento ao Secretariado Técnico que coordenou todas a acção do Fórum e que foi constituído por Joana Horta, Joana Melo Antunes, Teresa Alvarez e Teresa Evaristo, e o meu agradecimento a Lúcia Amâncio e Idalina Conde, bem como a Zília Osório de Castro e Teresa Pinto, pelo trabalho que desenvolveram na elaboração deste documento e ainda a Maria do Céu Cunha Rego pela forma como coordenou exemplarmente a fase final dos contributos e da redacção do documento que agora é apresentado.

Lisboa, 28 de Abril de 2008

EDUARDO MARÇAL GRILO



I Parte

Introdução

O Fórum de Educação para a Cidadania resultou do convite dirigido pela Ministra da Educação e pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, no Outono de 2006, a um conjunto diversificado de pessoas e organizações para que, em resultado da sua reflexão e experiência em vários domínios, promovesse um debate sobre a Educação para a Cidadania e apresentasse um contributo para o trabalho de docentes e de escolas. Pretendia-se, designadamente, a identificação de práticas de referência e a apresentação de recomendações que ajudassem a concretizar um plano de acção capaz de permitir utilizar, de forma adequada, as áreas curriculares não disciplinares e, em particular, a Área de Projecto e a Formação Cívica, e de propiciar o desenvolvimento de projectos transversais nos espaços disciplinares.

Tendo em conta a pluralidade de participantes e a necessidade de situar os objectivos num contexto alargado e coerente mas também, tanto quanto possível, aprofundado e pragmático, os debates organizaram-se em torno de dois núcleos - as grandes questões da cidadania e a problemática da cidadania na escola.

O contributo que a seguir se apresenta sintetiza e integra os debates do Fórum, e, à luz do mandato que lhe foi confiado, enquadra e sistematiza em medidas de política e de intervenção social, a desenvolver por vários agentes a nível institucional, profissional e pessoal, o que se considerou serem os objectivos estratégicos da Educação para a Cidadania. Assim, o documento contextualiza e fundamenta o que depois recomenda, remetendo, em alguns casos, para anexos a concretização, a exemplificação ou o detalhe.



II Parte

Enquadramento e Fundamentação

1 - A cidadania como conquista histórica

A cidadania é uma das concepções fundantes da contemporaneidade política. Reconhecê-lo implica recordar o significado da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, assim como a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de 1791. Uma e outra definem, em si mesmo, o ser humano como sujeito de direitos e apresentam-no no quadro das suas relações recíprocas. Daqui que a concepção de indivíduo singular se conjugue com a de ser sociável, já que a relação com os outros se apresenta como uma componente indiscutível da sua realidade. De facto, esta última reflecte e actualiza as potencialidades contidas nos enunciados dos direitos, esses sim, essenciais da natureza humana. Isto significa que se considera que são os direitos essenciais dos seres humanos que enformam e presidem a todas as relações sociais.

Considerando que estas têm a sua expressão mais acabada, enquanto forma de convivência, na noção de cidade (polis), na dos seus membros – os cidadãos e as cidadãs – e no seu modo de estar – a cidadania – concretizam no tempo e no lugar os predicados essenciais dos mesmos seres humanos, entendidos como tais. E concretizam-nos enquanto membros de uma comunidade inter-relacional – a sociedade civil – e enquanto participantes de uma comunidade estruturada em termos de poder – a sociedade política, o Estado. Ou seja, os cidadãos e as cidadãs são simultaneamente membros da comunidade civil e da comunidade política, e a cidadania reconhece-se como expressão desta dupla participação. Consequentemente, as noções de cidadão/cidadã e de cidadania expressam na sociedade os direitos essenciais do ser humano.

No topo destes direitos estiveram desde sempre a liberdade e a igualdade. Mais tarde, seguiu-se-lhes a vida. Aceites na sua essencialidade, primavam pelo seu carácter abstracto e universal. Pela aceitação e concretização tornaram-se fundamentais para identificar toda a acção humana entendida como tal. Isto significa que a sua essencialidade, por definição a-temporal e a-topológica, se particularizou, sem se anular, no tempo e em situações concretas, ou seja, entrou na História, com o que de transfinito isso significa. E, assim, por exemplo, a liberdade dos seres humanos consubstancia-se na liberdade dos cidadãos e das cidadãs como possibilidade de participação política, assim como a sua igualdade ultrapassa os limites jurídicos da igualdade perante a lei, para se situar no campo da igualdade de oportunidades dos nossos dias, mediante um percurso de longa duração, com incidências e contornos diversos e em contínua mutação.

Deste modo, a cidadania sendo a capacidade universal de agir civil e politicamente em liberdade, na plenitude do seu significado, torna-se numa conquista que os seres humanos realizam no tempo histórico. E, que, ao mesmo tempo, adquire o sentido de uma libertação. Libertação de tudo o que política e socialmente contrarie a afirmação



da dignidade de cada pessoa cidadã considerada como sujeito de direitos, e da sociedade considerada como expressão colectiva de direitos idênticos, no ponto em apreço, do direito à liberdade. Ora, se todas as pessoas e sociedades têm direito à liberdade ou às liberdades como condição de dignidade ou de identidade, todas partilham da igualdade decorrente dessa liberdade. Isto é, o sentido de libertação igualiza-as e une-as como objectivo último da vida que se vive. Ao mesmo tempo, responsabiliza-as de forma igual, individual e colectivamente, pela conquista dessa liberdade. Daqui que a cidadania implique libertação e responsabilização historicamente conquistadas. Uma e outra afirmam-se em contextos concretos, em face dos quais se vai redefinindo a prática dos direitos universais, ou seja, a prática da cidadania.

A cidadania, na sua prática, implica, de cada indivíduo e do mundo que o rodeia, uma tomada de consciência em contínua evolução, como se referiu, porque se realiza na História. Ou seja, acompanha as mudanças da temporalidade. É aqui que a educação assume um papel insubstituível na formação das cidadãs e dos cidadãos e no progresso da cidadania. Educar para a cidadania implica a educação dos cidadãos e das cidadãs para os direitos humanos universais, tendo em conta a noção concreta do tempo e do lugar em que se vive, e um apelo de perene consciencialização e responsabilização relativas também aos deveres de cidadania.

Assim, para a definição dos contextos concretos contribuem factores diversos de ordem filosófica, económica e política, como a concepção dominante de cidadania¹ - a cidadania como participação política na concepção cívico – republicana ou a cidadania baseada nos direitos dos indivíduos na concepção sócio - liberal, o nível de desenvolvimento das sociedades que está ligado à consciência e à capacidade de agir e as formas de organização do Estado e da sociedade.

2 – A cidadania na segunda metade do Séc. XX

Os movimentos sociais que ocorreram na segunda metade do século XX, sobretudo nos países envolvidos na II Guerra Mundial, onde se incluem as aspirações de independência dos povos colonizados, vieram questionar a concepção formal da cidadania baseada nos direitos consagrados na lei e mostrar as limitações que lhe são impostas por processos sociais de exclusão, tanto por parte do Estado, (a relação colonial é sem dúvida o melhor exemplo, mas vale a pena lembrar que até 1972 as mulheres e os afro – americanos estavam impedidos de participar em júris de tribunais em 3 Estados americanos devido à sua alegada excessiva emotividade), como de outras instituições (a revolta estudantil de Maio de 68 inicia-se pela contestação dos estudantes a normas impostas pelas universidades, nomeadamente ao nível da segregação entre os sexos).

Assistiu-se nessa altura à emergência de novos valores como o da justiça baseada na equidade, partindo do reconhecimento de que a aplicação do princípio da igualdade a condições marcadas pela assimetria contribui para a reprodução das desigualdades sociais, em vez de as atenuar. Deste alargamento da noção de justiça nasceram novas normas de que o exemplo mais emblemático são as acções positivas, criadas

¹ Com base na proposta de Conceição Nogueira e Isabel Silva (2001) *Cidadania. Construção de Novas Práticas em Contexto Educativo*, Porto: Edições Asa



pela primeira vez, nos EUA, em 1965 e destinadas a compensar a comunidade afro – americana de uma longa história de privação de direitos e oportunidades. A abertura do mundo académico a estas transformações sociais deu um novo impulso ao pensamento crítico, criou novos objectos de estudo, derrubou tabus como o da sexualidade e da esfera privada e representou uma mudança significativa nos modos de ser e fazer das instituições de investigação e ensino das ciências sociais e humanas². De mera abstracção, a cidadania passou a um processo participado pelos actores sociais que contribuem com a sua reflexão, acção e voz colectivas para o debate público sobre as formas que ela pode tomar, criando assim uma sociedade civil visível e participada. A cidadania deixou de ser algo que se espera que aconteça, para passar a ser algo que se faz acontecer.

Neste processo de tomada da palavra da sociedade civil sobre a cidadania, o contexto sócio - cultural contribuiu para evoluções e formatos diferentes. Ainda recentemente, face à revolta que eclodiu nos subúrbios de Paris, os meios de comunicação anglo – saxónicos criticavam asperamente o modelo francês de integração das minorias culturais que apaga as especificidades e diferenças das diversas comunidades, debaixo do conceito republicano, considerado hegemónico por alguns, de cidadania universal. Mas os atentados ocorridos posteriormente no Reino – Unido levaram, por sua vez, a uma reflexão sobre o modelo liberal inglês assente, pelo contrário, no reconhecimento das comunidades particulares. Se é verdade que este exemplo levou à constatação das limitações de qualquer dos modelos, ele também sublinha o carácter inacabado e dinâmico da cidadania que nos convida a uma permanente reflexão e interpela a nossa disposição para a mudança.

3 – O debate sobre a cidadania em Portugal

O debate sobre a cidadania, em Portugal, conheceu várias fases que reflectem decerto as especificidades históricas do desenvolvimento da democracia. O longo período de ditadura gerou uma expectativa de direitos cívicos e políticos, necessariamente orientada para a mudança de regime que obrigou a um esforço de concentração na implementação das estruturas democráticas, do sistema partidário e na consagração dos direitos fundamentais. A passagem dos princípios definidos no texto constitucional para o enquadramento jurídico, ou a simples tomada de consciência de alguns direitos, foram processos muito mais lentos e que, em alguns casos, beneficiaram fortemente do impulso trazido pela adesão à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia. Nas dificuldades deste processo de alargamento e apropriação da democracia fizeram-se sentir os efeitos mais fundos da ditadura, no seu projecto de controlo ideológico do pensamento colectivo, regulação dos comportamentos e impedimento do acesso à informação e aos instrumentos cognitivos de compreensão do mundo, através da educação e da ciência.

Construído o sistema democrático, ao nível institucional e formal, a cidadania permanece mais uma dádiva do sistema, do que uma conquista da sociedade civil de que as pessoas se tivessem apropriado e integrado no seu quotidiano, ao mesmo tempo que o reconhecimento da diversidade das condições, dos olhares e dos

² Veja-se a este propósito a história do desenvolvimento de novas disciplinas e áreas transversais de conhecimento na obra da Comissão Calouste Gulbenkian (1996) *Para Abrir as Ciências Sociais*, relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais, Lisboa: Publicações Europa - América

conhecimentos tem demorado. Talvez por isso se fale ainda hoje, em Portugal, de uma cidadania passiva, assente em direitos adquiridos, mas limitada em deveres e responsabilidades, estranha à ideia de diversidade, receosa do conflito e avessa à controvérsia. Uma cidadania passiva que também se reflecte nas dificuldades de afirmação generalizada da “cidadania fiscal e contributiva”, que, por um lado, é indispensável à organização e ao funcionamento do Estado de direito democrático - que tem por tarefa garantir os direitos e liberdades fundamentais e promover a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais - e que, por outro lado, implica para cada pessoa o dever de contribuir para a comunidade que integra e o direito de exigir a contribuição dos outros membros dessa comunidade. Uma cidadania que se exprime mais facilmente no seio de organizações hierarquizadas, como os partidos, os sindicatos ou a igreja, do que fora delas – vejam-se as dificuldades de implantação e afirmação das organizações não governamentais, onde a afirmação da autonomia se faz mais pelo desvio à norma do que pela razão do argumento e que permanece contraditória nas práticas públicas e privadas. Tornar o significado da cidadania mais concreto e relevante para a vida das pessoas é sem dúvida o desafio que se coloca actualmente e a condição necessária para uma maior participação democrática, responsável e autónoma.

Daí que esta seja, hoje, uma área tão crucial - urgente e abrangente. Com efeito, a persistência de défices de cidadania na sociedade portuguesa - cidadanias passiva, dependente ou limitada que denunciam desigualdade e discriminações, fragilidade da cultura crítica, várias formas de iliteracia ou de apatia cívica - atingem a qualidade da democracia e do desenvolvimento. É, com efeito, patente a fragilidade na apropriação individual e colectiva de alguns valores e atitudes que configuram a vivência democrática, sendo igualmente evidentes os constrangimentos e lacunas que se verificam nos diversos contextos sociais, incluindo as instituições educativas, e a insuficiente generalização das práticas de cidadania, o que também demonstra os resultados ainda limitados da escola e reforça a sua responsabilidade. Mesmo reconhecendo as aquisições (jurídicas, políticas, económicas, sociais, culturais) da nossa história recente, são ainda as de uma modernidade tardia e inacabada que justificam a preocupação com limitações ao projecto de uma sociedade mais justa e solidária, igualitária e pluralista, esclarecida e emancipada. Por outro lado, a urgência da educação para a cidadania surge de desafios, com novas possibilidades e problemas, trazidos via globalização, recursos tecnológicos e paradigmas da informação/conhecimento e comunicação/mediatização que reestruturam profundamente as sociedades contemporâneas. Os impactos na cidadania, modos de a conceber, alargar e exercer passam por mudanças na governação e regulação, sociedade civil e movimentos sociais, literacia e reflexividade, culturas e identidades.

4 – A Cidadania Global

Consequentemente, este cenário abrangente requer um entendimento amplo da cidadania e dos seus cruzamentos com a educação. Identifica na escola um protagonismo institucional e pedagógico essencial, mas interpela transversalmente a sociedade portuguesa. Com essa perspectiva podemos particularizar sectores por problemas ou exemplos de cidadania (como alguns abordados no Fórum: empresas e economia, política, justiça, segurança, saúde, media, ambiente, fiscalidade, património, etc.), mas reconhecendo que o mais importante é escrutinar pelos eixos motores da assimetria na construção do género e das discriminações ancoradas em



categorias de pertença, como sexo, idade, estatuto na família, estado civil, origem social, classe, orientação sexual, identidade de género, país de origem, plurinacionalidade, cultura, religião, identidades minoritárias, comunidades culturais, situação de deficiência, tendo presente a transversalidade das relações de poder que estruturam as relações interpessoais, grupais e sociais, nos mais diversos contextos tanto a nível local como global. Importa, sobretudo, mobilizar um conceito extensivo de cidadania que abranja as esferas pessoal e profissional, privada e pública, a participação política e institucional e o quotidiano, na perspectiva da democracia, do desenvolvimento humano, da mobilidade, da co-responsabilidade e da intersolidariedade do espaço planetário.

Esse conceito de cidadania global, um dos mais partilhados pelo Fórum, preenche o vínculo dos indivíduos com a comunidade não apenas pela definição jurídica de direitos e deveres, mas de efectiva partilha de responsabilidade e acção. Pressupõe o horizonte de uma cultura humanista e valores fundamentais para a individualidade e a sua experiência em comunidade. É global, mas inseparavelmente plural porque esta comunidade remete para múltiplas pertenças e identidades. E é também pluridimensional em dois sentidos: o de implicar dimensões cognitivas, éticas e relacionais que a educação para a cidadania deve incluir nas suas agendas programáticas e reflexivas, e o de reunir a definição em três registos. A cidadania como condição (da autonomia individual, da igualdade de oportunidades, de justiça social e da vivência, ou melhor, da convivência democrática geradora de coesão social num quadro de interdependência), como cultura (integradora daqueles valores) e como competência (que requer aprendizagens e conhecimentos). Uma competência-chave, transversal, particularmente importante no plano da cidadania como acção e que condensa o sentido performativo da cidadania. Uma competência que não se decreta mas se aprende exercendo-se.

Importa, assim, desenvolver não apenas a educação, mas também a formação para o exercício da cidadania global considerando numa dupla perspectiva. Por um lado, o elemento essencial da sociedade e o centro, quer do processo educativo quer do processo formativo, é um ser humano livre, responsável, autónomo, solidário, sujeito de direitos, respeitador das outras pessoas e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, com um espírito crítico, democrático, pluralista, criativo e interventivo face à sociedade. Por outro lado, que nem a educação nem a formação são neutras, sendo através delas que as pessoas adquirem os conhecimentos, os instrumentos e as competências que as habilitam a ter posicionamentos esclarecidos e críticos relativamente às questões do mundo de hoje. Neste quadro e também devido ao impacto das novas tecnologias, quer na comunidade escolar, quer na sociedade em geral, importa repensar o funcionamento das instituições e sobretudo a inter-relação entre todos os seus agentes, nomeadamente na escola e nos locais de trabalho, o que implica repensar as estratégias de educação e de formação para a cidadania global visando também a melhoria da qualidade dos relacionamentos sociais e das práticas profissionais, e o reforço da capacidade de inovação social. Acresce que a reflexão sobre as questões éticas suscitadas pelo progresso da Ciência não é mais pertença de um grupo específico, mas exige a partilha de saber e a sua interligação com os valores partilhados por uma sociedade.

Propõe-se uma educação e uma formação transformadoras e comprometidas com os valores da igualdade, da democracia, da justiça social e económica, baseadas em processos activos, participativos, de diálogo, de construção de projectos comuns e de democracia como prática vivenciada.

No que respeita à escola, há também que ter presente:

- i) A necessidade de a educação para e na cidadania integrar temáticas, não só transversais a todas as áreas curriculares disciplinares, mas também inseridas nas áreas curriculares não disciplinares como a Formação Cívica e a Área de Projecto;
- ii) A contradição do currículo expresso com o currículo oculto e o modo como este actua nos diversos espaços da escola (formais - como a sala de aula – ou informais – como as zonas afectas aos tempos livres) nos quais se constroem as relações entre os indivíduos e entre estes e alguns dos seus grupos de pertença, espaços que são centrais para se aprender a estar, agir e interagir com as outras pessoas, incorporando a diversidade como elemento constitutivo da realidade humana e a igualdade como eixo estruturante das relações sociais e interpessoais, e em que têm um papel determinante a multiplicidade de culturas, de identidades e de estilos de vida que atravessam a comunidade educativa;
- iii) Os limites que a experiência tem revelado relativamente a conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos na área curricular não disciplinar Formação Cívica, que não propiciam aprendizagens adequadas e eficientes, a que acresce a não afectação da mesma área curricular a grupo disciplinar específico, o que não cria condições para reflexão colegial e confere às iniciativas carácter avulso;
- iv) A variedade das abordagens, a depender de factores aleatórios, como as opções dos órgãos de gestão pedagógica da escola ou o perfil da/o docente envolvida/o, em função da respectiva formação, motivação, convicções individuais e investimento pessoal;
- v) O facto de por diversas razões, algumas de natureza estrutural, o principal défice de cidadania se revelar frequentemente nos comportamentos das pessoas adultas, o que torna imprescindível a formação de diversos agentes educativos e em especial de docentes e de pessoal não docente, e exige a revisão dos moldes em que a respectiva formação inicial e contínua se tem processado;
- vi) O carácter fundamental da motivação de alunos e alunas – enquanto sujeitos de direito com opinião, a ter adequadamente em conta na linha do preconizado pela Convenção dos Direitos da Criança - já que, por um lado, têm dificuldade em aceitar disciplinas sem avaliação quantitativa, dada a perspectiva do ressarcimento, e, por outro lado, não compreendem a importância da cidadania quando em muitas situações parece corresponder mais a um conceito sem correspondência na vida prática do que a uma exigência individual e colectiva de responsabilidade e dever.

Acresce:

- a) O facto de o jardim-de-infância ser, por excelência, um espaço de vivência de cidadania e de a faixa etária até aos 6 anos ser aquela em que se formam e se consolidam os preconceitos e estereótipos socialmente dominantes, nomeadamente os de género;
- b) A indispensabilidade de criar condições para que, no Ensino Básico e no Ensino Secundário, alunas e alunos sejam capazes de mobilizar saberes e competências culturais, linguísticas, comportamentais, sociais, científicas e tecnológicas para compreender e analisar a realidade, designadamente através do estabelecimento de conexões



entre as dimensões pública e privada, local e global, bem como para abordar situações e problemas do quotidiano, incluindo a nível mundial, a partir do conhecimento e da compreensão, quer das relações de poder, quer das interdependências em que vivemos, para realizar actividades de forma autónoma, responsável, criativa e inovadora, e para cooperar com outras pessoas em tarefas comuns;

- c) O facto de, no Ensino Superior, ser fundamental dotar alunos e alunas de capacidade de iniciativa, inovação, investigação e concretização, aliando a profissionalização à consciencialização da importância de um desenvolvimento sustentável, consolidando um pensamento estruturante e uma atitude pró-activa relativamente à prática da cidadania, tanto na esfera pública como na esfera privada.



III Parte

Objectivos Estratégicos e Recomendações

O Fórum Educação para a Cidadania,

Face ao que antecede,

Tendo presente os instrumentos, compromissos, documentos e trabalhos pertinentes sobre a matéria desenvolvidos designadamente no âmbito das Nações Unidas e das suas Agências, Programas e Fundos – para a Educação, Ciência e Cultura: UNESCO, para o Trabalho: OIT, para a Saúde: OMS, para a População: FNUAP, para as Mulheres: UNIFEM, para as Crianças: UNICEF, para o Desenvolvimento: PNUD, - da Organização Internacional das Migrações: OIM, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos: OCDE, do Conselho da Europa e da União Europeia, bem como em Portugal e no estrangeiro, e de que se referenciam os mais relevantes no Anexo I,

Recordando que em 2008 se celebram os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural e os 30 anos da revisão do Código Civil, que concretizou em Portugal a igual cidadania de homens e mulheres na esfera privada;

Consciente de que a responsabilidade no domínio da cidadania se reparte, ainda que com diversos níveis e graus de responsabilidade, por vários/as destinatários/as e de que importa dar visibilidade a todos e a todas de modo a que a sociedade inteira se sinta implicada na melhoria de condições para a concretização deste pressuposto democrático;

Procurando não só colmatar um atraso mas sobretudo dar um sinal de modernidade num quadro de convivência democrática e assinalar um momento histórico de interpelação profunda da sociedade portuguesa;

No respeito pelas liberdades, competências e responsabilidades das pessoas, entidades e instituições destinatárias, em conformidade com a Constituição da República Portuguesa,

Considerou como objectivos estratégicos de um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania os seguintes:

1 – Promover uma cultura de responsabilidade individual e social

2 - Articular a cultura da responsabilidade individual e social com o funcionamento em rede, designadamente através das novas tecnologias de informação



3 - Incluir a Cidadania Global, como dimensão transversal e área específica, na oferta pública e privada de formação inicial e ao longo da vida

4 - Oferecer a todas as alunas e a todos os alunos uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências através de uma adequada educação para os direitos e as responsabilidades numa perspectiva de Educação para e na Cidadania Global que:

- I. contribua para o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências diversificadas de vida democrática;
- II. as/os habilite a ser agentes activas/os da eliminação dos mecanismos sociais que constroem e reproduzem a desigualdade e as discriminações, bem como a valorizar as diversidades como fonte de enriquecimento humano;
- III. lhes proponha uma progressiva tomada de consciência da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade, fomentando a participação, a co-responsabilidade e o compromisso na construção de um mundo mais justo, mais livre e mais solidário.

5 - Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de Educação na e para a Cidadania Global

6 - Garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros grupos de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania Global na escola, assegurando a criação, a adaptação, o desenvolvimento e a difusão de recursos e materiais didácticos para o efeito.

7 - Estabelecer parcerias entre várias entidades públicas e privadas envolvendo a sociedade civil, de modo a conferir maior diversidade, qualidade e relevância às actividades de Educação para a Cidadania Global

Para que tais objectivos sejam atingidos, o Fórum, em função das respectivas competências e dos níveis e graus de responsabilidade pertinentes, recomenda designadamente,

aos Órgãos de Soberania,
aos Órgãos de Governo Regional,
aos Órgãos de Poder Local,
ao Provedor de Justiça e aos seus serviços,
ao Conselho Económico e Social,
às autoridades educativas,
às instituições educativas e académicas, públicas, privadas e do sector cooperativo,
aos órgãos de gestão pedagógica,
aos conselhos de escolas,
à comunidade educativa, particularmente encarregados/as de educação e associações de pais,



aos estabelecimentos de ensino superior, em especial aos respectivos conselhos científicos,
ao Conselho Nacional de Educação,
aos Conselhos Municipais de Educação,
aos centros de estudos e de investigação,
às entidades, públicas e privadas, promotoras, conceptoras, financiadoras e gestoras de formação,
às entidades, públicas e privadas, promotoras e financiadoras de investigação,
aos serviços da Administração Pública e às entidades, empresas e organizações suas fornecedoras de bens e serviços,
às forças e serviços de segurança,
às entidades reguladoras, estruturas de segurança e inspecções em qualquer domínio,
às instituições públicas e privadas,
aos partidos políticos,
às empresas em geral, qualquer que seja a sua forma jurídica, e às empresas com participação pública em particular,
às associações profissionais em geral,
às associações profissionais de docentes de todos os níveis de ensino, em função das respectivas atribuições e responsabilidades legais, institucionais e sociais,
às associações empresariais,
às associações sindicais,
aos/às negociadores/as da contratação colectiva;
aos Parceiros Sociais,
às ONG, às associações e fundações em Portugal, e, no estrangeiro, às que trabalhem com pessoas de origem portuguesa,
às instituições de utilidade pública,
às Instituições Particulares de Solidariedade Social,
aos órgãos e às empresas de comunicação social, em especial ao serviço público de rádio e televisão,
às empresas de publicidade e de marketing,
às estruturas responsáveis pela formação de docentes de todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino superior,
às estruturas responsáveis pela formação de magistrados/as, advogados/as e quaisquer operadores/as do sistema de justiça,
às estruturas responsáveis pela formação de forças de segurança,
às estruturas responsáveis pela formação de jornalistas,
às igrejas e outras comunidades religiosas, e, quando existam, às respectivas hierarquias e organizações, em especial às que exercem actividade no domínio educativo e formativo, no quadro das garantias constitucionais,
às e aos profissionais de educação, particularmente docentes,
aos formadores e às formadoras,
aos magistrados e às magistradas, aos advogados e às advogadas e a quaisquer operadores/as do sistema de justiça,
às e aos jornalistas,
aos criativos, às criativas e outros profissionais na área da publicidade e do marketing
aos gestores e às gestoras de empresas e dirigentes de serviços públicos ou que prestam serviço público ou de quaisquer organizações,
aos trabalhadores e às trabalhadoras por conta de outrem, em geral,
aos/às prestadores/as de serviços,
às pessoas que exercem actividade em regime de voluntariado,
às cidadãs e aos cidadãos que residem em Portugal independentemente da sua nacionalidade,



às cidadãs e aos cidadãos de origem portuguesa que residem no estrangeiro, a adopção das seguintes medidas:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1:

Promover uma cultura de responsabilidade individual e social

1. Promover a generalização de uma cultura de autonomia individual e do cuidado susceptível de assegurar a homens e a mulheres em igualdade, a liberdade de escolha de profissão, a liberdade de constituir família, a capacidade de participar com trabalho não pago nas responsabilidades e encargos da vida familiar, a conciliação entre a vida profissional e familiar incluindo a perspectiva intergeracional, e a participação cívica e política.
2. Promover o desenvolvimento de capacidades e competências nos indivíduos para exercerem activamente a cidadania da esfera privada e a cidadania da esfera pública, incluindo, a título de acções positivas, o reforço e a adequação das aprendizagens necessárias a colmatar lacunas decorrentes da atribuição tradicional de papéis de género.
3. Promover, com utilização de metodologias e recursos apropriados aos diversos públicos, incluindo comunidades culturais minoritárias, a literacia política, económica, cultural, intercultural, digital e jurídica em particular no domínio dos direitos humanos – a nível nacional, internacional e comunitário - encorajando designadamente, o seu exercício, a exigência da sua efectividade, da sua actualização e do seu aperfeiçoamento, a dimensão contratual da cidadania, a responsabilidade adicional que a pertença religiosa poderá conferir à concretização dos direitos humanos e da cidadania global, o aprofundamento da noção de comunidade, a mobilização e a acção para o bem comum com recusa de factores inibitórios, e a disponibilização para as mudanças que concretizem a cidadania democrática.
4. Desenvolver o entendimento da tributação como factor-chave da coesão social e pilar económico da existência e manutenção do Estado de direito democrático, no pressuposto de que só é possível exercer liberdades e direitos, satisfazer necessidades e obter benefícios colectivos que impliquem a intervenção do Estado, através da solidariedade fiscal e contributiva.
5. Encorajar as pessoas adultas, a qualquer título responsáveis pelos processos de educação de jovens:
 - a reexaminar algumas “certezas”, sobretudo quanto aos “objectivos e projectos de vida” - do enriquecimento ao primado da economia;
 - a acompanhar e a ensinar, com o exemplo, crianças e adolescentes a desenvolver-se através do trabalho e do esforço próprios e a respeitar os de terceiros;
 - a seguir mais de perto as suas educandas e os seus educandos motivando-as/os para a importância e a satisfação de contribuir para o bem comum;
 - a orientar adequadamente a generosidade própria da juventude para a partilha e para a solidariedade.

6. Traduzir, se necessário, e editar colectâneas de instrumentos internacionais particularmente relevantes no domínio da cidadania, incluindo os que vinculam Portugal - designadamente os constantes do Anexo VI – adaptadas aos diversos públicos, quer como textos de apoio aos vários níveis de ensino, quer como suporte informativo básico para o empoderamento individual e colectivo das várias gerações, grupos de pertença e comunidades culturais, também numa perspectiva de desenvolvimento.
7. Elaborar e editar uma publicação sobre Cidadania Global que sirva de referência tanto para a continuação do debate lançado pelo Fórum Educação para a Cidadania, como para o ensino e a formação nesta área.
8. Promover a consciência crítica na utilização de novas ferramentas de participação e de intervenção responsável, face aos princípios e aos objectivos da Cidadania Global para a organização social.
9. Encorajar os órgãos de comunicação social a divulgar a opinião de pessoas que habitualmente não fazem ouvir a sua voz através deles.
10. Promover, nos diversos contextos sócio-culturais e tendo em conta os benefícios da diversidade de intervenientes, debates e tertúlias sobre questões de cidadania, utilizando também esta metodologia para concretizar e desenvolver o exercício da participação cidadã.
11. Promover debates entre pessoas e grupos com realidades culturais diversificadas na sociedade portuguesa e junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, para aprofundar o conhecimento e a compreensão recíprocos e melhorar a aprendizagem intercultural como competência indispensável à qualidade de vida numa sociedade cosmopolita.
12. Divulgar, em especial nos diversos locais onde se presta serviço público, o elenco de direitos e deveres fundamentais, bem como os instrumentos que os reconhecem e os modos como se podem exercer e tornar conhecidos para melhorar a participação na vida pública, com particular incidência nos que promovem a eliminação de todas as causas de discriminação – designadamente, em função do nascimento, da idade, da condição social, do país de origem, da comunidade cultural, da religião, da situação de deficiência, da orientação sexual, da identidade de género - tendo em conta os seus efeitos nas mulheres e nos homens, bem como os códigos de conduta dos serviços públicos e dos seus agentes.
13. Valorizar e promover a reflexão e o debate sobre novas formas de intervenção social e de participação política que não se esgotem nos partidos, desenvolvendo o conhecimento e a acção, designadamente para o desenho e o redesenho dos sistemas eleitorais e do referendo e para incentivar uma maior participação das pessoas nos processos de decisão cívica e política, incluindo a associativa, a cooperativa e a legislativa.
14. Promover o debate sobre a eventualidade de criação de um serviço cívico, em alternativa a outras opções de trabalho voluntário, traduzindo a ideia fundamental de que, no “contrato de cidadania”, também há deveres e responsabilidades a assumir individualmente, e consistindo, por hipótese, na

prestação gratuita de serviços para o bem comum, a realizar durante um período total de 3 meses, de modo seguido ou interpolado, sob a forma de créditos e módulos, em condições de paridade por cada cidadão e cidadã jovem entre os 16 e os 22 anos e em área da sua escolha desde que de interesse colectivo e de encorajamento à solidariedade humana.

15. Valorizar e distinguir boas práticas no domínio da Cidadania Global através da atribuição de prémios, tendo designadamente em conta a pedagogia democrática que subjaz à diversificação quer das práticas quer dos cidadãos e cidadãs que através delas se vejam reconhecidos/as.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

Articular a cultura da responsabilidade individual e social com o funcionamento em rede, designadamente através das novas tecnologias de informação

16. Criar condições para o aprofundamento do diálogo entre várias ONG interessadas, em Portugal e no estrangeiro, com incidência nos países onde residam nacionais ou pessoas de origem portuguesa e nos países de Língua Portuguesa, mas também em países de origem de imigrantes em Portugal, na procura de plataformas comuns de interesses e acções, contribuindo para uma maior visibilidade e voz pública dos movimentos e associações da sociedade civil.
17. Valorizar o convívio, a solidariedade e o associativismo, desenvolvendo o sentido de pertença múltipla, o olhar construtivo sobre a realidade, o debate de ideias, a intervenção cívica, a capacidade de auto-motivação, o estímulo à liderança, ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação social, designadamente através de parcerias que envolvam autarquias, associações profissionais, sindicais e empresariais, organizações não governamentais, equipamentos culturais (centros, bibliotecas, teatros) e outras entidades interessadas.
18. Encorajar de modo específico e através de instrumentos adaptados, o exercício da Cidadania Global nos espaços rurais e de interioridade geográfica, tendo em conta – designadamente para efeitos de comunicação, informação e divulgação - os problemas de isolamento, de envelhecimento, de desertificação, de acessibilidade e de limitação de oportunidades.
19. Promover o desenvolvimento de um amplo processo de apropriação individual e social das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação e na aprendizagem ao longo da vida de modo a reforçar o empoderamento das pessoas e das suas organizações e a potenciar os processos de funcionamento em rede.
20. Promover iniciativas que visem aplicar as TIC como instrumento de aprendizagem, exercício, participação, promoção e vivência da cidadania global.



Objectivo Estratégico 3

Incluir a Cidadania Global, como dimensão transversal e área específica, na oferta pública e privada de formação inicial e ao longo da vida

21. Desenvolver referenciais de formação e de formação de formadores/as para a Cidadania Global, em contextos formais e não formais, com metodologias apropriadas a formação presencial, a distância e mista, visando a apropriação de princípios, conhecimentos, competências e práticas pessoais e profissionais que proporcionem o desenvolvimento da criatividade, da reflexão crítica, das capacidades para o debate, a negociação, o diálogo intercultural e a inovação social, bem como da vontade de aprender, de participar e de agir a nível civil, social e político, individual e colectivamente.
22. Prever financiamentos públicos e privados para a formação, incluindo a formação de formadores/as, que garantam a concretização de oferta formativa na área da Cidadania Global com aplicação dos referenciais indicados no ponto anterior.
23. Integrar a Cidadania Global como temática obrigatória na formação contínua quer de dirigentes, funcionários/as e agentes da Administração Pública a nível central, regional e local, quer de entidades que prestam serviço público, com particular relevo para o sector da comunicação social.
24. Encorajar o sector privado a desenvolver formação para a Cidadania Global, designadamente co-financiada, destinada a empresários/as, gestores/as, dirigentes intermédios/as, quadros e outros/as trabalhadores/as, colaboradores/as e agentes, independentemente das respectivas categoriais e áreas profissionais ou da natureza do seu vínculo laboral ou contratual.
25. Encorajar os/as profissionais liberais e outros/as prestadores/as de serviços a incluir a para a Cidadania Global no respectivo plano de formação ao longo da vida.
26. Encorajar as associações profissionais, incluindo as Ordens, as associações sindicais, as associações empresariais e os Parceiros sociais a promover formação para os seus/suas associados/as no domínio da Cidadania Global, tendo em conta a importância decisiva do desenvolvimento de competências neste domínio para o desempenho profissional de excelência, para o cumprimento da legislação laboral a nível nacional, internacional e comunitário, para o equilíbrio nas relações de trabalho, para a eficácia da negociação colectiva e para a concretização da responsabilidade social dos agentes económicos.
27. Elaborar e manter actualizada uma base de dados de práticas de referência e de referenciais de sensibilização e de formação para a Cidadania Global, a partir dos modelos previstos no Anexo V e tendo em conta a mais-valia dos exemplos aí já identificados.
28. Sistematizar conjuntos de regras de conduta e de boas práticas - com prioridade para a elaboração das leis e outras normas jurídicas e para a estratégia comunicacional da Administração Pública - designadamente por áreas temáticas, como a linguagem inclusiva e respeitadora da igualdade de

género e da eliminação de quaisquer discriminações e anacronismos (incluindo os que reforçam a estratificação social, como a utilização de graus académicos no relacionamento social e profissional), o relacionamento interpessoal e institucional com crianças e jovens e suas organizações, bem como por sectores, como a saúde, a justiça e a educação, que evidenciem a coerência do funcionamento e das práticas das instituições com a Cidadania Global e se destinem a dirigentes, profissionais e prestadores/as de serviço público, bem como a entidades privadas e a particulares, tendo em conta a diversidade dos públicos.

29. Incluir a Cidadania Global na educação/formação parental.
30. Promover formação para a Cidadania Global junto das instituições particulares de solidariedade social, das pessoas colectivas de utilidade pública, das organizações não governamentais, incluindo as que integram pessoas de comunidades culturais minoritárias em Portugal e de comunidades portuguesas no estrangeiro.
31. Criar um programa interinstitucional - envolvendo um consórcio entre instituições de ensino superior que assegure a cobertura a nível nacional - de Pós Graduação em Cidadania Global proporcionando:
 - a) o desenvolvimento da investigação, apoiada, nomeadamente num observatório permanente; e
 - b) as condições para uma formação académica adequada à diversidade das exigências e das necessidades dos diferentes grupos profissionais, com especial destaque para as áreas da comunicação social, da criação artística, da economia, da gestão, do marketing, do direito, da psicologia, da sociologia, e para outros públicos estratégicos.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

Oferecer a todas as alunas e a todos os alunos uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências através de uma adequada educação para os direitos e as responsabilidades numa perspectiva de Educação para e na Cidadania Global que:

- a) contribua para o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências diversificadas de vida democrática;**
 - b) as/os habilite a ser agentes activas/os da eliminação dos mecanismos sociais que constroem e reproduzem a desigualdade e as discriminações, bem como a valorizar as diversidades como fonte de enriquecimento humano;**
 - c) lhes proponha uma progressiva tomada de consciência da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade fomentando a participação, a co-responsabilidade e o compromisso na construção de um mundo mais justo, mais livre e mais solidário.**
32. Assegurar a educação para a Cidadania Global como uma componente do currículo de natureza transversal, em todas as áreas curriculares e em todos os ciclos de ensino, bem como em espaços curriculares não disciplinares (Formação Cívica; Área de Projecto; Estudo Acompanhado) com os objectivos comuns constantes do Anexo II, através, designadamente, de estratégias, práticas educativas e experiências de aprendizagem diversificadas.

33. Adoptar um núcleo de competências essenciais a desenvolver transversalmente em todo o currículo na perspectiva da educação para a Cidadania Global, que identifique os temas de maior relevância na escola, tendo em conta os desafios da sociedade contemporânea, na linha do que se apresenta no Anexo III.
34. Desenvolver acções de apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social dos alunos e das alunas, intervindo sobre o simbólico que considera os homens como os representantes da humanidade e que identifica as mulheres com a reprodução, valorizando igualmente para homens e mulheres as dimensões pública e privada da vida humana e o desenvolvimento de competências e de saberes individuais, através da promoção quer da autonomia individual para o cuidado e a cultura dos afectos, quer da capacidade de participação e de liderança, designadamente dando visibilidade quer a modelos de mulheres líderes na participação cívica e política, quer a modelos de homens cuidadores, incluindo no espaço doméstico e familiar.
35. Criar condições para encorajar o conhecimento, a tomada de consciência e o questionamento dos modelos, concepções e representações sociais, formais e não formais - incluindo as familiares e as veiculadas designadamente pelos órgãos de comunicação social - que se alicerçam em relações estereotipadas de género, e que, explícita ou implicitamente, promovem a discriminação por qualquer factor como sexo, idade, religião, cultura, origem social, classe, grupo minoritário, orientação sexual, identidade de género, país de origem, plurinacionalidade, identidades minoritárias, comunidades culturais, situação de deficiência, com vista a desenvolver competências para a construção da identidade na sua multiplicidade, para o exercício da liberdade cultural e para práticas sociais inclusivas geradoras de coesão e de relações interpessoais e sociais baseadas na igualdade.
36. Adoptar oficialmente um referencial pedagógico que inclua designadamente, conteúdos consistentes e concretos e que constitua orientação geral para o espaço curricular não disciplinar Formação Cívica nas escolas, na linha do que se apresenta no Anexo IV.
37. Inserir questões relacionadas com a educação para e na cidadania global enquanto temáticas a trabalhar no espaço curricular não disciplinar Área de Projecto, na medida em que permitem articular saberes de diversas áreas curriculares e reflectir quer sobre a necessidade de reforço de intervenção para a concretização dos direitos humanos quer sobre questões emergentes na nossa sociedade.
38. Trabalhar a educação para e na cidadania global nos conteúdos das várias disciplinas com reflexão colegial em grupo disciplinar e com proveito para toda a comunidade escolar.
39. Elaborar e manter actualizada uma base de dados no domínio da Educação para a Cidadania Global que inclua designadamente materiais pedagógicos, a partir dos modelos previstos no Anexo V e tendo em conta as potencialidades educativas dos exemplos aí já identificados.

40. Considerar na avaliação das áreas curriculares disciplinares as aprendizagens da Educação para a Cidadania Global e avaliar qualitativa e quantitativamente para todos os efeitos as aprendizagens da área curricular não disciplinar Formação Cívica.
41. Incluir nos referenciais de qualidade definidos para os materiais pedagógico-didáticos utilizados em qualquer área curricular disciplinar e não disciplinar e em qualquer nível de ensino, os princípios, os objectivos, as competências, os conteúdos e as dimensões da Educação para a Cidadania Global, na linha do que se apresenta nos Anexos II, III e IV.
42. Desenvolver investigação sobre a escola e a formação na e para a cidadania, nomeadamente sobre políticas educativas, organização escolar, currículos, programas, materiais pedagógicos e didáticos, projectos educativos, práticas educativas, relação escola/comunidade educativa, ambiente e funcionamento escolares, utilização das TIC, serviços educativos, orientação escolar e profissional, organização e ocupação do espaço e dos recursos educativos, tendo em conta, quer a desigualdade na construção das diferenças entre sexos, quer as discriminações ancoradas nas várias categorias de pertença, designadamente sexo, idade, origem social, classe, orientação sexual, identidade de género, país de origem, plurinacionalidade, cultura, religião, identidades minoritárias, comunidades culturais, situação de deficiência.
43. Promover de forma efectiva e continuada a Educação para a Cidadania Global em todos os patamares da educação - da pré-escolar ao ensino superior – e desde os primeiros anos da infância.
44. Desenvolver acções, incluindo orientações curriculares, para que a educação de alunos e alunas contribua para lhes oferecer aprendizagens de postura cívica individual e de relacionamento interpessoal, social e intercultural inerentes ao exercício da cidadania global, que desenvolvam competências para a vida e potenciem inovação social, incluindo, aspectos práticos e concretos como:
 - a escrita e a expressão falante tendo em conta a elevação cultural que elas podem proporcionar;
 - as formas de tratamento interpessoal e institucional;
 - o respeito por si, pelo próprio corpo e pelas próprias ideias, o que implica o dever de cuidar da saúde, o dever de informação relativamente a qualquer espécie de consumo e o dever de exercício responsável da liberdade;
 - o respeito individual pelos outros, por palavras, gestos, posturas, ruídos, etc., em particular no espaço público;
 - a civilidade e cortesia no trato entre as pessoas;
 - o socorro às pessoas necessitadas e as vantagens da entreatajuda;
 - a condenação expressa das violências e dos riscos desnecessários, por exemplo, na condução automóvel e em outras formas de utilização dos espaços públicos;
 - a adopção de comportamentos sexuais saudáveis;
 - a incoerência entre a aceitação de desportos brutais e a observância dos direitos humanos;
 - o realismo necessário para lidar com as vulnerabilidades próprias e alheias com a consciência de que a liberdade e a segurança constituem direitos e

deveres fundamentais que exigem o desenvolvimento precoce de competências para o respectivo exercício quotidiano;

- o incentivo ao cumprimento dos deveres básicos de cidadania, tanto os de votar, pagar impostos ou cumprir as decisões dos tribunais, como o exercício do direito de crítica de decisões dos poderes constituídos, incluindo as decisões dos governantes;

- o encorajamento à criatividade e à apresentação de sugestões concretas de práticas susceptíveis de melhorar a harmonia das relações sociais e a qualidade de vida colectiva, a diversos níveis e em diversos contextos ;

- a evocação periódica, no quadro das actividades lectivas e aproveitando designadamente os “dias internacionais”, quer da memória histórica associada à resistência, à opressão e à construção do Estado de Direito democrático e de figuras nacionais e estrangeiras, homens e mulheres, como Aristides de Sousa Mendes ou Leonor da Fonseca Pimentel, que trabalharam e se sacrificaram a nível individual pela liberdade e pela defesa dos direitos humanos, no Dia internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, no Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura ou no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, quer de outros temas no âmbito dos direitos humanos no Dia Internacional dos Direitos Humanos, no Dia Internacional da Mulher, no Dia Internacional Contra a Violência sobre as Mulheres, no Dia Internacional de Luta contra o SIDA, no Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina ou no Dia Internacional contra a Homofobia.

45. Reconhecer a importância para fazer frente aos novos desafios da sociedade, quer do desenvolvimento das competências para a vida propostas pela OCDE, quer dos quatro pilares de aprendizagem salientados pela UNESCO:
 - a) aprender a conhecer;
 - b) aprender a fazer;
 - c) aprender a conviver;
 - d) aprender a ser.
46. Desenvolver as aprendizagens necessárias ao exercício da Cidadania Global, incluindo a construção de opinião e a qualificação do debate público, para que cada aluna e cada aluno seja capaz de:
 - a) utilizar criticamente a linguagem;
 - b) apresentar um raciocínio por escrito de forma sintética, utilizando diversas formas de linguagem;
 - c) tomar a palavra em público com correcção e eficácia;
 - d) participar num debate, argumentando, contra-argumentando e respeitando as outras opiniões e saberes; e
 - e) cuidar de si e do espaço onde vive e saber como se cuida de pessoas dependentes ou em situações de vulnerabilidade e risco.
47. Fomentar a inserção de alunos e alunas em grupos sociais diversos, reconhecendo e valorizando as múltiplas pertenças individuais, promovendo a aprendizagem intercultural, incluindo, a título experimental, a interlinguística.
48. Fornecer e promover o conhecimento do quadro jurídico básico a nível nacional, internacional e comunitário para a eliminação da desigualdade de género e da discriminação por qualquer factor, incluindo as possibilidades de



recurso a mecanismos de intervenção judicial e extra-judicial em caso de incumprimento.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5

Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de educação na e para a cidadania global

49. Encorajar as escolas e os agrupamentos de escolas a conceber os respectivos projectos educativos como projectos de cidadania global, desenvolvendo competências quer para identificar falhas de cidadania no seu funcionamento, quer para conceber e desenvolver processos partilhados de resolução que permitam ultrapassá-las com benefício para a comunidade educativa.
50. Alicerçar a aprendizagem da cidadania também nas vivências que a escola proporciona nos seus diferentes espaços curriculares, disciplinares e não disciplinares, bem como nos contextos extracurriculares e não formais.
51. Dar visibilidade ao currículo oculto e às culturas informais da escola evidenciando as contradições que apresentam face ao currículo explícito e proporcionando aprendizagens que, designadamente, através de pontos de convergência entre a educação não formal e a formal, sejam coerentes e consistentes com a igualdade de género, a não discriminação por qualquer factor, a concretização dos direitos humanos e a cidadania global.
52. Assegurar o direito à educação e ao ensino obrigatório designadamente através de infra-estruturas adequadas aos diferentes níveis etários, incluindo transporte escolar sempre que necessário.
53. Criar condições para a concretização, na escola e nos seus diversos espaços, do espírito crítico, do pluralismo de opinião, do debate de ideias e da apresentação de sugestões para a melhoria da qualidade da vivência escolar, incluindo as que se traduzam em inovação social.
54. Fomentar a discussão das questões de cidadania e, simultaneamente, habilitar os estudantes a falar em público, a articular o discurso e a desenvolver técnicas de oratória e retórica, conforme o modelo das sociedades de debates (*debating societies*) a que se faz referência no Anexo I.
55. Implementar uma orientação escolar e profissional que assegure a inserção equilibrada de raparigas e de rapazes no mercado de emprego e na actividade profissional proporcionando informação não estereotipada a nível da linguagem, das imagens, dos papéis sociais e do exercício profissional, tendo em vista a eliminação da segregação sectorial, vertical, horizontal e remuneratória do mercado de trabalho.
56. Promover a responsabilização dos elementos que constituem a comunidade educativa, em especial as Associações de Pais, Mães e Encarregados/as de Educação ouvindo designadamente as associações de imigrantes, na



promoção de uma cidadania participativa e inclusiva, à luz da sua responsabilidade social.

57. Desenvolver um Projecto-piloto, de 2 a 3 anos, em 3 escolas representativas de diversos tipos e problemáticas, seleccionadas mediante concurso aberto a todos os estabelecimentos de ensino, para a aplicação experimental, acompanhamento e avaliação de quanto se preconiza nas presentes Recomendações relativamente à escola tendo em consideração, designadamente, a experiência do projecto '*Continyou - Building Learning Communities*', centrado no conceito de *community schools*, para além de outras experiências a que se faz referência no Anexo I.
58. Avaliar a pertinência e oportunidade de incluir no currículo do ensino básico e secundário, tendo designadamente em conta os resultados da recomendação do número anterior caso venha a ser adoptada, e como eventual alternativa à área curricular não disciplinar Formação Cívica, uma disciplina de Educação para a Cidadania Global, com os objectivos, desenvolvimento de competências, conteúdos temáticos, orientações metodológicas, referenciais pedagógicos e textos de apoio previstos dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, identificando os anos curriculares e faixas etárias mais adequados à transmissão de cada tipo de conteúdos, de forma a desenvolver linhas de continuidade na disciplina ao longo do percurso escolar de cada discente, evitando a repetição de matérias e assegurando a aprendizagem da totalidade dos conteúdos identificados ao longo do presente documento.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 6

Garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros/as grupos de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania Global na escola, assegurando a criação, a adaptação, o desenvolvimento e a difusão de recursos e materiais didácticos para o efeito.

59. Promover formação adequada para todas/os as/os docentes de todos os níveis de ensino com o objectivo de assegurar a sua responsabilidade na transversalização da dimensão da cidadania nos conteúdos programáticos, metodologias e atitudes, em todas as situações vividas na escola.
60. A fim de criar condições para a docência dos vários conteúdos temáticos da Cidadania Global constantes no Anexo IV e que se entende deverão ser desenvolvidos no espaço curricular não disciplinar Formação Cívica, assegurar, a formação específica de docentes que lhes confira habilitação adequada para o efeito.
61. Desenvolver formação para outras/os profissionais de educação, incluindo de orientação escolar e profissional, bem como para outros/as funcionários/as ou agentes, prestadores de serviços e outros elementos da comunidade educativa, com vista à promoção de uma cultura de cidadania, numa escola assumida, de modo coerente e visível, como espaço de cidadania a todos os níveis do seu funcionamento e das suas práticas, garantindo a convergência

entre o discurso teórico veiculado e as práticas de cidadania que nela desenvolve quem participa e é agente no processo educativo.

62. Promover a aquisição de competências técnicas e lógicas que facilitem o uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no quadro da Educação para a Cidadania Global.
63. Sensibilizar especificamente as e os profissionais de orientação escolar e profissional para a necessidade de desconstrução das representações sociais associadas às diversas profissões com vista a garantir a igualdade profissional.
64. Incluir na sensibilização e na formação de todos os grupos indicados a tomada de consciência da presença na escola:
 - a) de relações de poder que marcam as interações pessoais, grupais e sociais;
 - b) do fenómeno da violência e da sua diversidade quanto às suas manifestações, origens e consequências; e
 - c) da violência simbólica e do seu carácter estrutural e institucional presente, nomeadamente, no sexismo, no etnocentrismo e na homofobia.
65. Renovar e actualizar os conteúdos de formação inicial e contínua de docentes tendo em conta a importância de desenvolver competências que os/as tornem sensíveis à justiça, à igualdade, à interculturalidade e ao ambiente.
66. Promover a formação inicial e contínua ligadas às necessidades que surgem da reflexão-acção de profissionais de educação sobre as suas próprias práticas, conferindo centralidade ao intercâmbio de experiências, incluindo sucessos, dificuldades e limitações.
67. Promover a sensibilização de todos os agentes educativos, formais e não formais, públicos e privados, individuais e colectivos para que se co-responsabilizem no desenvolvimento de uma consciência crítica face aos estereótipos sociais e culturais que induzem a desigualdade e geram a discriminação.
68. Assegurar a qualidade dos diversos recursos educativos e formativos, em especial os manuais escolares, eliminando eventuais conteúdos sexistas, racistas, paternalistas, culturalmente hegemónicos e outros geradores de dominação e de discriminação, e integrando e desenvolvendo novas abordagens e eventualmente novos conteúdos nas diversas áreas, na perspectiva da Educação para a Cidadania Global.
69. Criar, desenvolver e garantir a utilização generalizada de recursos pedagógicos, incluindo materiais didácticos no âmbito da Educação para a Cidadania Global que tenham por base uma experiência pedagógica participativa e que sejam testados e avaliados em termos da adaptabilidade a diferentes contextos e faixas etárias.



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 7:

Estabelecer parcerias entre várias entidades públicas e privadas envolvendo a sociedade civil de modo a conferir maior diversidade, qualidade e relevância às actividades de educação para a cidadania global

70. Assegurar a cooperação institucional entre entidades públicas com responsabilidades a nível nacional – designadamente o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia – a nível regional e local, as instituições e entidades públicas com competências orgânicas e funcionais na área da promoção da cidadania e entidades privadas em Portugal e no estrangeiro, com particular incidência nos Países onde residem nacionais ou pessoas de origem portuguesa, bem como nos Países de Língua Portuguesa, mas também nos países de origem de imigrantes em Portugal que desenvolvam ou pretendam desenvolver actividade neste domínio.
71. Assegurar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia e as instituições de ensino superior com oferta de cursos vocacionados para a formação de docentes e de outros/as profissionais de educação para assegurar o aprofundamento, nos cursos de formação inicial e de formação contínua, dos valores, dos conhecimentos e das competências inerentes ao exercício pleno da cidadania global.
72. Assegurar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e as Associações Profissionais de docentes e de outros/as profissionais de educação com o intuito de promover estratégias didáctico-pedagógicas de promoção dos valores, conhecimentos e competências inerentes à educação para a cidadania global em cada área disciplinar específica.
73. Assegurar a cooperação institucional e intersectorial pertinente para que, com as devidas adaptações, os objectivos do número anterior sejam alcançados no que respeita ao ensino português no estrangeiro.
74. Assegurar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as Faculdades de Direito, o Centro de Estudos Judiciários, a Ordem dos Advogados e as escolas de polícia e outras entidades, incluindo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Instituto de Segurança Social, o Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, a Direcção Geral de Contribuições e Impostos, com o intuito de divulgar junto de docentes e discentes os princípios de defesa do Estado de Direito, bem como os direitos, liberdades e garantias, os direitos políticos, os direitos sociais, culturais, económicos e ambientais, os deveres fundamentais, as questões de cidadania, da coesão social, da segurança, da sustentabilidade do desenvolvimento e da administração da justiça.
75. Encorajar, designadamente no quadro da cooperação prevista no número anterior, o voluntariado de alunos e alunas dos últimos anos dos cursos de Direito para a animação de sessões sobre Direitos Humanos em escolas do ensino secundário.



76. Assegurar a cooperação entre o Ministério da Educação e as editoras escolares para sensibilizar e responsabilizar o conjunto dos profissionais envolvidos na produção de materiais de utilização didáctico-pedagógica para a promoção dos valores e das dimensões inerentes à Educação para a Cidadania Global.
77. Integrar experiências concretas de parcerias interventivas com as diversas entidades da comunidade educativa, incluindo redes de escolas para o desenvolvimento de pedagogias informais ou modelos de educação não formal, Organizações não Governamentais, Autarquias Locais, editoras ou outras entidades, designadamente no âmbito da comunicação social.
78. Assegurar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação, as empresas e os Parceiros Sociais no domínio da educação para a cidadania na actividade económica e no trabalho remunerado.
79. Assegurar a cooperação institucional entre o Ministério da Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e as ONG no domínio da Educação para a Cidadania Global, incluindo a participação cívica e política e a educação para o desenvolvimento.
80. Assegurar a cooperação adequada com organizações que têm portais electrónicos no domínio da Educação para a Cidadania Global garantindo, quando se trate de internacionais, a tradução para português dos documentos mais relevantes, designadamente os recursos formativos.
81. Assegurar que quaisquer iniciativas no domínio da Educação para a Cidadania Global, designadamente as que incluam conteúdos, metodologias, recursos ou materiais pedagógicos, sejam consistentes com as presentes Recomendações.
82. Criar um Observatório de Acompanhamento da concretização das presentes recomendações, designadamente no que respeita:
 - a) aos programas de aplicação das medidas adequados a cada nível institucional, a cada ciclo de estudos, a cada público destinatário, faseados, calendarizados e que contemplem instrumentos de auto-regulação e de avaliação;
 - b) ao levantamento das várias exclusões/obstáculos ou limites ao exercício da cidadania para efeitos de proposta de intervenções legislativas correctoras;
 - c) à revisão dos diplomas legislativos e regulamentares pertinentes, com particular prioridade no domínio da educação, de modo a que reflectam o objectivo de promoção e concretização da cidadania global;
 - d) aos modos como os/as diversos/as destinatários/as interpretam as respectivas responsabilidades relativamente às presentes recomendações e, em conformidade, lhes vão dando seguimento;
 - e) à manutenção de um sítio na Internet que divulgue o presente documento, dê conta da sua aplicação, integre informação actualizada sobre o tema e constitua local virtual de encontro de pessoas e organizações que pretendam intervir no domínio da cidadania global.



IV Parte

Concretização, Avaliação e Calendarização

À Ministra da Educação e ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros mais propõe o Fórum que promovam quanto necessário para a concretização e avaliação de impacto das presentes Recomendações, com o seguinte calendário:

Fase 1 – Durante o ano de 2008

- I. Editar a colectânea e a publicação a que aludem os números 6 e 7 do Objectivo Estratégico 1.
- II. Para permitir a concretização dos Objectivos Estratégicos 3 e 6, elaborar os Referenciais de Formação de Formadores/as de públicos estratégicos da Administração Pública, incluindo dirigentes, técnicos e pessoal não docente do Ministério da Educação, no domínio da Cidadania Global.
- III. Criar as bases de dados a que se referem, respectivamente, o número 27 do Objectivo Estratégico 3 e o número 39 do Objectivo Estratégico 4, a partir das fichas incluídas no Anexo V.
- IV. Para permitir a concretização do Objectivo Estratégico 6, elaborar um perfil profissional para a docência que integre obrigatoriamente a dimensão da Cidadania Global, considerando esta área como elegível e desejável ao nível da formação contínua.
- V. Criar condições para que as diversas entidades destinatárias das medidas propostas possam, querendo, beneficiar de apoio financeiro para a respectiva concretização, designadamente no âmbito do Quadro Referência Estratégico Nacional – QREN - e de iniciativas nacionais, internacionais e comunitárias pertinentes.
- VI. Divulgar o presente documento em diversos suportes e fazê-lo chegar às entidades nele mencionadas.

Fase 2 - A ter início no 1º semestre de 2009:

- VII. Lançar o Projecto-piloto a que se refere o número 57 do Objectivo Estratégico 5.
- VIII. Iniciar o funcionamento do Observatório de Acompanhamento previsto no número 82 do Objectivo Estratégico 7.



V Parte

Anexos



Anexo I

DOCUMENTOS E SÍTIOS DE REFERÊNCIA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Organização das Nações Unidas - ONU

Geral – www.un.org

Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos - <http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx>

Convenções sobre Direitos Humanos - <http://www2.ohchr.org/english/law/>

Educação e Formação para os Direitos Humanos - www.unhchr.ch/education/main.htm

Divisão para o Progresso das Mulheres - <http://www.un.org/womenwatch/daw/index.html>

Desenvolvimento Económico e Social - <http://www.un.org/esa/>

Migrações Internacionais e Desenvolvimento - <http://www.un.org/esa/population/migration/index.html>

Carta Internacional dos Direitos Humanos

- Carta das Nações Unidas (1945)
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966)
- Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (1966)
- Protocolo facultativo referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (1966)
- 2º Protocolo adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos com vista à abolição da pena de morte (1989)

Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) [ver](#)

Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da



Sociedade Promoverem e Protegerem os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (1998)

Declaração e Programa de Acção de Viena - Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993)

Declaração e Plano de Acção do Cairo - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994)

Declaração e Plano de Acção de Pequim - Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995)

Declaração e Plano de Acção de Copenhaga – Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995)

Instrumentos e compromissos internacionais relativos à igualdade de homens e mulheres:

- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, de 1952.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e Protocolo Opcional (1999) (2000, 2ª edição, 2003). Lisboa, CIDM.

O Papel dos Homens e dos Rapazes na promoção da Igualdade de Género – Conclusões acordadas na 48ª Sessão da Comissão do Estatuto da Mulher (2004). Lisboa, CIDM.

Instrumentos relativos a crianças e jovens:

- Declaração de Direitos da Criança (1959)
- Convenção dos Direitos da Criança (1989)
- Convenção relativa à protecção das crianças e à cooperação em matéria de adopção internacional (1993)
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança relativa à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (2000)
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de crianças em Conflitos Armados (2000)

Instrumentos relativos à prevenção das discriminações:

- Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino (1960)
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965) - Convenção dos Direitos Humanos das pessoas com Deficiência (2008)
- Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e de discriminação por causa da religião ou da convicção (1981)



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Educação para os Direitos Humanos http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=4732&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Igualdade de Género http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=3160&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Diversidade Cultural http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=34321&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Diálogo http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=34327&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html v

Cultura da paz http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=37083&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Declarações relativas à cultura da paz
<http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/>

Juventude http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-URL_ID=10993&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

- Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 18 de Outubro, 2005.
- Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement, Paris, 1960.
- Plano de Acção Global sobre a Educação para todas as Pessoas, 2007.
- Programa Mundial para a Educação sobre Direitos Humanos, 2005.
- Declaração de Nova Deli sobre o Diálogo entre Civilizações, 2003.
- Declaração de Istambul sobre a Diversidade Cultural, 2002.
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Paris, 2001.
- Acordo UNESCO-CPLP, Paris, 2000.
- Fórum Mundial sobre a Educação – Quadro de Acção de Dakar, 2000.
- Declaração e Quadro Integrado de acção sobre a Educação para a Paz, Direitos humanos e Democracia, 1995.
- Declaração Mundial sobre a Educação para todas as Pessoas e Quadro de Acção, Jomtien, 1990.
- Declaração de Sevilha sobre Violência, 1989.



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

- Carta das Comissões Nacionais para a UNESCO, Paris, 27 de Novembro, de 1978.
- Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, Paris, 1978.
- Recomendação sobre a educação para a compreensão internacional, cooperação e paz e educação sobre os direitos humanos e liberdades fundamentais, 1974.

- Cultural Diversity and Transversal Values: East-West Dialogue on Spiritual and Secular Dynamics, Paris, 2005.

- EFA Global Monitoring Report 2003/04 – Gender and Education for All. The Leap to Equality, Paris, United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 2003.

BAMMATE, Najm-oud-Dine (2000). *L'Islam et l'Occident. Dialogues*. Paris: Éditions UNESCO.

FRIBOULET, Jean-Jacques et al *Measuring the right to Education* (2007). UNESCO-UIL.

HENK, A. M. J. ten Have et al *Environmental Ethics and International Policy* (2006). Paris: UNESCO.

STENOUE, Katérina (1998). *Images de l'Autre – la différence, du mythe au préjugé*. Paris: Éditions UNESCO/Seuil.

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Geral - www.ilo.org

Igualdade de género -

http://www.ilo.org/global/Themes/Equality_and_Discrimination/GenderEquality/lang--en/index.htm

Igualdade de Género no mundo do Trabalho -

<http://www.ilo.org/public/english/support/lib/resource/subject/gender.htm>

Trabalho digno - www.ilo.org/global/Themes/Decentwork/lang--en/index.htm

Promover a Igualdade na Diversidade -

<http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/equality/>

Emprego de jovens - www.ilo.org/global/Themes/Youth_Employments/lang--en/index.htm

Desenvolvimento económico e social - www.ilo.org/global/Themes/Ecosocdev/lang--en/index.htm



Migrações Internacionais - <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/>

Trabalho forçado - www.ilo.org/global/Themes/Forced_Labour/lang--en/index.htm

Violência no trabalho - www.ilo.org/public/english/protection/safework/violence/iloactn.htm

Convenções e Recomendações - [www.ilo.org/global/What we do/InternationalLabourStandards/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/What_we_do/InternationalLabourStandards/lang--en/index.htm)

Direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as:

- Liberdade de associação e negociação colectiva:
 - Convenção nº 87 sobre liberdade de associação e protecção do direito de organização, 1948, e
 - Convenção nº 98 sobre o direito de organização e de negociação colectiva, 1949
- Eliminação do trabalho forçado e coagido:
 - Convenção nº 29 sobre trabalho forçado, 1930 e
 - Convenção nº 105 sobre abolição do trabalho forçado, 1957
- Eliminação da discriminação relativamente ao emprego e ocupação:
 - Convenção nº 100 sobre a igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina em trabalho de valor igual, 1951 e
 - Convenção nº 111 sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, 1958
- Abolição do Trabalho Infantil:
 - Convenção nº 138 sobre a idade mínima de acesso ao emprego, 1976 e
 - Convenção nº 182 sobre as piores formas de exploração do trabalho infantil, 1999

Outras Convenções relevantes:

- Actividade profissional e vida familiar:
 - Convenção nº 103 sobre a protecção da maternidade, 1952
 - Convenção nº 156 sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, 1981
- Migrações laborais e trabalhadores migrantes:
 - Convenção nº 97 sobre as migrações laborais (revista), 1949
 - Convenção nº 143 sobre trabalhadores migrantes, 1975

- R195 Recomendação sobre a valorização dos recursos humanos, 2004

- Relatório sobre Igualdade no Trabalho, 2007 - http://www.ilo.org/public/portuque/region/eurpro/lisbon/pdf/igualdade_07.pdf

RAMOS, Elsa, *Educating for equality : Workers' education and gender. [special topic:] Strengthening the trade unions: The key role of labour education.* Labour education. Geneva : International Labour Office. No. 146-147 (2007).



Organização Mundial de Saúde – OMS

Geral - www.who.int/en/

Relatório Mundial de Saúde - www.who.int/whr/en/index.html

Nutrição - www.who.int/topics/nutrition/en/

Saúde ambiental - www.who.int/topics/environmental_health/en/

Saúde sexual - www.who.int/reproductive-health/gender/sexualhealth.html

Género - www.who.int/topics/gender/en/

Direitos reprodutivos - www.who.int/reproductive-health/gender/index.html

Saúde das crianças - www.who.int/topics/child_health/en/

Saúde das/os adolescentes - www.who.int/topics/adolescent_health/en/

Saúde sexual e reprodutiva das/os adolescentes –
www.who.int/reproductive-health/adolescent/index.html

Gravidez - www.who.int/topics/pregnancy/en/

Violência - www.who.int/topics/violence/en/
WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women -
www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/en/index.html

Violência sexual - www.who.int/gender/violence/sexual_violence/en/index.html

Violência de género - www.who.int/gender/violence/en/

Mutilação Genital Feminina, MGF -
www.who.int/topics/female_genital_mutilation/en/index.html

HIV/SIDA - www.who.int/topics/hiv_aids/en/

Acidentes de Tráfico - www.who.int/topics/injuries_traffic/en/

Deficiências - www.who.int/topics/disabilities/en/

Reabilitação - www.who.int/topics/rehabilitation/en/

Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP

Geral - www.unfpa.org/



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Relatório sobre o estado da população mundial - www.unfpa.org/swp/

Promoção dos direitos humanos - www.unfpa.org/rights/index.htm

Cultura - www.unfpa.org/culture/index.htm

Igualdade de género - www.unfpa.org/gender/index.htm

Adolescentes e jovens - www.unfpa.org/adolescents/index.htm

Saúde reprodutiva - www.unfpa.org/rh/index.htm

População, pobreza e desenvolvimento - www.unfpa.org/pds/index.htm

Prevenção do HIV/SIDA - www.unfpa.org/hiv/index.htm

Declaração das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, 2006

Declaração de Compromisso sobre VIH/SIDA, UNGASS, 2001

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo, 1994, e sequência, incluindo os Objectivos do Milénio - www.unfpa.org/icpd/

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres - UNIFEM

Geral - www.unifem.org/

Igualdade de Género e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - www.unifem.org/gender_issues/millennium_development_goals/

Mulheres, pobreza e economia - www.unifem.org/gender_issues/women_poverty_economics/

Orçamentos responsáveis em função da igualdade de género - www.gender-budgets.org/

Governança, Paz e Segurança - www.unifem.org/gender_issues/governance_peace_security/

Violência contra as mulheres - www.unifem.org/gender_issues/violence_against_women/

Agência das Nações Unidas para as Crianças - UNICEF

Geral – www.unicef.org

Actividade - www.unicef.org/whatwedo/index.html

Igualdade de género - www.unicef.org/gender/index.html



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Saúde - www.unicef.org/health/index.html

Crianças e HIV/SIDA - www.unicef.org/aids/index.php

Protecção das crianças de violência, exploração e abuso -
www.unicef.org/protection/index.html

Recursos para estudantes e professores/as - www.unicef.org/siteguide/resources.html

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Geral – www.undp.org

Relatórios do Desenvolvimento Humano (desde 1990) - <http://hdr.undp.org/en/reports/>

Gender and Human Development, 1995 -
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995/chapters/>

Globalization with a Human Face, 1999
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999/chapters/>

Deepening democracy in a fragmented world, 2002
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2002/chapters/>

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana, 2003
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2003/chapters/portuguese/>

Liberdade Cultural num Mundo Diversificado, 2004
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2004/chapters/portuguese/>

Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual, 2005
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2005/chapters/portuguese/>

Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido, 2007/2008
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/chapters/portuguese/>

Organização Internacional das Migrações - OIM

Geral - www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp

Políticas sobre migrações - www.iom.int/jahia/Jahia/lang/en/pid/242

Migrações e Desenvolvimento - www.iom.int/jahia/Jahia/pid/271



Migrações e Género - www.iom.int/jahia/Jahia/pid/356

Diálogo Internacional sobre migrações - www.iom.int/jahia/Jahia/pid/385

Legislação sobre migrações - www.iom.int/jahia/page855.html

Formação - www.iom.int/jahia/Jahia/lang/en/pid/1687

Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento - OCDE

Geral - www.oecd.org/home/0,3305,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html

Igualdade de género -
www.oecd.org/site/0,3407,en_21571361_38039199_1_1_1_1_1,00.html

Educação - www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37455_1_1_1_1_1,37455,00.html

Emprego - www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37457_1_1_1_1_1,37457,00.html

Ambiente - www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37465_1_1_1_1_1,37465,00.html

Saúde - www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37407_1_1_1_1_1,37407,00.html

Migrações internacionais -
www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37415_1_1_1_1_1,37415,00.html

Desenvolvimento -
www.oecd.org/topic/0,3373,en_2649_37413_1_1_1_1_1,37413,00.html

Paz e conflitos -
www.oecd.org/departement/0,3355,en_2649_34567_1_1_1_1_1,1,00.html

Publicações -
www.oecd.org/document/46/0,3343,en_21571361_33915056_36966766_1_1_1_1,00.html

Women and men in OECD countries -
http://www.oecd.org/document/32/0,3343,en_21571361_38039199_38167008_1_1_1_1,00.html

Skills for Life -
http://www.oecd.org/searchResult/0,3400,en_2649_37455_1_1_1_1_1,37455,00.html

Mainstreaming gender equality in the 21st century goals on education, health and the environment: a synthesis of three reference documents. [Paris] : OECD, 1999.

Conselho da Europa

Geral – www.coe.int



Direitos Humanos:

- Assuntos jurídicos - http://www.coe.int/t/dghl/default_EN.asp?
- Publicações - http://www.coe.int/t/F/Droits_de_l%27Homme/publicationse.asp#TopOfPage

Igualdade de Género - http://www.coe.int/t/e/human_rights/equality/

Democracia - http://www.coe.int/t/e/Integrated_Projects/democracy/

Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos - http://www.coe.int/t/dg4/education/edc/default_EN.asp?

Crianças - http://www.coe.int/T/TransversalProjects/Children/default_EN.asp

Jovens - http://www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/

Coesão Social - http://www.coe.int/T/E/Social_cohesion/

Desenvolvimento sustentável - http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/topics/dev_EN.asp?

Pessoas com deficiências - http://www.coe.int/T/E/Social_Cohesion/soc-sp/Integration/

Diálogo Europeu para combater a pobreza e a exclusão social - <http://www.coe.int/t/dg3/socialpolicies/platform/>

Diálogo inter-cultural e inter-religioso - http://www.coe.int/t/dc/files/themes/dialogue_interculturel/default_EN.asp?

Migrações - http://www.coe.int/t/dc/files/themes/Migration/default_en.asp

Minorias - http://www.coe.int/T/E/Human_Rights/Minorities/

Pessoas e comunidades ciganas - http://www.coe.int/T/DG3/RomaTravellers/Default_en.asp

Racismo - http://www.coe.int/t/dc/files/themes/racism/default_en.asp

Violência:

- na escola - http://www.coe.int/t/dc/files/themes/violence_ecole/default_en.asp
- no desporto - http://www.coe.int/t/dc/files/themes/violence_sport/default_en.asp?
- contra as mulheres - http://www.coe.int/T/E/Human_Rights/Equality/05_Violence_against_women/

Formação para profissionais de educação - http://www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/education/Teacher_training/

Convenções - <http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/ListeTraites.asp?CM=8&CL=ENG>

Publicações (geral) - <http://book.coe.int/EN/>



- Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, 1950.
- Convenção Europeia sobre o Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante, 1977.
- Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes, 1987.
- Carta Social Europeia revista, 1996.
- Convenção Europeia sobre nacionalidade, 1997.
- Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais, 1998.
- Convenção Europeia sobre a Acção contra o Tráfico de Seres Humanos, 2005.
- Recommendation Rec(2007)17 of the Committee of Ministers to member states on gender equality standards and mechanisms adopted on 21 November 2007 and explanatory memorandum – http://www.coe.int/t/e/human_rights/equality/04_standards_and_mechanisms/096_CM_Rec_2007_17.asp#TopOfPage
- Recommendation CM/Rec (2007) 13 of the Committee of Ministers to member states on gender mainstreaming in education, (Adopted by the Committee of Ministers on 10 October) [http://www.coe.int/t/e/human_rights/equality/091_CM_Rec\(2007\)13.pdf](http://www.coe.int/t/e/human_rights/equality/091_CM_Rec(2007)13.pdf)
- 6^e Conférence ministérielle européenne sur l'égalité entre les femmes et les hommes, Stockholm, 8-9 juin 2006 - Droits de la personne humaine et défis économiques en Europe – l'égalité entre les femmes et les hommes
Résolution [ver](#)
- Evaluation of the "2005 European Year of Citizenship through Education" "Learning and Living Democracy" Final Report [ver](#)
- Education For Democratic Citizenship 2001 – 2004 - Teacher Education and Education for Democratic Citizenship - Description of a case study - Portugal [ver](#)
- Déclaration des Ministres européens de l'Éducation sur l'éducation interculturelle dans le nouveau contexte européen, 2003.
- Déclaration du Comité des Ministres relative à la liberté de la communication sur l'Internet, adoptée le 28 mai, 2003
- Message politique du Comité des Ministres au Sommet mondial sur la société de l'information (Genève, 10-12 décembre 2003) en date du 19 juin 2003.
- Recomendação Rec (2003)3 sobre a participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisão política e pública – 2003. Lisboa, CIDM.
- Recomendação Rec (2002)5 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a protecção das mulheres contra a violência – 2002. Lisboa, CIDM.



- Recomendação Rec (2002) 12 do Comité de Ministros aos Estados-membros relativa à Educação para a Cidadania Democrática (Adoptada pelo Comité de Ministros a 16 de Outubro de 2002, durante a 812ª reunião dos Delegados dos Ministros) [ver](#)
- Recomendação Rec (2000) 11 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a luta contra o Tráfico de seres humanos com o fim de exploração sexual – 2000. Lisboa, CIDM.
- Recomendação Rec (98) 14 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre integração da perspectiva de género – 1998. Lisboa, CIDM.
- Recomendação Rec (96) 5 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre conciliação do trabalho e vida familiar – 1996. Lisboa, CIDM.
- Déclaration du Comité des Ministres relative à la diversité culturelle, adoptée le 7 décembre 2000.
- Compass - Manual de Educação para os Direitos Humanos do Conselho da Europa <http://eycb.coe.int/compass/>
Em Português FAROL – Manual de Educação para os Direitos Humanos com Jovens edição Humana Global. <http://eycb.coe.int/compass/pix/covers/CompPortug.JPG>
- Recommandation 1401: Éducation aux responsabilités de la personne, 1999.
- Comité des Ministres: Déclaration et programme sur l'éducation à la citoyenneté démocratique fondée sur les droits et les responsabilités des citoyens, 1999.
- 4e Conférence ministérielle européenne sur l'égalité entre les femmes et les hommes Istanbul, 13 -14 novembre 1997
- Déclaration et résolution Démocratie et égalité entre les femmes et les hommes [ver](#)
- Recommandation 1281 (1995) 1 relative à l'égalité des sexes dans le domaine de l'éducation [ver](#)
- Recomendação (90) 4F sobre a Eliminação do Sexismo na Linguagem - Conselho da Europa [ver](#)
- Declaração sobre educação e igualdade de oportunidades para raparigas e mulheres, adoptada pela XIV sessão da Conferência Permanente de Ministros Europeus da Educação (Bruxelas, 1985)
- Declaração sobre educação e igualdade de oportunidades para raparigas e mulheres, adoptada pela XI sessão da Conferência Permanente de Ministros Europeus da Educação (Haia, 1979)
- Conselho da Europa (2006). *Implementation and outcomes of the "2005 European Year of Citizenship through Education", "Learning and living Democracy"*, Relatório. Estrasburgo: Conselho da Europa.



- Conselho da Europa (2004). *Éducation à la citoyenneté démocratique 2001-2004 – étude pan européenne des politiques d'éducation à la citoyenneté démocratique*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2001). *L'égalité entre les femmes et les hommes à l'école et par l'école*. Actas do Seminário. Donaueschingen: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2001). *Responsability: From Principles To Practice*. Relatório. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2000). *Education for Democratic Citizenship, Teacher Training Courses 1992-1997*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2000). *Sites of Citizenship Brochure*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2000). *Un nouveau contrat social entre les femmes et les hommes: le rôle de l'éducation*. Actas do Seminário. Strasbourg: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2000). *Remembrance and Citizenship: From Places to Projects*. Relatório do Seminário. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- AUDIGIER, F. (2000). *Concepts de base et compétences-clés pour l'éducation à la citoyenneté démocratique*. Genève: Conseil de l'Europe.
- BELANGER, P. (2001). *Education for Democratic Citizenship: Methods, Practices and Strategies*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- BIRZEA, C. (1996). "Projet: *Éducation à la citoyenneté démocratique – rapport général*". Strasbourg: Conseil de l'Europe.
- CAREY, L. & Forrester, K. (2000). *Sites of Citizenship: Empowerment, Participation and Partnerships*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

União Europeia

Geral - http://europa.eu/index_pt.htm

Direitos humanos - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s20001.htm>
http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/intro/index.htm#treaties

Igualdade entre mulheres e homens - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s02310.htm>
http://ec.europa.eu/employment_social/gender_equality/index_en.html

Luta contra as discriminações - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s22002.htm>
http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/index_en.htm
http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/policy/aneval/legnet_en.htm

Cidadania da União Europeia - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s18000.htm>

Educação, Formação, Juventude - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s19000.htm>

Emprego e Assuntos sociais - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s02300.htm>



Ambiente - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s15000.htm>

Cultura - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s20014.htm>

Dialogo intercultural -

http://ec.europa.eu/culture/portal/events/current/dialogue2008_en.htm

Desenvolvimento - <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s05030.htm>

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2000
- Directiva sobre Igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres no emprego e na actividade profissional, 2006
- Resolução do Conselho da União Europeia sobre a participação equilibrada das mulheres e dos homens na actividade profissional e na vida familiar, 2000
- Recomendação do Conselho sobre a participação equilibrada das mulheres e dos homens no processo de decisão, 1996
- Directiva sobre não discriminação no emprego, 2000
- Directiva sobre não discriminação em função da "raça", 2000
- Commission européenne: *L'Éducation à la citoyenneté à l'école en Europe*, Rede Eurydice, 2005.
- A Cidadania nas Escolas da Europa [ver](#)
- Document de travail des services de la Commission européenne: New indicators on education and Training. Bruxelles, 29.11. SEC 1524/2004.
- Commission Européenne: Quel avenir pour les politiques d'éducation et de la citoyenneté: La commission adopte les grandes lignes des futurs programmes pour l'après 2006. (2004).
- Conseil de l'UE: Décision du Conseil du 26 janvier 2004 établissant un programme d'action communautaire pour la promotion de la citoyenneté européenne active (participation civique). 2004/100/CE.
- Commission Européenne: Open Learning Environment, Active Citizenship and Social Inclusion. Implementation of Education and Training 2010 work Programme: Progress Report. Bruxelles, 2003.
- Conseil de l'UE: Les objectifs concrets futurs des systèmes d'éducation et de formation. Rapport du Conseil «Éducation» au Conseil Européen. 5980/2001.
- *Manuel de références sur l'égalité des chances et dimension du genre dans l'enseignement primaire et secondaire des pays de l'Union Européenne*, Bruxelles, SAFE/Commission Européenne, (1998).



Portugal

Normas Jurídicas

Constituição da República Portuguesa -

www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx

Código Civil (Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro) -

www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&ficha=1&pagina=1

Código do Trabalho (Lei nº 99/2003 de 27 de Agosto) e Regulamento (Lei nº 35/2004, de 29 de Julho)

III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género (2007-2010) – (Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2007 de 22 de Junho de 2007)

Lei da nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril) e Regulamento (Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro)

Direito de Associação (Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro)

Lei dos Partidos Políticos (Lei Orgânica n.º 2/2003 de 22 de Agosto)

Estatuto do Direito de oposição - Lei 24/98 - 26 Maio

Lei da Liberdade Religiosa (Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho)

Direito de petição (Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, 15/2003 de 4 de Junho e 45/2007 de 24 de Agosto)

Lei da iniciativa legislativa dos cidadãos (Lei 17/2003 de 4 de Junho)

Lei que proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica (Lei nº 134/99, de 28 de Agosto)

Quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica (Lei nº 18/2004, de 11 de Maio)

Linguagem não discriminatória nos actos legislativos (Resolução do Conselho de Ministros nº 64/2006, de 18 de Maio)

III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) – (Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2007, de 22 de Junho de 2007)

I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010) – (Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2007 de 22 de Junho de 2007)

Conhecimento da língua portuguesa para aquisição da nacionalidade (Portaria nº 1403-A/2006, de 15 de Dezembro) é aferido pelo Ministério da Educação cabendo aos estabelecimentos de ensino, em articulação com a DGIDC, a certificação desse



conhecimento, designadamente através da realização de testes de diagnóstico de língua portuguesa.

Modelo de educação para a saúde nas escolas (Despacho nº 25 995/2005 - 2ª série -, de 16 de Dezembro).

Princípios orientadores do currículo do ensino secundário (Decreto-Lei nº74/2004, de 26 de Março), que referem a transversalidade da educação para a cidadania (alínea e) artº4º) e consideram que, em complemento das actividades curriculares, compete às escolas organizar e realizar, valorizando a participação dos alunos, acções de formação cívica (alínea c) do nº2 do artº 7º).

Perfil geral de desempenho do/a educador/a e professor/a (Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de Agosto)

Perfil específico de desempenho (Decreto-Lei nº 241/2001, de 30 de Agosto)

Princípios orientadores do currículo do ensino básico (Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro), que consideram Educação para a Cidadania como área transversal ao currículo e que estabelecem uma área não disciplinar – Formação Cívica - onde se privilegia o seu desenvolvimento, constituindo todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares espaços de trabalho de Educação para a Cidadania.

Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar (Despacho 5220/97, de 4 de Agosto de 1997) que prevêem a necessidade de “promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania”.

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro)

Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14 de Outubro), que apresenta, em todos os domínios (nomeadamente, organização e objectivos), uma perspectiva de cidadania activa e responsável.

Português Língua Não Materna no Currículo Nacional (Despacho Normativo n.º 7/ 2006, de 6 de Fevereiro; Despacho Normativo n.º 30/ 2007, de 10 de Agosto) é apoiado por um conjunto de instrumentos para facilitar o sucesso escolar das crianças filhas de imigrantes, nomeadamente Orientações Programáticas de PLNM para o ensino secundário homologadas em 04/04/2008 e exames nacionais de PLMN no 9.º e no 12.º ano (pela primeira vez este ano).

Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro)

Plano Nacional de Emprego - www.dgeep.mtss.gov.pt/planeamento/pne/pne2005.pdf

Plano Nacional de Acção para a Inclusão -
www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/FE4A1BA9-EE5D-432B-A7B0-0FA072587A1C/0/PNAINacional20062008Site.pdf

Lei de estrangeiros (Lei nº 23/2007, de 4 de Julho) e Regulamento (Decreto-Regulamentar nº 84/2007, de 5 de Novembro)



Concessão de autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima do crime de tráfico de pessoas (Decreto-Lei nº 368/2007, de 5 de Novembro)

Plano para a Integração dos Imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, de 3 de Maio)

Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro)

I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de Setembro)

Bibliografia Basilar para Apoio a Docentes

Edições do Ministério da Educação

Guiões Pedagógicos de Apoio à Educação para a Cidadania

DGIDC (2007). *Guião de Educação para a Cidadania em Contexto Escolar*. Lisboa: DGIDC/ME.

DGIDC (2007). *Guião de Educação para o empreendedorismo*. Lisboa: DGIDC/ME.

Educação para a saúde nas escolas - 3 relatórios publicados em www.dgidc.min-edu.pt (GTES 2005, 2007a; 2007b)

DGIDC (2006). *Boas Práticas de Cidadania* - nas áreas disciplinares, na Formação Cívica, em Trabalhos de Projecto e em Actividades de Complemento Curricular, Lisboa: DGIDC/ME. [ver](#)

DGIDC (2006). *Guião de Educação Ambiental: conhecer e preservar as florestas*. Lisboa: DGIDC/ME.

DGIDC (2006). *Guião de Educação do Consumidor*. Lisboa: DGIDC/ME.

DGIDC (2006). *Guião de Educação para a sustentabilidade na sala de aula*. Lisboa: DGIDC/ME.

Outras edições do Ministério da Educação

DGIDC (2007). *Módulo Cidadania e Segurança* para os alunos do 5º ano de escolaridade - componente da resposta pedagógica à proposta da Equipa de Missão para a Segurança Escolar visando contribuir para uma cultura cívica de segurança e para o exercício activo da participação cívica.

AFONSO, M. R. (2005). *Trabalhar os direitos humanos em contexto escolar – da compreensão aos instrumentos*. Lisboa: DGIDC/Comissão Nacional para as



Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos.

BREDERODE-SANTOS, Maria Emília (2007). “Que cidadania para o século XXI?” e “Cidadania, Cidadanias”, *Noesis*, nº 69, Ministério da Educação/DGIDC.

A Educação para a Cidadania nos Currículos (2005). *in Documento base para a construção de um referencial de competências*, DGIDC. [ver](#)

Educação para a Cidadania em Portugal (2004) *in Flexibilidade Curricular, Cidadania e Comunicação*, ME/DEB. [ver](#)

Horizontes de Educação para a Cidadania na Educação Básica (2000). *in Reorganização Curricular do Ensino Básico - Novas áreas Curriculares*, ME/DEB. [ver](#)

A Educação para a cidadania no sistema educativo português: 1974-1999 (2000). Lisboa: GAERI/ME.

DEB (2004). *Flexibilidade Curricular, Cidadania e Comunicação*. Lisboa: DEB/ME.

DEB (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências essenciais*. Lisboa: DEB/ME.

DEB (2001). *Educação Integração Cidadania*. Lisboa: DEB/ME.

DEB (2001). *Novas Áreas Curriculares*. Lisboa: DEB/ME.

DEB (2000). *Educação Intercultural – potenciar a diversidade entretecer culturas*. Lisboa: DEB/ME.

DEB (2000). *Promover a cidadania europeia – lutar contra a xenofobia e o racismo nas escolas*. Lisboa: DEB/ME.

DES (1999). *Educar para os Valores*. Lisboa: DES/ME.

DEB (1997). *Orientações curriculares para a educação pré-escolar* Lisboa. DEB/ME.

Instituto de Inovação Educacional (2002). *Actas do Encontro Internacional Educação para os Direitos Humanos*, Lisboa, IIE/ME.

Instituto de Inovação Educacional (2001). *Guia Anotado de Recursos sobre Direitos Humanos*, Lisboa, IIE/ME.

Instituto de Inovação Educacional (2000). *Direitos Humanos*, revista *Noesis*, nº de Out/Dez., Lisboa, IIE/ME.

Instituto de Inovação Educacional (1999), *Direitos Humanos e Educação para a Cidadania*, revista *Inovação* vol, 12, Lisboa, IIE/ME.

MAGALHÃES, A; Alçada, I. (2001). *Cidadania de A a Z*. Lisboa: Ministério da Educação.

MENEZES, I. (1995). *Educação Cívica em Portugal: um estudo preliminar*. Lisboa: IIE/ME.

MENEZES, I.; Afonso, M. R.; Gião, J.; Amaro, G. (2005). *Conhecimentos, Concepções e práticas de cidadania dos jovens portugueses- um estudo internacional*, DGIDC/ME.



MENEZES, I.; Xavier, E. & Cibebe, C. (1997). *Educação Cívica em Portugal nos Programas e Manuais do Ensino Básico*. Lisboa: IIE/ME.

PUREZA, J. M. et al. (2001). *Educação para a Cidadania Democrática. Relatório Final do Grupo De Acompanhamento do Projecto Europeu*. Lisboa. GAERI/IIE/ME.

Reconstruir os nossos olhares. O papel da orientação escolar e profissional na promoção da igualdade de oportunidades (2001). Coimbra, ME/DREC.

THOMAS, C. (2000). Tschoumy, Jacques (1989). *Os Direitos do Homem uma Educação Cívica e Moral para o nosso tempo*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Edições da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

ABRANCHES, Graça e CARVALHO, Eduarda (2000). *Linguagem, poder e educação: o sexo dos B,A,BAs*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

ACIOLY-REGNIER, Nadja, et al. (2001). *Meios Escolares e Questões de Género: Elementos de Reflexão para a Prática do Ensino*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

ALARIO TRIGUEROS, Teresa et al. (2001). *Identidade e género na prática educativa*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

ALIANÇA PARA A DEMOCRACIA PARITÁRIA (2003). *Afinal, o que é a Democracia Paritária?*, 3ª edição, Lisboa, CIDM.

ARAÚJO, Helena Costa e MAGALHÃES, Maria José (2000). *Des-fiar as Vidas, Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

As Mulheres Migrantes, Duas Faces de uma Realidade. Actas do Seminário (2005), Lisboa, CIDM.

BETTENCOURT, Ana, et al. (2000). *Educação para a cidadania*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

BOZZI TARIZZO, Gisella e De Marchi, Diana (2001). *Orientação e identidade de género. A relação pedagógica*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática. Actas do Seminário Internacional, (1999). Lisboa, CIDM.

Coeducar para uma sociedade inclusiva. Actas do Seminário Internacional, (2000). Lisboa, CIDM.

CORREIA, Anabela F. e RAMOS, Maria Alda A. D. (2002). *Representações de Género em Manuais escolares – Língua Portuguesa e Matemática: 1º ciclo*, Lisboa, CIDM.

CRUZ, Isabel, et al. (2006). *Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos*, Lisboa, CIDM.

Em busca de uma pedagogia da igualdade, (1995). Lisboa, CIDM.

Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género – A Plataforma de Acção de Pequim (1995-2005) (2005), Lisboa CIDM

FONSECA, José Paulo (1994). *Representações femininas nos manuais escolares de aprendizagem da leitura do 1º ciclo do ensino básico*, Lisboa, CIDM.



HENRIQUES, Fernanda, JOAQUIM, Teresa (1995). *Os Materiais Pedagógicos e o Desenvolvimento de uma Educação para a Igualdade entre Sexos*, Lisboa, CIDM.

Igualdade de Género em Portugal (2007) Lisboa, CIG.

Igualdade de Oportunidades e Formação Inicial de Docentes. Propostas curriculares, (1997). Lisboa, UA/CIDM.

LEAL, Ivone (1999). *Cristina de Pisano e Todo o Universo de Mulheres*, Lisboa, CIDM.

LISBOA, Manuel, e al. (2003) *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Lisboa, CIDM.

LISBOA, Manuel (coord.), e al. (2003) *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, Lisboa, CIDM.

LOURENÇO, Nelson, e al. (1997). *Violência contra as Mulheres*, Lisboa, CIDM.

MANITA, Celina (2005). *A intervenção dos Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal*, Lisboa, CIDM.

MARTELO, Maria de Jesus (2004). *A Escola e a Construção da Identidade das Raparigas. O exemplo dos manuais escolares*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

MARTINS, Manuel M. et al. (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*, Lisboa, CIDM.

MONGE, Maria Graciete, et al. (2000). *Criatividade e Coeducação: uma Estratégia para a Mudança*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

MONTEIRO, Natividade (2005). *Maria Veleda*, Lisboa, CIDM.

Na Política as Mulheres são Capazes! (2008). Lisboa, CIG.

NETO, António, et al. (2000). *Estereótipos de Género*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

NUNES, Maria Teresa Alvarez (2007). *Género e Cidadania nas Imagens de História*, Lisboa, CIG.

PERISTA, Heloísa et al. (2005). *Impacto em função do Género – Avaliação de Medidas de Política*, Lisboa, CIDM.

PINTO, Teresa (2000). *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

PINTO, Teresa (Coord.) (2002). *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação: Perspectivas Teóricas para Práticas Inovadoras*, Lisboa, CIDM.

Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças. Colectânea de textos legais e de instrumentos internacionais (2000). Lisboa, CIDM.

Saúde e violência doméstica: Uma questão de vida ou de Morte (2002). Lisboa, CIDM.

SILVA, Ana da, et al. (2005). *A narrativa na promoção da igualdade de género. Contributos para a educação pré-escolar*, 3ª edição, Lisboa, CIDM.

SILVA, Manuela (1999), *A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva*, Lisboa, CIDM.

SILVA, Maria Regina Tavares da (2005). *Carolina Beatriz Ângelo*, Lisboa, CIDM.

SILVA, Regina Tavares da (2002). *Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do início do século XIX*, 3ª edição, Lisboa, CIDM.



SILVA, Regina Tavares da (2002). *Heroínas da Expansão Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, CIDM.

SOUZA, Maria Reynolds de (2006). *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa, CIDM.

Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres. Actas do (01) Seminário Internacional. (2000, 2ª edição 2001). Lisboa, CIDM.

VICENTE, Ana (2000). *Direitos das Mulheres/Direitos Humanos*, Lisboa, CIDM.

Violência contra as Mulheres na Família. (1989, 7ª edição actualizada, 2003) Lisboa, CIDM.

Violência contra as Mulheres: Tolerância Zero – Encerramento da Campanha Europeia – Actas da Conferência de Lisboa. (2000). Lisboa, CIDM.

Edições diversas em língua portuguesa

AFONSO, A. J. (1997). *Educação Básica. Democracia e cidadania. Dilemas e perspectivas.* Porto: Edições Afrontamento.

AFONSO, M. R. (2005). *Construir e viver a cidadania em contexto escolar.* Lisboa: Plátano Editora.

AMÂNCIO, Lúcia (org.) (2004). *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte.

Amnistia Internacional - Secção Portuguesa (2001). *O Nosso Mundo, os Nossos Direitos - Ensino de Direitos e Responsabilidades no Ensino Básico.* Lisboa, Edição: Amnistia Internacional - Secção Portuguesa

Amnistia Internacional - Secção Portuguesa / Comissão Nacional para as Comemorações da Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos (1999) *Primeiros Passos - Um Manual de Iniciação à Educação para os Direitos Humanos*. Lisboa, Edição: Amnistia Internacional - Secção Portuguesa / Comissão Nacional para as Comemorações da Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos

Amnistia Internacional - Secção Portuguesa, (2004). *Siniko - Para uma cultura de Direitos Humanos em África.* Lisboa, Edição: Amnistia Internacional - Secção Portuguesa

Amnistia Internacional - Secção Portuguesa, (2005). *Todos os Direitos São Importantes - Um recurso educativo sobre a Convenção dos Direitos da Criança.* Lisboa, Edição: Amnistia Internacional - Secção Portuguesa

APPLE, Michael (2002). *Manuais Escolares e Trabalho Docente. Uma Economia Política de Relações de Classe e de Género na Educação*, Lisboa, Didáctica Editora.

ARAÚJO, Helena Costa, HENRIQUES, Fernanda (2000). "Política para a Igualdade entre os sexos em Educação em Portugal. Uma aparência de realidade", *ex aequo*, nº 2/3, pp. 141-151.



- ARNESEN, Anne-Lise (2000). "Relações sociais de sexo, igualdade e pedagogia na educação no contexto europeu", *ex aequo*, nº 2/3, pp. 125-140.
- BARRENO, M^a Isabel (1985). *O Falso Neutro: um estudo sobre a discriminação sexual no ensino*, Lisboa, I.E.D.
- BELTRÃO, L.; Nascimento, H. (2000). *O desafio da cidadania na escola*. Lisboa: Editorial Presença.
- BENTO, P. N. T. (2000). *Currículo e Educação para a cidadania. Reflexões a partir do processo de desenvolvimento curricular da área de formação pessoal e social no âmbito da Reforma Educativa dos anos 80-90*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia/UM.
- BREDERODE-SANTOS, Maria Emília (Coord.) (2003). (2^a edição), *A Constituição da República Portuguesa Trocada por (para) Miúdos*, Assembleia da República/Ministério da Educação.
- BREDERODE-SANTOS, Maria Emília, WOJCIECHOWSKA, Danuta e CARAMUJO, Paulo (Coord.) *Direitos à Solta. O Jogo da Democracia a Três Dimensões* (2004). Lisboa, Ed. Associação para a Promoção Cultural da Criança.
- BREDERODE-SANTOS, Maria Emília (2005). "Formação para a cidadania numa perspectiva de educação ao longo da vida", *Aprender ao Longo da Vida*, nº 4, Lisboa, Associação "O Direito de Aprender".
- CARDOSO, C. (1996). *Educação multicultural: percursos para práticas reflexivas*, Lisboa: Trinova.
- CARVALHO, A. D. (org.) (2000). *A educação e os limites dos direitos humanos: ensaios de filosofia da educação*. Porto: Porto Editora.
- CASTANHO, Graça (2003). "A problemática das profissões à luz dos Manuais Escolares", in AAVV, *Igualdade de oportunidades no Trabalho e no Emprego*, s/l, Comissão Consultiva regional para os Direitos das Mulheres.
- DELAMONT, Sara, (1985). *Os Papéis Sexuais e a Escola*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DELORS, J. et al (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Edições Asa.
- Escola não sexista: utopia ou realidade?*, (1990). Setúbal, ESES.
- FERNANDES, João Viegas (1987). *A Escola e a Desigualdade Sexual*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FERRÃO, Luís, BENGALA, Bruno, (2007). *Era uma vez no Planeta do respeito por Todos*, Edição Direcção Geral dos Impostos.
- FERREIRA, Ana Maria das Neves Valentim Monteiro (1998). *Desigualdades de género no actual sistema educativo português sua influência no mercado de emprego*, Coimbra, Quarteto, 2002.
- FIGUEIREDO, C. C.; Santos, A S. (2000). *A educação para a cidadania no sistema de ensino português*. Lisboa: Ministério da Educação.
- FIGUEIREDO, I. (1999). *Educar para a cidadania*. Porto: Edições Asa.



- FONSECA, A. M. (2000). *Educar para a cidadania: motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora.
- FONTAINE, Anne-Marie (1977). *A discriminação sexual dos papéis sociais nos manuais portugueses de aprendizagem da leitura*, Coimbra, Ed. da Faculdade de Letras.
- FONTAINE, Anne-Marie (1977). *A discriminação sexual dos papéis sociais nos manuais portugueses de aprendizagem da leitura*, Coimbra, Ed. da Faculdade de Letras.
- GOMES, Paula Botelho et al. (2000). *Equidade na Educação. Educação Física e Desporto na Escola*, Queijas, Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto.
- GRÁCIO, Sérgio (1997). *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA.
- HENRIQUES, Fernanda (1994). *Igualdades e diferenças*, Porto, Porto Editora.
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (1996). "Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade: o peso da variável sexo na representação de Bom Aluno", in ESTRELA, Albano, et.al (eds), *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*, Lisboa, AFIRSE Portuguesa/FPCE-UL, vol.2, pp.295-308.
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (2002). "Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", *ex æquo*, 6, pp.11-54.
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (1996). "Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade: o peso da variável sexo na representação de Bom Aluno", in ESTRELA, Albano, et.al (eds), *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*, Lisboa, AFIRSE Portuguesa/FPCE-UL, vol.2, pp.295-308.
- HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (2002). "Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", *ex æquo*, 6, pp.11-54.
- HENRIQUES, M.; Rodrigues, A.; Cunha, F.; Reis, J. (2000). *Educação para a Cidadania*, Lisboa: Plátano Editora.
- LELEUX, C. (2006). *Educar para a cidadania*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- LETRIA, J. J. (2000). *Cidadania Explicada aos Jovens*. Lisboa: Terramar.
- LIMA, L. (1998). *Por favor elejam a B. O associativismo juvenil na escola secundária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOURO, Guacira Lopes (2000). *Currículo, Género e Sexualidade*, Porto, Porto Editora.
- LYOTARD, J. F. (1991). *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote.
- MARTINS, G. O. (1991). *Escola de cidadãos*. Lisboa: Edições Fragmentos.
- MATOS et al (2005). *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola*. Lisboa, Edições CDI/FMH
- MONTEIRO, A. R. (2001). *Educação para a cidadania: textos internacionais fundamentais*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências/UL
- MORIN, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.



- NETO, Félix, et al. (org.) (1997). *Igualdade de Oportunidades e Educação Formação de Docentes*, Lisboa, Universidade Aberta.
- NETO, Félix, et al. (org.) (1999). *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta.
- NOGUEIRA, Conceição, SILVA, Isabel (2001). *Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo*, Porto, Ed. Asa.
- PAIS, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: INCM.
- PAIXÃO, M. L. L. (2000). *Educar para a cidadania*. Lisboa: Lisboa Editora.
- PATRÍCIO, M. (org.) (1997). *A escola Cultural e os valores*. Porto: Porto Editora.
- PEREIRA, M. S. (1999). *Exercícios de cidadania: Algumas propostas e leituras*. Lisboa: Fim de Século.
- PINSKY, J. (2004). *Cidadania e Educação*. São Paulo: Contexto.
- PINTO, C. (1986). *A escola: valores e aspirações dos jovens*. Lisboa: Instituto de Estudos e Desenvolvimento.
- PINTO, Teresa (1999). "A Avaliação dos Manuais Escolares numa perspectiva de Género", in CASTRO, R.V. et al. (org.), *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História*, Braga, Universidade do Minho, 1999, pp. 387-395.
- PINTO, Teresa (2000). "Igualdade na educação: contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu", *Ex æquo*, nº2/3, pp. 153-163.
- Praia, M. (1999). *Educação para a cidadania. Teoria e prática*. Porto: Edições Asa.
- PRAZERES, Vasco (2003). *Saúde juvenil no masculino. Género e saúde sexual e reprodutiva*, Lisboa, Direcção-Geral da Saúde.
- SAAVEDRA, Luisa (2001). "Sucesso/insucesso escolar. A importância do nível socioeconómico e do género", *Psicologia*, vol. XV (1), pp. 67-92.
- SAAVEDRA, L. (2005). *Aprender a ser rapariga, aprender a ser rapaz: teorias e práticas da escola*. Coimbra: Almedina.
- SANTOS, M. E. M. (2001). *A cidadania na voz dos manuais escolares – Que temos? O que queremos?* Lisboa: Livros Horizonte.
- SAVATER, F. (1997). *O valor de Educar*. Lisboa: Editorial Presença.
- SAVATER, F. (2002). *Política para um jovem*. Lisboa: Editorial Presença.
- SAVATER, F. (1993). *Ética para um Jovem*, Lisboa: Editorial Presença.
- SÉRGIO, A. (1954). *Educação Cívica*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- SERRAVALLE, Ethel Porzio (org) (2000). *Saberes e Liberdade. Masculino e Feminino nos Livros, na Escola e na Vida*, Milão, Associazione Italiana Editori.
- SOARES, J. V. (2003). *Como abordar a cidadania na escola*. Lisboa.
- SOUTA, L. (1997). *Multiculturalidade e Educação*, Porto, Profedições.
- TEODORO, A. (org.) (...) *Educar, promover, emancipar*. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas.



V.V.A.A., (2006). *Educação e Formação em Bioética – Actas do 9º Seminário do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida - CNECV*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

VALENTE, Odete (2002). (3ª edição). *A escola e a educação para os valores: Antologia de textos*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação/UCL.

VAQUINHAS, Irene (2000). “Breves palavras a propósito da invisibilidade das mulheres nos Programas de História dos ensinos básico e secundário”, in «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Lisboa, Colibri, 185-196.

VIEIRA, Cristina (2002). "A escola e a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres: a importância dos profissionais de orientação escolar e profissional", *Psychologica*, 30, pp. 461-468.

VIEIRA, Cristina (2006). *É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar*, Coimbra, Almedina.

VIEIRA, Maria Manuel (1993). “Letras, Artes e Boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes”, *Análise Social*, XXVIII, 120, 7-53.

Edições electrónicas

Cruz Vermelha Europeia (2004). *Guia das Boas Práticas sobre Segurança Rodoviária e Educação de Primeiros Socorros para Crianças*
www.1-life.info/guide/portuguese/index.htm

Portais e sítios de Órgãos de Soberania, das Regiões Autónomas, da Procuradoria-Geral da República, do Provedor de Justiça, de serviços da Administração Pública e de outras entidades

Presidente da República - www.presidencia.pt/

Assembleia da República - www.parlamento.pt

Parlamento dos jovens - <http://app.parlamento.pt/webjovem2008/index.html>

Governo – www.portugal.gov.pt/Portal/PT

Tribunais:

Tribunal Constitucional - www.tribunalconstitucional.pt/tc/index.html

Supremo Tribunal de Justiça - www.stj.pt/

Supremo Tribunal Administrativo - www.stadministrativo.pt

Tribunal de Contas - www.tcontas.pt/

Regiões Autónomas:

Presidência do Governo Regional dos Açores - www.azores.gov.pt/

Assembleia Legislativa Regional dos Açores - www.alra.pt/

Presidência do Governo Regional da Madeira - www.gov-madeira.pt/

Assembleia Legislativa Regional da Madeira - www.alrm.pt/



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Representante da República para a Região Autónoma dos Açores: Não tem página

Representante da República para a Região Autónoma da Madeira:

www.ministrodarepublica-madeira.pt

Procuradoria Geral da República - www.pgr.pt

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa – Base de dados legislativa

www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_main.php

Gabinete de Documentação e Direito Comparado – Instrumentos e textos internacionais sobre Direitos Humanos – www.qddc.pt/direitos-humanos/index-dh.html

Provedor de Justiça - www.provedor-jus.pt/

Portal do Cidadão - <http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt>

Comissão Nacional de Eleições - www.cne.pt/

Gabinete para os Meios de Comunicação Social - www.ics.pt/

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - www.ciq.gov.pt/

Portal da Educação

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular - www.min-edu.pt/outerFrame.jsp?link=http%3A/www.dgidc.min-edu.pt/

Conselho Nacional de Educação - www.min-edu.pt/outerFrame.jsp?link=http%3A/www.cnedu.pt/

Ministério da Educação - www.min-edu.pt

Ministério dos Negócios Estrangeiros – www.mne.gov.pt

Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - www.secomunidades.pt

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - www.mctes.pt

Portal da Saúde - www.portaldasaude.pt/portal

Direcção-Geral do Consumidor -

www.consumidor.pt/portal/page?_pageid=34,1&_dad=portal&_schema=PORTAL

Instituto Português da Juventude – www.juventude.gov.pt/portal/ipj

Conselho Nacional de Juventude - www.cnj.pt/

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - www.cite.gov.pt/

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – www.acidi.gov.pt

Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco - www.cnpcjr.pt/



Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida – www.cneqv.gov.pt

Instituto Nacional para a Reabilitação - www.snripd.pt/

Prevenção e Segurança Rodoviária - www.mai.gov.pt/lertexto.asp?id=56

Agência Portuguesa do Ambiente -
www.apambiente.pt/portal/page?_pageid=73,1&_dad=portal&_schema=PORTAL

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos - www.dgci.min-financas.pt
Declarações electrónicas: - www.e-financas.gov.pt

Centro de Estudos Judiciários - www.cej.mj.pt/cej/home/home.php

Ordem dos Advogados - www.oa.pt/default.aspx

Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007 – 2013 -
<http://www.qren.pt/index.php?lang=0>

Organizações não Governamentais convidadas a integrar o Fórum Educação para a Cidadania

Aministia Internacional Portugal - www.amnistia-internacional.pt/

Asistencia Médica Internacional - www.ami.org.pt/

Associação 25 de Abril - www.25abril.org/

Associação Abraço - www.abraco.org.pt/

Associação Europeia para a Criatividade e Solidariedade Social - www.europaviva.org/

Associação para o Planeamento Familiar - www.apf.pt/

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - <http://www.apav.pt/>

Associação para a Promoção Cultural da Criança - www.apcc.org.pt/

Associação Sentidos e Sensações - Associação de Promoção e Educação para a saúde - www.sentidosesensacoes.pt/

CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral - <http://www.cidac.pt/>

Civilis - <http://www.cidadania.pt/>

Civitas - Associação para a Protecção e Defesa dos Directos dos Cidadãos -
www.civitas.pt/

Comissão Nacional Justiça e Paz - www.cnjp.ecclesia.pt/

Confederação Nacional das Associações de Pais - www.confap.pt/



Conselho Português para os Refugiados - www.cpr.pt/

Cruz Vermelha Portuguesa - www.cruzvermelha.pt/cvp_t/

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - www.deco.proteste.pt/

Graal - www.graal.org.pt/

Humana Global – Associação para a Promoção dos Directos humanos da Cultura e do Desenvolvimento - www.humanaglobal.com/

INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL - www.inde.pt/

Intercultura – AFS Portugal - www.intercultura-afs.pt/por_po/home

OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento - www.oikos.pt/

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para Desenvolvimento - www.plataformaongd.pt/

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres - www.plataformamulheres.org.pt/

Prevenção Rodoviária Portuguesa - www.prp.pt/inicio.asp

Pro Dignitate – Fundação de Directos Humanos - www.prodignitate.pt/

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens - www.redejovensigualdade.org.pt/

Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal - www.reapn.org/

Rede ex aequo - Associação de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros e Simpatizantes – ex-aequo.web.pt/

SOS Racismo - www.sosracismo.pt/

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta - www.umarfeminismos.org/

Educar para a Diversidade: Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género
<http://ex-aequo.web.pt/arquivo/professores.pdf>

Equipa Aventura Social - www.aventurasocial.com

Facilitação Eficaz
<http://tilz.tearfund.org/Portugues/Passo+a+Passo+51-60/Passo+a+Passo+60/Facilita%C3%A7%C3%A3o+eficaz.htm>



Outros Países

Bibliografia basilar para apoio a docentes

- ALARIO TRIGUEROS, Teresa et al. (coord.), (1997). *Persona, género y educación*, Salamanca, Amarú.
- ALARIO TRIGUEROS, Teresa, et al. (coord.), (1998). *Hacia una Pedagogía de la Igualdad*, Salamanca, Amarú Ed.,.
- ARNOT, Madeleine, Weiner, Gaby (eds.) (1989). *Gender and the Politics of Schooling*, 2ª ed., London, Unwin Hyman / The Open University, (1ª ed. 1987).
- BRULLET, Cristina e SUBIRATS, Marina (1990). *La coeducación*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia.
- CRABBE, Brigitte et al. (1985). *Les femmes dans les livres scolaires*, Bruxelles, Pierre Mardaga Edit..
- Elige bien: un libro sexista no tiene calidad* (1996). Madrid, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales/ Instituto de la Mujer, Serie Cuadernos de Educación no sexista nº 5.
- EMAKUNDE, *Transmitimos valores sexistas a través de los libros de texto?* (1992). s/l, EMAKUNDE – Instituto Vasco de la Mujer.
- Equal presence for boys and girls in educational materials. Report European Conference*, (1997). Enschede, The National Institute for Curriculum Development (SLO).
- FERNANDEZ VALENCIA, Antonia (coord.) (2001). *Las mujeres en la enseñanza de las ciencias sociales*, Madrid, Ed. Síntesis.
- MITRANI, Monique, COURAUD, Geneviève (2000). *A partir de la mixité à l'école, construire l'égalité*, Paris, Conseil Economique et Social.
- MOSCONI, Nicole (1989). *La mixité dans l'enseignement secondaire: un faux-semblant?*, Paris, PUF.
- MOTTIER, Ilja (1997). *S/he in Textbooks*. Enschede, SLO.
- NAVAL, C. (1995). *Educuar ciudadanos: la polemica liberal comunitarista e education*. Pamplona: EUNSA.
- NIETO, S. (2000). *Affirming diversity*. Nova Iorque: Teacher's College Press.
- ROS, María (1994). "La igualdad de género en la educación: una revisión de sus indicadores sociales", in ÁLVARO PAGE, Mariano (coord.), *Propuesta de un sistema de indicadores sociales de igualdad entre géneros*, Madrid, Instituto de la Mujer, pp. 163-205.
- RUDDUCK, Jean (1994). *Developing a Gender Policy in Secondary Schools*, Buckingham, Open University Press,.
- SHMURAK, Carole B. (1998). *Voices of Hope: Adolescent Girls at Single Sex and Coeducational Schools*, Peter Lang.



SZELÉNYI, Zsuzsanna (Coord.), FLOWERS, Nancy, BREDERODE-SANTOS, Maria Emília, CLAEYS, Jo et al. (2007). *Compasito, Manual on Human Education for Children*, Council of Europe, Directorate of Youth and Sport.

Experiências Pedagógicas de Educação para a Cidadania

Reino Unido - 'Schools Plus to Extended Schools' (compiled by Julian Piper), Coventry, ContinYou, 2006, www.continyou.org.uk

Espanha - <http://www.mec.es/>

Outras experiências referidas no Objectivo Estratégico 5:

www.debating.net/

www.idebate.org/

www.britishdebate.com/

www.schoolsdebate.com/

Portais e sítios diversos

Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias – www.curia.eu.int/pt/index.htm

Tribunal de 1ª Instância (ou Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias) - www.curia.eu.int/pt/instit/presentationfr/index.htm

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos - www.echr.coe.int/

Escritório da Comissão Europeia em Portugal - http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm

Escritório da OIT em Lisboa - <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/>

Referências bibliográficas para aprofundamentos diversos

Bibliografia em Língua Portuguesa

ALVES, J. L. (2005). *Ética e Contrato Social*. Lisboa: Edições Colibri.

ALVES, J. L. (coord.) (1998). *A ética e o futuro da democracia*, Lisboa, Edições Colibri.

ANDRADE, J. C. V. (2001). (2ª edição). *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina.

ANTUNES, M. (1973). *Educação e Sociedade*. Lisboa: Sampedro.



- ARAÚJO, L. (1992). *A Ética como Pensar Fundamental. Elementos para uma problemática da Moralidade*. Lisboa: INCM.
- ARBLASTER, A. (1988). *A democracia*. Lisboa: Estampa.
- BARBALET, J. M. (1985). *A cidadania*. Lisboa: Estampa.
- BARRETO, A. (org.) (1997). *A situação Social em Portugal (1966-1996)*. Lisboa: ICS/UL.
- BARRETO, A. (org.) (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999 – indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: ICS/UL.
- BOBBIO, N. (1989). *Estado*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol.14. Lisboa: INCM.
- BOBBIO, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BRAGA, M. (org.) (1980). *Manual de Instrução Cívica do cidadão português*. Lisboa: Terra Livre.
- BRAGA, M. C. (1995). *Instituições políticas e processos sociais*. Lisboa: Bertrand Editora.
- CAMPS, V. (1996). *Paradoxos do Individualismo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- CASTELLS, M. (2003). *O fim do Milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORREIA, J. C. (2004). *Comunicação e Cidadania: os Media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CORTESÃO, J. (1974). *Os factores democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- CUNHA, P. O. (1996). *Ética e Educação*. Lisboa: Universidade Católica.
- DIAS, J. (1994). *O essencial sobre a cultura portuguesa*. Lisboa: INCM.
- DIAS, J. (org.) (2003). *Cidadania Activa, mais e melhor Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- ESPADA, J. C. (2004). *Direitos Sociais e cidadania*. Lisboa: INCM.
- FERNANDES, A. J. (2004). *Direitos Humanos e Cidadania Europeia. Fundamentos e Dimensões*. Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, António Ferreira (1998). *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Afrontamento.
- GALTUNG, J. (1998). *Direitos Humanos: Uma Nova Perspectiva*. Lisboa: Instituto Piaget.
- HESSEN, J. (1980). *Filosofia dos valores*. Coimbra: Arménio Amado.
- HOLTON, Robert (1992). *Economia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KUENG, H. (1996). *Projecto para uma ética Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LIPOVETSKY, G. (1992). *A era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água.
- MADEC, A.; Murard, N. (1998). *Cidadania e Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MARQUES, R. (2003). *Valores éticos e cidadania*. Lisboa: Editorial Presença.



- MARTINS, A. (2000). *Direito à cidadania*. Lisboa: Dom Quixote.
- MATOS et al, (2008). *Sexualidade, segurança e SIDA*. Lisboa, Edições CMDT/IHMT; FCT & FMH/UTL
- MATOS et al (2008). *Consumo de substâncias: à procura de um estilo ou uma vida sem estilo*. Lisboa, Edições IDT
- MATTOSO, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- MEMMI, A. (1993). *O Racismo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MIRANDA, J. (2003). *Constituição e Cidadania*. Coimbra: Almedina.
- MOUNIER, E. (1960). *O Personalismo*. Lisboa: Moraes Editores.
- MOURA, J. B. (1998). *Repensar a Cidadania*. Lisboa: Edições Diário de Notícias.
- NABAIS, José Casalta (1998). *O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo*. Coimbra, Almedina.
- PAIS, J. M. (Coord.) (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- PENA PIRES, R. (2003). *Migrações e Integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*.
- PICO DE LA MIRANDOLA (1989). *Discurso sobre a dignidade humana*. Lisboa: Edições 70.
- PINSKY, J. (org.) (2004). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto.
- PINSKY, J.; Pinsky, C. B. (2003). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes (1998). "As mulheres, a cidadania e a sociedade activa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº50, pp. 15-26.
- PRIGOGINE, I. ; Morin, E. (1998). *A sociedade em busca de valores*. Lisboa: Instituto Piaget.
- RAINHA, José Hermínio Paulo Rato, (2007). *Impostos: noções essenciais*, Edição Direcção Geral dos Impostos.
- RAWLS, J. (1993). *A teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença.
- RIBEIRO, A. et al. (1998). *Repensar a cidadania: nos 50 anos da declaração universal dos direitos humanos*. Lisboa: Editorial Notícias.
- RICOEUR, P. (1997). *O justo e a essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SAAVEDRA, Luisa (2001). "Discursos da igualdade/omissão: análise de legislação sobre igualdade entre os sexos", *Revista Portuguesa de Educação*, 14, 1, pp. 263-285.
- SANTOS, B. S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.
- SILVA, J. P. (2004). *Direitos de cidadania e direito à cidadania*. Lisboa: Observatório da Imigração.



SILVA, Manuela (1999). *A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa, CIDM.

SOARES, Domitília D. (2004). *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal*. Coimbra, Almedina

SOROMENHO MARQUES, V. (1991). *Direitos Humanos e Revolução*. Lisboa: Edições Colibri.

SOROMENHO MARQUES, V. (1996). *A era da cidadania: de Maquiavel a Jefferson*. Lisboa: Europa-América.

SWEET, A. S., et al (2003). *Cidadania e novos poderes numa sociedade global*. Lisboa: Dom Quixote.

TOFFLER, A. (1991). *Os novos Poderes*. Lisboa: Livros do Brasil.

TOLDY, Teresa; Ramos, Cláudia; Vila Maior, Paulo and Lira, Sérgio (eds.) (2007). *Cidadania(s): discursos e práticas / Citizenship(s): Discourses and Practices*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

TOLDY, Teresa; Ramos, Cláudia; Vila Maior, Paulo and Lira, Sérgio (orgs.). (2007). *Actas do Congresso Internacional Cidadania(s): discursos e práticas / Proceedings of the International Congress Citizenship(s): Discourses and Practices*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. (CD-rom)

VALA, J. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/UL.

VIEGAS, J. M. et al (2000). *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras: Celta Editores.

VIEIRA, Ricardo (1999). *Ser Igual, Ser diferente: Encruzilhada da Identidade*. Porto: Profedições.

VILLAVERDE CABRAL, M. (1997). *Cidadania Política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.

WIEVIORKA, M (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda.

WIEVIORKA, M (2002). *O racismo. Uma introdução*. Lisboa: Fenda.

Bibliografia em outras Línguas

ARENDT, H. (1950). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.

BAUDELLOT, Christian, ESTABLET, Roger, (1992). *Allez les Filles!*, Paris, Seuil.

BONDER, Gloria (1993). *La igualdad de oportunidades para mujeres y varones: una meta educativa*, Buenos Aires, Ministerio de Cultura y Educación.

BOUCHARD, Pierrette, BOILY, Isabelle, PROULX, Marie-Claude (2003). *La réussite scolaire comparée selon le sexe: catalyseur des discours masculinistes*, Ottawa, Condition Féminine Canada.

FAULKS, K. (2000). *Citizenship*. London: Routledge.



GARCÍA COLMENARES, Carmen (1997). “Más allá de las diferencias: hacia un modelo de persona no estereotipado”, in ALARIO TRIGUEROS, Teresa et al. (coord.), *Persona, género y educación*, Salamanca, Amarú Ed., pp.73-85.

HABERMAS, J. (1994). *Citizenship and national identity*. London: Sage.

JANOSKI, T. (1998). *Citizenship and civil society: a framework of rights & obligations in liberal traditional and social democratic regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEWIS, Vicky, HABESHAW, Sue (1990). *53 Interesting Ways to Promote Equal Opportunities in Education*, Bristol, Technical and Educational Services Ltd..

MAÑERU MÉNDEZ, Ana e Rubio Herráez, Esther (1992). *Educación para la igualdad de oportunidades de ambos sexos*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia.

MARSHALL, Th. H. (1950). *Citizenship and Social Class*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARSHALL, Th. H. (1973). *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press.

RICOEUR, P. (1991). *Soi même comme un autre*. Paris: Editions Seuil.

Sexism and sex-stereotyping, (1994). Department of Education. Dublin.

STEVENSON, Nick (2001). *Culture and citizenship*, Londres, Sage.

TORNEY-PURTA, J. et al (1999). *Citizenship education across countries: Twenty-four case studies from the IEA Civic Education project*. Amsterdam: IEA.

TORNEY-PURTA, J. et al (2001). *Citizenship and education in twenty-eight countries. Civic Knowledge and engagement at age fourteen*. Amsterdam: IEA.

WENGER, E. (1998). *Communities of practice: learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Anexo II

OBJECTIVOS E DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL QUER PARA OS ESPAÇOS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES, QUER PARA AS ÁREAS CURRICULARES

- Assumir a dignidade do ser humano como valor central da vida em sociedade;
- Incorporar a representação das outras pessoas como iguais e assumir a igualdade como o valor constitutivo da organização social;
- Lidar com a complexidade;
- Optar com coerência e hierarquizar princípios e valores que se opõem entre si mas que integram o nosso mundo (ex: competitividade e solidariedade – como lidar com ambos e como se podem harmonizar);
- Assumir a liberdade de ser;
- Consciencializar o sentido das múltiplas pertenças individuais e assumir o direito a elas;
- Assumir a responsabilidade individual pelo funcionamento do colectivo;
- Facilitar a compreensão das relações que existem entre a vida nos nossos contextos e a vida das pessoas que habitam outras partes do mundo;
- Desenvolver valores, atitudes e comportamentos que aumentam a auto-estima dos indivíduos e dos grupos, capacitando-os para serem mais responsáveis e conscientes das implicações dos seus actos;
- Promover a compreensão entre os povos, os grupos culturais, nacionais, religiosos, linguísticos e minoritários.
- Desenvolver conhecimentos sobre os elementos, factores e agentes económicos, sociais e políticos que explicam a dinâmica das sociedades em que vivemos e que provocam a existência da pobreza, da marginalização, da desigualdade de homens e mulheres, da discriminação por qualquer factor, da opressão e da falta de oportunidades para milhões de pessoas em todo o mundo.
- Desenvolver um pensamento crítico e transformador que encoraje a participação em propostas de mudança a favor de um mundo mais justo relativamente à distribuição dos recursos, bens e poder.
- Favorecer um desenvolvimento humano sustentável no âmbito individual, comunitário e internacional.

Anexo III

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS A DESENVOLVER TRANSVERSALMENTE NO CURRÍCULO

O exercício da pleno da cidadania global implica o desenvolvimento de competências sociais e cívicas pressupondo a globalidade do ser humano, que correspondam a uma atitude, a uma *forma de estar* em todos os contextos da vida dos indivíduos, que resultem da consciência dos direitos, dos deveres e das responsabilidades, à luz das múltiplas pertenças das pessoas, através de aprendizagens cognitivas e comportamentais com o desenvolvimento programático adequado ao nível de escolaridade, que se agregam nos 3 seguintes eixos:

Eixo 1 - Postura cívica individual:

- saber exercer e compatibilizar os direitos humanos – que abrangem os civis, políticos, económicos, sociais, culturais, ambientais e do desenvolvimento - à luz dos principais instrumentos que os consagram a nível nacional, internacional e comunitário, bem como reagir em caso de incumprimento;
- saber usar e desenvolver a consciência crítica como instrumento de intervenção cívica, designadamente no que respeita à linguagem;
- saber fazer uma leitura crítica da realidade e da informação, assente na capacidade de distinguir entre o real e o virtual, bem como na consciência do papel dos media e da sua influência na sociedade;
- saber argumentar a primazia dos direitos humanos e a separação de poderes relativamente a eventuais justificações para a respectiva violação emanadas de qualquer poder, incluindo os de natureza temporal, religiosa, filosófica ou fáctica;
- aceitar a sua própria identidade, as características, possibilidades e limitações do próprio corpo;
- valorizar as experiências pessoais como construção da identidade;
- desenvolver a auto-estima, a responsabilidade, o respeito por si e pelas outras pessoas, a coragem, a persistência, a capacidade de superação da adversidade e a afirmação da cidadania em qualquer circunstância;
- saber agir com urbanidade, simplicidade, rigor, auto-domínio e respeito por si pelas outras pessoas, designadamente no quadro da circulação rodoviária;
- saber recusar estereótipos e preconceitos e valorizar positivamente a diversidade;
- ter autonomia quer para o cuidado individual, incluindo nos domínios da sexualidade, da saúde e dos comportamentos de risco, incluindo a circulação rodoviária, quer para as tarefas de cuidado inerentes à vida familiar e às amizades, e aos espaços em que estas se desenvolvem;

- ter autonomia para o exercício de uma profissão e para o ajustamento aos riscos de conjunturas económicas diversificadas;
- saber criar e desenvolver uma atitude de exigência e de aperfeiçoamento permanente, designadamente no domínio do conhecimento e das qualificações;
- saber entender o cumprimento dos deveres fundamentais, incluindo os fiscais e contributivos e a respectiva aplicação ao caso concreto como dimensão estruturante da cidadania e da coesão social num Estado de direito democrático;
- ter capacidade de resposta a situações de emergência e de não omissão do auxílio exigível, desde os primeiros socorros até à participação em acções ou campanhas de ajuda humanitária em situações nacionais ou internacionais graves;
- ter capacidade de resposta a situações de ofensa dos direitos fundamentais, incluindo no convívio social, nas práticas profissionais ou em situações do quotidiano;
- ter capacidade de defesa própria ou alheia em estado de necessidade, de escolha informada sobre a adequação dos meios a utilizar e de exercício do direito de queixa às entidades competentes;
- saber rejeitar a vitimização, a subserviência, a humilhação, a intimidação, a manipulação, o medo, a corrupção, a hipocrisia, os comportamentos violadores da dignidade humana própria ou alheia, a desproporção na exigência de superação dos próprios limites, a exploração de fragilidades alheias, a arrogância, o abuso de autoridade ou de posição dominante;
- saber gerir realidades complexas e eleger prioridades;
- saber clarificar valores, reconhecer e gerir sentimentos próprios e compreender os alheios;
- saber como participar socialmente e como assumir responsabilidades, designadamente de liderança, para a construção do bem estar colectivo tanto a nível local como global;

Eixo 2 - Relacionamento interpessoal:

- saber comunicar no respeito pela igual liberdade e pela igual dignidade de todas as pessoas, tendo em conta a pluralidade de pertenças individuais;
- saber comunicar de igual para igual com homens e mulheres;
- saber rejeitar a reprodução simbólica da estratificação social, designadamente através da recusa de utilização de títulos nobiliárquicos ou graus académicos no tratamento das pessoas, salvo quando tal utilização seja legalmente obrigatória;
- saber ouvir activamente, interpretar opiniões e dialogar (apresentando posições fundamentadas e argumentando);
- ter capacidade de diálogo, de cooperação, de resolução de problemas, de gestão de conflitos, de prevenção de situações de violência e de organização colectiva e associativa;
- assumir comportamentos sexuais saudáveis incluindo o uso de preservativo no contexto da prevenção do VIH/SIDA e prevenção da gravidez não desejada;
- respeitar a diversidade, os direitos fundamentais de todos e de todas, as suas opiniões e crenças;
- ter sensibilidade face aos sentimentos, e necessidades, recursos e propostas dos outros e capacidade de *demonstrar solidariedade*);

- saber rejeitar a violência como solução dos conflitos interpessoais;

Eixo 3 - Relacionamento social e intercultural:

- saber exercer os deveres inerentes ao Estado de Direito democrático, compreendendo os respectivos fundamentos;
- saber reconhecer a importância da participação na vida democrática e dos códigos de conduta que a regem, em particular através do exercício do direito/dever de sufrágio e dos direitos/deveres fiscais e contributivos;
- defender os direitos humanos, identificar e desenvolver práticas de responsabilidade social, comprometer-se com a justiça social e a igualdade, disponibilizando-se para contribuir para a erradicação da pobreza em prol de um mundo mais solidário;
- saber como funciona a estrutura política e organizativa do País e da União Europeia e quais são as respectivas bases;
- saber respeitar a diversidade humana, exercer a liberdade cultural no quadro dos direitos humanos e de uma concepção global e sistémica do mundo em que vivemos;
- saber respeitar o património cultural e natural;
- desenvolver sensibilidade para os impactos ambiental e social das actividades individuais e colectivas;
- rejeitar a violência em geral e as atitudes de intolerância e exclusão;
- saber reconhecer as injustiças e desigualdades e interessar-se activamente pela procura e prática de formas de vida mais justas;
- procurar, adquirir e analisar criticamente informação relevante acerca das realidades locais e globais;
- adquirir critérios de valor relacionados com a coerência, a solidariedade e o compromisso pessoal e social, dentro e fora da escola;
- aprender a reflectir sobre os conflitos de valor, pensando segundo critérios de justiça e dignidade pessoal a partir de princípios universais;
- saber viver em paz, igualdade, justiça e solidariedade, e promover estes valores nas sociedades plurais dos nossos dias.



Anexo IV

REFERENCIAL PEDAGÓGICO PARA O ESPAÇO CURRICULAR NÃO DISCIPLINAR FORMAÇÃO CÍVICA – LEMA, CONTEÚDOS E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

1 – Lema: “Para salvar o planeta, Cidadania Global”

Fundamentos:

- a) A ideia de ‘salvar o planeta’ está muito difundida e merece consenso generalizado
- b) As escolas têm contribuído largamente para a disseminação das preocupações ambientais e para a intervenção responsável das pessoas neste domínio
- c) As gerações mais novas estão sensibilizadas para a questão e têm-se constituído seus agentes activos
- d) Importa não restringir a ideia de “Salvar o planeta” à preservação do ambiente físico, que é uma das dimensões da cidadania, mas incluir a qualidade do ambiente que resulta do relacionamento humano, o qual abrange a postura cívica individual, o relacionamento interpessoal e o relacionamento social e intercultural, ou seja, a Cidadania Global
- e) O conceito “**Cidadania Global**” tem origem nos trabalhos do Conselho da Europa, designadamente do Centro Norte Sul e do Departamento de Educação para a Cidadania, e implica o exercício de direitos e deveres tanto na esfera pública como na esfera privada, pressupondo a tomada de consciência da responsabilidade individual no respeito pelos direitos humanos, no aprofundamento da democracia e na construção da coesão social, num quadro de interdependência global.

2 – Conteúdos

Importam conteúdos pedagógicos capazes de alicerçar uma cultura humanista baseada, nomeadamente, em referências de carácter geo-histórico e sócio-cultural, que integre a problemática da cidadania de mulheres e de homens na abordagem dos conteúdos disciplinares, isto é, no conhecimento

- o dos direitos fundamentais e da sua concretização no direito internacional e nacional, com particular enfoque na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa;
- o de elementos estruturantes da cultura europeia e nacional;
- o da diversidade das sociedades e das civilizações e da interdependência a nível mundial.

Importam propostas educativas que reconheçam, explicitem e favoreçam, relativamente a raparigas e rapazes, homens e mulheres, a expressão das particularidades e diferenças, tais como grupo minoritário, comunidade cultural, orientação sexual, classe, idade, situação de deficiência, religião, nomeadamente,



aproveitando áreas e temas que capazes de constituir oportunidades de aprendizagens em torno das práticas, comportamentos e atitudes de exercício de cidadania, como por exemplo, o cuidado, incluindo a protecção do ambiente natural e o apoio à vida familiar e ao espaço em que esta se desenvolve o desporto, a saúde e a sua protecção, os comportamentos de risco, incluindo a circulação rodoviária, a resposta a situações de emergência, incluindo primeiros socorros, a sexualidade, o consumo.

A este propósito e a título exemplificativo, sublinha-se a importância de três conceitos críticos dos nossos dias:

Consumo Responsável

Falar de consumo responsável implica, além de uma abordagem aos direitos dos consumidores, uma referência sobre os direitos dos produtores e das produtoras dos bens e serviços que se consomem diariamente, assim como dos direitos de todas as pessoas que contribuem para que esses produtos cheguem aos mercados (ao nível da distribuição e da comercialização). Significa então falar dos deveres dos/as consumidores/as, de fazer escolhas conscientes e críticas, contribuindo para uma maior dignidade humana e para o respeito pelo ambiente.

Segurança Humana

Recusando uma visão mais restrita, que se centra em fontes de insegurança *stricto sensu*, político/militares e criminais, enfatiza-se uma visão alargada de segurança humana que engloba as inseguranças físicas directas (político-militares), bem como inseguranças de natureza sócio-económica e ambiental. Ou seja, engloba todas as formas de protecção que face a ameaças e situações críticas têm influência no assegurar da sobrevivência e da dignidade dos indivíduos e das comunidades.

Média

Os Média devem ser entendidos como instrumentos privilegiados para o diálogo entre as pessoas e as culturas; instrumentos que potenciam o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs, simultaneamente, reivindicativos da liberdade individual e defensores da fraternidade global, da tolerância e da solidariedade; instrumentos que promovem a imaginação e a valorização da inteligência humana.

TEMÁTICAS A ABORDAR NA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA GLOBAL

Eixo 1 - Postura cívica individual

a) Identidade cidadã

- formação da identidade - auto-estima, consciência dos limites, responsabilidade e valorização positiva
- diferenças e pertenças múltiplas
- formação da consciência crítica

b) Autonomia individual

- autonomia para a construção de projectos de vida
- autonomia para o exercício de uma profissão e para as tarefas do cuidado
- desenvolvimento da capacidade de liderança
- situações e comportamentos de risco, incluindo circulação rodoviária e dependências

- desenvolvimento da capacidade de resposta a situações de emergência, incluindo primeiros socorros
- alimentação e consumo
- sexualidade humana
- saúde pessoal e colectiva
- saúde sexual e reprodutiva

c) Direitos humanos

- conhecimento das necessidades e dos direitos humanos
- dignidade humana
- igualdade de género
- eliminação das discriminações
- liberdade cultural, igualdade na diferença e interculturalidade
- compreensão da desigualdade de género, das discriminações, da distribuição desigual da riqueza e do poder, da persistência da pobreza enquanto manifestação de violência, de injustiça e de ineficiência nas sociedades
- compreensão das responsabilidades cidadãs na concretização dos direitos humanos

Eixo 2 - Relacionamento interpessoal

a) Comunicação

1. desenvolvimento da capacidade de expressão do pensamento com clareza, objectividade, concisão e utilização de linguagem inclusiva
2. desenvolvimento da capacidade de falar em público
3. desenvolvimento da capacidade de escuta activa, da capacidade de interlocução e da capacidade de expressão dos sentimentos
4. desenvolvimento da assertividade, do auto-domínio, do controlo da agressividade, da capacidade de escolha, da criatividade e da capacidade de empreender

b) Diálogo

5. ecologia do relacionamento humano
6. desenvolvimento da capacidade de diálogo, de cooperação, de gestão harmoniosa de conflitos
7. desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipa

Eixo 3 - Relacionamento social e intercultural

a) Democracia

- democracia da esfera pública e democracia da esfera privada
- os limites dos direitos e os deveres de cidadania
- formas de comunicação, media
- compromissos individuais e colectivos
- responsabilidade social
- cidadania empresarial
- participação, cooperação e voluntariado

- inovação social
 - lideranças
 - boa governança
 - modelos de governo, instrumentos de poder
 - funcionamento da estrutura organizativa do Estado português e da União Europeia
- b) Desenvolvimento humano sustentável
- modelos de desenvolvimento
 - desenvolvimento, ciência e tecnologia
 - desenvolvimento social, cultural, político e económico tanto local como global (direitos sociais, económicos e culturais, sensibilidade ambiental)
 - opções de desenvolvimento sustentável
 - produção, consumo e desenvolvimento
 - intervenções e acções de transformação e construção social para o equilíbrio sustentável do desenvolvimento humano
- c) Globalização e interdependência
- conhecimento dos sistemas económicos e políticos existentes no mundo
 - relações de poder
 - migrações internacionais
 - recusa de um “pensamento único”, procura de alternativas para a injustiça e as desigualdades
 - consumo responsável, comércio justo
- d) Paz e conflitos:
- causas e efeitos dos conflitos locais e globais
 - educação para a paz
 - cultura de paz

3 - Orientações metodológicas

Importam metodologias para aprendizagens e práticas integradas, articulando-as com outras matérias e actividades complementares, de solidariedade ou de voluntariado e garantindo uma ligação com o meio, o desenvolvimento da dimensão europeia na educação e o compromisso com os Objectivos do Milénio, com particular relevo para a redução da pobreza.

Recomenda-se a adopção de algumas metodologias da educação não formal, ou seja, através de dinâmicas com um/a facilitador/a em grupos. O modelo desenvolvido pelo Conselho da Europa, no âmbito do Programa de Educação para os Direitos Humanos para Jovens³ – o Manual *Compass*⁴ - desenvolve a aprendizagem recíproca da

³ “O Programa visa colocar os direitos humanos no centro do trabalho dos/as jovens e, em consequência, contribuir para a transversalização da educação para os direitos humanos.

⁴ A versão portuguesa intitula-se *Farol - Manual de Educação para os Direitos Humanos com Jovens* e é editada pela Humana Global - Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento

- Rua dos Combatentes, nº 140 - 1º andar



cidadania e o debate sobre grandes questões dos direitos humanos, baseado na lógica da facilitação (e da pedagogia da libertação de Paulo Freire) por parte do/a professor/a ou do/a formador/a.

Importa:

- a) identificar e contextualizar os objectivos e conteúdos;
- b) tratar os conteúdos curriculares a partir de uma perspectiva globalizante e interdisciplinar;
- c) proporcionar situações de aprendizagem que tenham sentido para os/as alunos/as, favoreçam a aprendizagem significativa e sejam motivadoras;
- d) ter presente o nível de desenvolvimento, de aprendizagem e as concepções prévias que os/as alunos/as têm acerca dos temas;
- e) possibilitar a participação e a autonomia dos/as alunos/as no desenho e desenvolvimento do seu processo de aprendizagem em todos os âmbitos e espaços educativos;
- f) incorporar experiências e conhecimentos pessoais como fontes de aprendizagem;
- g) estimular situações em que se relacionem as realidades locais com as mundiais *de modo a que* alunos e alunas saibam pensar e actuar tanto localmente como globalmente;
- h) proporcionar situações de análise e de resolução de problemas relacionados com temas relevantes na sociedade;
- i) proporcionar situações que desenvolvem a capacidade de reflexão crítica e de participação;
- j) facilitar propostas educativas que combinem processos de aprendizagem na escola e processos de aprendizagem na comunidade;
- k) promover situações para desenvolver a sociabilidade em diferentes âmbitos e escalas;
- l) proporcionar situações de reflexão e de avaliação dos processos de aprendizagem e dos seus resultados.

Exemplos de abordagens temáticas em contexto escolar:

- Igualdade e diferença - o que está por de trás destas palavras gastas
- Sexo e género - estamos a complicar?
- Trabalho - uma palavra que abrange uma multitude de facetas
- Sexualidade responsável o que será?
- Participação individual e colectiva trocado por miúdos
- Para que serve a política? E já agora os/as políticos/as?
- A preservação do ambiente poderá divertir-me?
- Ouvi dizer que a escola não é uma ilha
- Rir faz bem à saúde
- Felizmente o desporto não é só futebol
- Como é que eu comunico com as outras pessoas?

-
- 3030-181 Coimbra, Portugal
 - Contact person : Anabela Moreira
 - Tel.: +351 239 781 209 / Fax: + 351 239 781 385
 - E-mail: mail@humanaglobal.org
 - Internet address: www.humanaglobal.org



- O silêncio é de ouro?
- Para que servem as drogas?
- Se a minha mãe e/ou o meu pai voltassem para a escola o que é que eu lhes ensinava?
- Para que servem os avós?
- Porque se morre tanto na estrada em Portugal?
- Já sei tratar de mim e do espaço onde vivo?
- O que é a democracia?
- O que é a responsabilidade social?
- Como se escolhe uma profissão?
- Para que servem os direitos humanos?
- Como funciona a comunicação social?
- Também sou consumidor/a?
- A linguagem tem sexo?
- Quais são os direitos das crianças e jovens e como posso defendê-los?
- O que é e para que serve o voluntariado? E eu estou interessada/o em ser voluntária/o? Aonde?

Anexo V

Práticas de referência, Referenciais de sensibilização e formação e Materiais pedagógicos

Fichas modelo e fichas de exemplos para bases de dados relativas a:

- 1 - Práticas de referência (Recomendação 27 do Objectivo Estratégico 3)**
- 2- Referenciais de sensibilização e formação e Manuais (Recomendação 27 do Objectivo Estratégico 3)**
- 3 - Materiais pedagógicos (Recomendação 39 do Objectivo Estratégico 4)**



1- Práticas de referência

Ficha modelo e fichas de exemplos para a base de dados a que se refere a Recomendação 27 do Objectivo Estratégico 3

Pretende-se disponibilizar informação seleccionada, clara e concisa sobre **Práticas de Referência** no âmbito de uma Educação para e na Cidadania.

As **Práticas** devem obedecer aos seguintes critérios:

- proporcionar informação relevante;
- traduzir dinâmicas de intervenção contextualizada;
- visar resultados objectivos e passíveis de avaliação;
- potenciar o funcionamento institucional em rede;
- ter efeitos multiplicadores, revelando um valor acrescentado.

1. Identificação (preencher)

--

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso	☐	Projecto	☐
Programa	☐	Exposição	☐
Evento	☐	Serviço	☐
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente	☐	Igualdade de Género	☐
Artes	☐	Investigação	☐
Associativismo	☐	Literatura	☐
Consumo	☐	Participação política	☐
Cultura	☐	Prevenção Rodoviária	☐
Deficiência	☐	Saúde	☐
Desenvolvimento	☐	Sexualidade	☐
Desporto/Ed Física	☐	Teatro	☐
Educação	☐	Violência	☐
Ética	☐	Voluntariado	☐
Geriatrica	☐	Outro	☐
Qual? Quais?			

2. Entidade (preencher)

--

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública	☐	Privada	☐
Administração Central	☐	Empresas	☐



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
Outro Qual? Quais?		Sindicatos	
		Outro Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa		Poster	
e-Mail		Internet		Rádio	
Folheto		Outdoor		TV	
Outro Qual? Quais?					

4. Duração (preencher)

Desde	Até
-------	-----

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral		Grupo específico Qual? Quais? Docentes	
-------	--	---	--

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	
Encaminhar		Requalificar	
Formar		Sensibilizar	
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	Em parceria: não
------------------	------------------

7.bEntidades parceiras (assinalar com X)

Públicas		Privadas	
Outro Qual? Quais?			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais?	



9. Descrição (preencher)

[até 300 caracteres]

9.b. Mais valia (preencher)

10. Disponível em (preencher)

11. Contacto (preencher)

Exemplos concretos de Práticas de Referência

1. Identificação (preencher)

"Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática"

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	X
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	X
Artes		Investigação	X
Associativismo		Literatura	
Consumo		Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento		Sexualidade	
Desporto/Ed Física		Teatro	
Educação	X	Violência	
Ética		Voluntariado	
Geriatricia		Outro	X
		Qual? Quais? Formação Inicial Docentes	

2. Entidade (preencher)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central	x	Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
		Sindicatos	
Outro		Outro	
Qual? Quais?		Qual? Quais?	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio	X	Imprensa	x	Poster	x
e-Mail	X	Internet	X	Rádio	X
Folheto	x	Outdoor		TV	
Outro X					
Qual? Quais? WEB + sessões públicas com debate em estabelecimentos de ensino superior (Portugal, Espanha, França e Itália) e em Câmaras Municipais					

4. Duração (preencher)

Desde	1999	Até	2001
-------	------	-----	------



5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral		Grupo específico Qual? Quais? Docentes	X
-------	--	---	---

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar	X	Informar	X
Encaminhar		Requalificar	
Formar	X	Sensibilizar	X
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	X	Em parceria: não	
------------------	---	------------------	--

7. Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	X	Privadas	X
Outro X Qual? Quais? APEM			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais?	

9. Descrição (preencher)

[até 300 caracteres]

O projecto-piloto transnacional coordenado pela CIG e subvencionado pela Comissão Europeia, no quadro da integração da dimensão de género na educação, produziu, divulgou e aplicou materiais para a formação inicial de docentes, em vários países da União Europeia. Criou a Rede Coeducação com especialistas de 22 instituições de ensino superior.

9.b. Mais valia (preencher)

Colecção Cadernos Coeducação 26 títulos, em português, espanhol, italiano, francês e inglês). Integração da temática do Género na formação inicial de docentes, em cursos das ciências da educação e outros. 'Rede Nacional e Internacional de investigador@s e especialistas em Género e Educação'.



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

10. Disponível em (preencher)

CIG – Av. da República nº 32 – 1º 1050-193 Lisboa

11. Contacto (preencher)

e-mail: cig@cig.pt



1. Título (preencher)

“Um Guia para o Mainstreaming de Género. Raparigas e rapazes nas associações juvenis” (com o apoio do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do III Quadro Comunitário de Apoio)

2. Autoria (preencher)

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens - RPJIOH

3. Entidade (preencher)

POEFDS

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	x	Colecção (um suporte)		Kit (diferentes suportes)	
------------	---	-----------------------	--	------------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo DVD		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	--	--------------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens - RPJIOH

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com formandos/as	X		Ciclo de escolaridade	
Formação de formadores/as	x			
Formação de outros grupos de profissionais	x		Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo

x

Comportamentos de risco



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	X
Linguagem	X
Orientação escolar, vocacional, profissional	X
Participação cívica	X
Participação política	X
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	X
Voluntariado	X
Literacia tecnológica	
Lazer	X
Outra(s)	X
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Produto elaborado no quadro do projecto “De mulher para mulher” dando conta do trabalho desenvolvido por cada uma das 28 mentoradas que nele participaram, em diversas áreas de intervenção social.

11. Disponível em:

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens – RPJIOH
<http://demulherparamulher.redejovensigualdade.org.pt/novidades.html>

12. Contacto

E-mail: geral@redejovensigualdade.org.pt ;

1. Identificação (preencher)

Parlamento dos Jovens

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	
Programa	X	Exposição	
Evento		Serviço	
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	
Artes		Investigação	
Associativismo		Literatura	
Consumo		Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento		Sexualidade	
Desporto/Ed Física		Teatro	
Educação		Violência	
Ética		Voluntariado	
Geriatrica		Outro	X
Qual? Quais? CIDADANIA			

2. Entidade (preencher)

INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE, I.P.

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central	X	Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
Outro		Sindicatos	
		Outro	
		Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa		Poster	
e-Mail	X	Internet	X	Rádio	
Folheto	X	Outdoor		TV	
Outro					
Qual? Quais?					

4. Duração (preencher)

Desde Setembro de cada ano Até Abril do ano seguinte

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral		Grupo específico	X
-------	--	------------------	---



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

		Qual? Quais? Docentes Jovens do ensino secundário	
--	--	---	--

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	
Encaminhar		Requalificar	
Formar	X	Sensibilizar	X
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	Em parceria:
------------------	--------------

7.b Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas		Privadas	
Outro Qual? Quais? ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIAS REGIONAIS QUE TUTELAM A EDUCAÇÃO NOS AÇORES E NA MADEIRA			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	x	Não	
Qual? Quais? Resolução 42/2006 da Assembleia da República			

9. Descrição (preencher)

[até 300 caracteres] O Parlamento dos Jovens – Secundário tem como objectivos: • Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política; • Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afectam o seu presente e o futuro individual e colectivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político; • Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses; • Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.
--



O programa desenvolve-se ao longo de 3 fases que antecedem a Sessão do Parlamento dos Jovens na Assembleia da República:

- Debate do Tema e Processo Eleitoral, onde se inclui a formação de listas candidatas, dentro da Escola;
- Eleição dos deputados às Sessões Escolares para aprovação dum Projecto de Recomendação da Escola e eleição dos representantes às Sessões a nível distrital ou regional;

Sessões Distritais/Regionais, onde se aprovam as Recomendações a submeter à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens e se elegem os deputados que representam as Escolas nesta Sessão.

9.b. Mais valia (preencher)

Possibilitar aos jovens envolvidos aprendizagem, pela prática do exercício, da democracia, da tolerância, do respeito pelo outro, da condução de reuniões, exercitar o espírito crítico, desenvolver a expressão oral e escrita.

Perceber a importância da participação.

10. Disponível em (preencher)

Sítio da Assembleia da República – Parlamento dos Jovens e no sítio do IPJ – [Juventude.gov.pt./ programas/parlamento dos jovens](http://Juventude.gov.pt/programas/parlamento%20dos%20jovens).

11. Contacto (preencher)

Murta Rosa – Director do Departamento de Programas do Instituto Português da Juventude - 213179404



1. Identificação (preencher)

“Diálogo Social e Igualdade nas Empresas” (prática desenvolvida no âmbito do projecto com a mesma designação, ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL)

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	X
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	X
Artes		Investigação	
Associativismo		Literatura	
Consumo		Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento		Sexualidade	
Desporto/Ed Física		Teatro	
Educação		Violência	
Ética	x	Voluntariado	
Geriatrica		Outro	x
		Qual? Quais?	
		Cidadania Empresarial	

2. Entidade (preencher)

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (entidade interlocutora da Parceria de Desenvolvimento do Projecto)

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública	X	Privada	
Administração Central	X	Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
		Sindicatos	
Outro		Outro	
Qual? Quais?		Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa	X	Poster	
e-Mail		Internet	X	Rádio	X



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Folheto		Outdoor		TV	X
Outro Qual? Quais? Edição dos produtos em suporte papel e CD, em português e inglês. Workshops de disseminação da boa prática.					

4. Duração (preencher)

Desde Abril de 2006	Até Abril de 2008
---------------------	-------------------

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral		Grupo específico Qual? Quais? Docentes	X Empresas
-------	--	---	----------------------

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar	X	Informar	X
Encaminhar		Requalificar	
Formar	X	Sensibilizar	X
Outro? Qual? Quais? Diagnóstico de situação de mulheres e homens nas empresas, partilha e demonstração de soluções neste domínio.			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim X	Em parceria: não
---------------------------	------------------

7.b Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	X	Privadas	X
Outro Qual? Quais? Parceiros sociais, universidades			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais? Projecto no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL	

9. Descrição (preencher)

O Projecto visou encorajar e divulgar boas práticas de igualdade de género nas empresas, privilegiando uma abordagem entre pares, as empresas associadas e as entidades parceiras, e reforçar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens no
--



quadro da responsabilidade social das empresas.

9.b. Mais valia (preencher)

A metodologia utilizada que privilegiou o trabalho intra e inter empresas, numa lógica de demonstração, com vista a identificar e partilhar soluções de sucesso e medidas promotoras da igualdade de género e da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

10. Disponível em (preencher)

No site do Projecto (ainda a disponibilizar)
No site da CITE

11. Contacto (preencher)

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego
Av. da República, 44, 5º andar
1069-033 Lisboa
Tel. 21 780 37 00
E-mail: cite@cite.gov.pt
Site: www.cite.gov.pt



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Identificação (preencher)

“Caminhos de autonomia: Metodologias e estratégias para a criação e animação de espaços comunitários facilitadores da conciliação da vida familiar e do trabalho em espaço rural – Escola Aberta” (desenvolvida no âmbito do projecto “Iguais num rural diferente” ao abrigo da IC EQUAL)

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	X
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	X
Artes		Investigação	
Associativismo		Literatura	
Consumo		Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento	X	Sexualidade	
Desporto/Ed Física		Teatro	
Educação	X	Violência	
Ética		Voluntariado	
Geriatria		Outro Qual? Quais? Desenvolvimento dos recursos endógenos para a conciliação trabalho-família. Animação territorial; Intergeracionalidade	X

2. Entidade (preencher)

ADRL – Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central		Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
Outro Qual? Quais?		Sindicatos	
		Outro Qual? Quais? Associação de Desenvolvimento Rural	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa		Poster	
e-Mail		Internet		Radio	



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Folheto		Outdoor		TV	
Outro Qual? Quais? Reuniões de trabalho com IPSS, Redes Sociais, Agrupamentos de Escolas, Autarquias, Associações de Desenvolvimento Local; seminários de divulgação; oficinas de demonstração e pedagógicas.					

4. Duração (preencher)

Desde: Setembro de 2005	Até: Setembro 2008
-------------------------	--------------------

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral		Grupo específico Qual? Quais? ADL's, IPSS's, Juntas de Freguesia, agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação, escolas de ensino superior e empresas	
-------	--	--	--

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	
Encaminhar		Requalificar	X
Formar	X	Sensibilizar	X
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim X	Em parceria: não
--------------------	------------------

7.bEntidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	X	Privadas	X
Outro Qual? Quais? Faculdade, IPSS (educação), associações de desenvolvimento (local, cultural e recreativo, agrícola)			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais? Projecto desenvolvido ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL	

9. Descrição (preencher) [até 300 caracteres]

A Escola Aberta é um espaço comunitário e intergeracional, de acção educativa e cultural, que estimula a participação e envolvimento de idosos, mulheres, jovens e crianças. Apoia a conciliação e qualifica a comunidade (alfabetização, sensibilização para a leitura, recolha e sistematização de saberes e tradições). Complementa a actividade escolar.
--



9.b. Mais valia (preencher)

Cria um espaço de socialização, uma dinâmica de desenvolvimento local e uma cultura de procura colectiva de soluções. Um desafio à intervenção comunitária assente:

- No empowerment das pessoas e na transformação das relações de poder dominantes
- Na aprendizagem colectiva e individual resultante da sistematização do conhecimento emergente da experiência;

Numa metodologia de trabalho orientada para a resolução de problemas que as pessoas se sensibilizam e se consciencializam.

10. Disponível em (preencher)

Narrativa da prática disponível na entidade de contacto, em dossier em papel semi-rígido e em DVD

11. Contacto (preencher)

ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões

Maria do Carmo Bica

Tel.: + 351 232 772 491

Fax: 232772041

E-mail: carmo.bica@gmail.com

ICE – Instituto das Comunidades Educativas

Rua Nossa Senhora da Arrábida, nº 3/5

2900-142 Setúbal

Tel.: + 351 265542430/7

Fax: + 351 265542439

E-mail: ice@netvisao.pt



1. Identificação (preencher)

“Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural” (prática desenvolvida no âmbito do Projecto “Migrações e Desenvolvimento” apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL)

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	x
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Geriatrica	
Artes		Igualdade de Género	x
Associativismo	x	Interculturalidade	x
Consumo		Investigação	
Conciliação da actividade profissional e da vida familiar		Literatura	
Deficiência (Situações de)		Participação política	
Desenvolvimento	x	Saúde	
Desporto/Ed Física		Sexualidade	
Direitos Humanos	x	Teatro	
Educação		Violência	
Ética		Voluntariado	
Formação Inicial Docentes		Outro Qual? Quais? Migrações Internacionais	x

2. Entidade (preencher)

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central	x	Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
		Sindicatos	
Outro Qual? Quais?		Outro Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa	x	Poster	x
e-Mail		Internet	x	Radio	



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Folheto	x	Outdoor		TV	
Outro Qual? Quais?					

4. Duração (preencher)

02-2002 -- 12-2007

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral	Grupo específico Qual? Quais? Migrantes	x
	Comunidades culturais minoritárias	
	Vítimas de violência doméstica	
	Populações desfavorecidas/vítimas de exclusão social	

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar	x	Informar	x
Encaminhar	x	Requalificar	
Formar	x	Sensibilizar	x
Outro? Qual? Quais? Integração dos migrantes, das comunidades culturais e de públicos desfavorecidos na sociedade			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	x	Em parceria: não	
------------------	---	------------------	--

7.b Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	X	Privadas	X
Outro Qual? Quais? ACIDI, IEFP, CITE, CMS, CML, CIDAC, INDE e CEFA			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais?	



9. Descrição (preencher)

Funcionam como Plataformas de intervenção integrada. Os Pactos assentam na existência de “Espaços Cidadania” onde são dinamizadas as valências: Informação, Regularização da situação migratória, Apoio jurídico, Formação, Emprego e Provedoria social. Estes “Espaços” visam dar uma resposta que vá além da dimensão meramente informativa dos CLAIS.

9.b. Mais valia (preencher)

Os “Espaços Cidadania” são um excelente mecanismo de diagnóstico, são um contributo para a concretização dos direitos económicos, sociais e culturais, vão para além da dimensão meramente informativa dos CLAIS, são um reforço face às novas competências que lhes foram adstritas ao nível do registo de cidadãos estrangeiros, representam uma nova forma de reorganização dos serviços e das instituições entre si, representam uma transferência de conhecimentos e de competências dos organismos da administração central, para a administração local e são um instrumento para o exercício da Cidadania Global

10. Disponível em (preencher)

CD-ROM, suporte papel e www.mobilidadecidadania.com (em fase de conclusão)

11. Contacto (preencher)

Margarida Marcelino Marques

Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Av. Visconde de Valmor, 19-4º, 1000 LISBOA; Tel.: 21 792 97 00; Fax: 21-792 97 24



1. Identificação (preencher)

“Melhorar a Coesão Social – Guia de boas Práticas para a Cidadania e o Relacionamento de Pessoas, Instituições e Comunidades Ciganas e não Ciganas” (prática desenvolvida no âmbito do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, ao abrigo da Iniciativa Comunitária EQUAL)

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	x
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente	x	Igualdade de Género	x
Artes		Investigação	
Associativismo	x	Literatura	
Consumo		Participação política	x
Cultura	x	Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	x
Desenvolvimento	x	Sexualidade	
Desporto/Educação Física		Teatro	
Educação	x	Violência	x
Ética		Voluntariado	
Geriatrica		Outro	
		Qual? Quais?	

2. Entidade (preencher)

Centro de Estudos para a Intervenção Social - CESIS

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central		Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
		Sindicatos	
Outro	x	Outro	
Qual? Quais?		Qual? Quais	
Associação sem fins lucrativos			

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa	x	Poster	x
e-Mail	x	Internet	x	Radio	x
Folheto	x	Outdoor		TV	x
Outro					x
Qual? Quais?					
Actividades diversas em cooperação com a Câmara Municipal do Seixal e prémios no âmbito do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”					



4. Duração (preencher)

Desde 2005	Até 2007
------------	----------

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral	x	Grupo específico	x
		Qual? Quais? Docentes	
		Pessoas e comunidades ciganas	
		Profissionais da comunidade majoritária que prestam serviço público, em especial nas Câmaras Municipais, nos hospitais e centros de saúde e nas escolas	

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	x
Encaminhar		Requalificar	
Formar	x	Sensibilizar	x
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	x	Em parceria: não	
------------------	---	------------------	--

7.b Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	x	Privadas	x
Outro Qual? Quais?			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	x	Não	
Qual? Quais? Projecto apoiado por fundos comunitários, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL			

9. Descrição (preencher)

[até 300 caracteres]

Adoptou-se 1 visão integrada do relacionamento entre pessoas e comunidades ciganas e não ciganas, c/4 pilares e vários instrumentos: I – Conciliação da actividade profissional e da vida familiar: espaço de apoio multifuncional; II – Trabalho remunerado: formação ajustada; III – Empoderamento; formação específica; IV – Cidadania: Formação para Agentes Sociais, Tertúlias de Troca de Saberes e Informação para a Cidadania



9.b. Mais valia (preencher)

Evidência de que um grupo de mulheres ciganas podia desenvolver e aplicar competências de intervenção social para o desenvolvimento e para a melhoria de relacionamento entre pessoas e comunidades ciganas e não ciganas

10. Disponível em (preencher)

Página electrónica da Iniciativa Comunitária EQUAL www.equal.pt

Até Novembro de 2008, decorrerá a fase de difusão desta boa prática (ver contacto)

11. Contacto (preencher)

Ana Cardoso

CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Rua Rodrigues Sampaio, nº31, S/L Dtª

1150 -278 LISBOA

TEL: +351 213845560

FAX: +351 213867225

E-MAIL: ana.cardoso@cesis.org

www.cesis.org



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Identificação (preencher)

“Agência para a Vida Local”

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	X
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	X
Outro			
Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	X
Artes		Investigação	
Associativismo		Literatura	
Consumo	X	Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento		Sexualidade	
Desporto/Ed. Física		Teatro	
Educação		Violência	
Ética		Voluntariado	
Geriatrica	X	Outra	X
		Qual? Quais? Conciliação; Formação	

2. Entidade (preencher)

Câmara Municipal de Valongo

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central		Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local	X	ONG	
		Sindicatos	
Outro		Outro	
Qual? Quais?		Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa		Poster	
e-Mail	X	Internet	X	Radio	
Folheto	x	Outdoor		TV	
Outro X					
Qual? Quais?					

4. Duração (preencher)

Desde 2004

Até

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral	X	Grupo específico	
-------	---	------------------	--



		Qual? Quais? Docentes	
--	--	-----------------------	--

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	X
Encaminhar		Regualificar	
Formar	X	Sensibilizar	
Outro?			
Qual? Quais? Apoio às Famílias			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim		Em parceria: não	X
------------------	--	------------------	---

7. Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas		Privadas	
Outro X			
Qual? Quais?			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais?	

9. Descrição (preencher)

[até 300 caracteres]

Serviço gratuito criado no âmbito do Projecto EQUAL Pêndulo, de iniciativa da Câmara Municipal de Valongo, que visa promover a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional, a formação no domínio das TIC para jovens e pessoas idosas, o apoio ao consumo e à população imigrante.

9.b. Mais valia (preencher)

Permite que a população do concelho possa recorrer a um espaço (Espaços Infantis Imediatos) de acolhimento e guarda de crianças, por períodos curtos e descontínuos até cinco horas semanais, cujo funcionamento é assegurado por profissionais e que permite flexibilidade no uso do tempo às pessoas que têm a seu cargo crianças.

10. Disponível em (preencher)

Câmara Municipal de Valongo – Fórum de Ermesinde, Ermesinde

11. Contacto (preencher)

Web site: www.cmvalongo.net

e-mail: presidencia@cmvalongo.net



1. Identificação (preencher)

“PROMETRUR” (desenvolvida no âmbito do projecto “Potencializar Recursos, valorizar e qualificar pessoas e organizações”, ao abrigo da IC EQUAL)

1.b Tipo (assinalar com X)

Concurso		Projecto	X
Programa		Exposição	
Evento		Serviço	
Outro Qual? Quais?			

1.c Área de Intervenção (assinalar com X)

Ambiente		Igualdade de Género	
Artes		Investigação	
Associativismo		Literatura	
Consumo		Participação política	
Cultura		Prevenção Rodoviária	
Deficiência		Saúde	
Desenvolvimento	X	Sexualidade	
Desporto/Ed Física		Teatro	
Educação	X	Violência	
Ética		Voluntariado	
Geriatrica		Outro Qual? Quais? Desenvolvimento dos recursos endógenos; Animação territorial; Intergeracionalidade	X

2. Entidade (preencher)

Escola Superior de Educação de Portalegre

2.b Tipo (assinalar com X)

Pública		Privada	
Administração Central		Empresas	
Administração Regional		IPSS	
Administração Local		ONG	
Outro X Qual? Quais? Ensino Superior Público com Autonomia		Sindicatos	
		Outro Qual? Quais	

3. Divulgação (assinalar com X)

Correio		Imprensa		Poster	
e-Mail		Internet		Rádio	
Folheto		Outdoor		TV	
Outro Qual? Quais? Workshops formativos; Seminários de divulgação; visitas guiadas					



4. Duração (preencher)

Desde 2004	Até 2008
------------	----------

5. Público destinatário (assinalar com X)

Geral	Grupo específico Qual? Quais? profissionais de formação (formadores, animadores, professores, tutores, coordenadores pedagógicos, mediadores do conhecimento)	x
-------	--	---

6. Tipo de Intervenção (assinalar com X)

Divulgar		Informar	
Encaminhar		Requalificar	x
Formar	x	Sensibilizar	x
Outro? Qual? Quais?			

7. Parcerias (assinalar com X)

Em parceria: sim	X	Em parceria: não	
------------------	---	------------------	--

7.b Entidades parceiras (assinalar com X)

Públicas	x	Privadas	x
Outro Qual? Quais? Municípios, Agrupamentos de escolas; IPSS; Sindicatos; associações de Desenvolvimento (de desenvolvimento Local, ambiental, juventude, cultural)			

8. Enquadramento Jurídico (assinalar com X)

Sim	Não
Qual? Quais? Projecto Desenvolvido no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL	

9. Descrição (preencher)

Conjunto de metodologias de trabalho para professores(as)/educadores(as) e técnicos(as) locais tendo em vista a animação comunitária, potenciação dos recursos locais e qualificação do território, através do envolvimento de actores e instituições que habitualmente não são implicados (crianças, idosos, jovens, professores e educadores e técnicos de “trabalho social”).

9.b. Mais valia (preencher)

Demonstração das potencialidades das “novas valias funcionais” ou dos recursos de “base não directamente produtiva” para o desenvolvimento em meio rural (património oral, património construído e património natural), mobilizados por actores normalmente



pouco implicados no desenvolvimento local e tendo subjacentes práticas de intergeracionalidade.

10. Disponível em (preencher)

Escola Superior de Educação de Portalegre

11. Contacto (preencher)

Escola Superior de Educação de Portalegre

Abílio Amiguinho

Praça da Republica, Apartado 125 7300 Portalegre Tel. 245339442 Fax 245339467

Email abílio.amiguinho@mail.esep.ipportalegre.pt

2 - Referenciais de Sensibilização e Formação

Ficha modelo e fichas de exemplos para a base de dados a que se refere o número 27. do Objectivo Estratégico 3

Pretende-se proporcionar informação seleccionada, clara e concisa sobre **Referenciais de Sensibilização e Formação**, de qualidade e com uma pertinência inquestionável para a sensibilização e a formação para a cidadania global.

Os referenciais a inserir devem obedecer aos seguintes critérios:

- ter objectivos educativos e/ou formativos;
- conter informação relevante;
- corresponder a propostas de actividades concretas;
- visar dinâmicas de aprendizagem activas, participativas e inclusivas;
- trazer um valor acrescentado à prática pedagógica e/ou formativa.

1. Título (preencher)

2. Autoria (preencher)

3. Entidade (preencher)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	-----------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

7. Ano de produção

(assinalar com X) 8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com formadores/as			
Formação de formadores/as			
Formação de outros grupos de profissionais		Nível etário	

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	

Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

11. Disponível em:

12. Contacto



Exemplos concretos de Referenciais de Formação

1. Título (preencher)

“Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens”
(desenvolvido no âmbito do Projecto DELFIM, ao abrigo da Iniciativa Comunitária ADAPT)

2. Autoria (preencher)

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE - (coordenação em 2001)

3. Entidade (preencher)

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	X
------------	---	--------------------------	------------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo	X	Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	---	-------	---	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

7. Ano de produção

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	2000/2001
---	-----------

(assinalar com X) 8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com formadores/as				
Formação de formadores/as	X			
Formação de outros grupos de profissionais	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo

Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	x
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	x
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	x
Orientação escolar, vocacional, profissional	x
Participação cívica	x
Participação política	x
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	x
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	x
Qual (quais):	
• Dessegregação do mercado de trabalho • Violência de género	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

1º Manual português c/ visão global sobre a igualdade de género. Foi participado por mais de 60 pessoas, homens e mulheres, de várias formações, profissões e zonas do País. Convida a um percurso formativo em 3 passos: conhecer, reflectir e intervir. Resulta do Projecto Delfim apoiado pela IC ADAPT.

11. Disponível em:

O Manual está editado em livro (443 páginas) e disponível em linha no sítio electrónico da



CITE (www.cite.gov.pt).

12. Contacto

Luísa Moreno Imoreno@cite.gov.pt
CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego
Av. da República, 44, 5º andar
1069-033 Lisboa
Tel. 21 780 37 00
E-mail: cite@cite.gov.pt
Site: www.cite.gov.pt



1. Título (preencher)

“Para uma Cidadania Activa: A Igualdade de Homens e Mulheres” – Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as – Centro Nacional de Formação de Formadores – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com o apoio do Fundo Social Europeu

2. Autoria (preencher)

Maria do Céu da Cunha Rêgo

3. Entidade (preencher)

Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP – Centro Nacional de Formação de Formadores

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	☒	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	-------------------------------------	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	☒	Informático	☒	Vídeo	☐	Áudio	☐	Audiovisual	☐	Multimédia	☐
---------	-------------------------------------	-------------	-------------------------------------	-------	--------------------------	-------	--------------------------	-------------	--------------------------	------------	--------------------------

6. Editora (preencher)

Instituto de Emprego e Formação Profissional

7. Ano de produção

2004

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com formadores/as	☐			
Formação de formadores/as	☒			
Formação de outros grupos de profissionais	☐		Nível etário	
	☐			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	☐
Comportamentos de risco	☐
Consumo	☐
Desenvolvimento	☐
Desporto / Educação Física	☐
Direitos Humanos	☒

Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	x
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	x
Linguagem	x
Orientação escolar, vocacional, profissional	x
Participação cívica	x
Participação política	x
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	x
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	x
Qual (quais):	
- Desagregação do mercado de trabalho - Violência de género	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Referencial baseado no percurso formativo e na metodologia do Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens. Inclui, designadamente, textos de apoio e sugestões de actividades. Duração da formação em sala: 30h

11. Disponível em:

O Referencial está editado em livro (144 páginas) e disponível em linha no sítio electrónico do IEFPP (www.iefp.pt)

12. Contacto

IEFP
Maria Viegas – maria.viegas@iefp.pt



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Título (preencher)

“Argumentário a favor da igualdade de género. Perceber e saber do que falamos”

2. Autoria (preencher)

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens - RPJIOH

3. Entidade (preencher)

POEFDS

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	
------------	---	--------------------------	------------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo DVD	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	--------------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens - RPJIOH

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com formandos/as	X	Ciclo de escolaridade	
Formação de formadores/as	x		
Formação de outros grupos de profissionais	x	Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	X
Comportamentos de risco	
Consumo	

Desenvolvimento	X
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	x
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	x
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	x
Linguagem	x
Orientação escolar, vocacional, profissional	x
Participação cívica	x
Participação política	x
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	x
Voluntariado	x
Literacia tecnológica	
Lazer	x
Outra(s)	x
Qual (Quais): Conciliação	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Produto elaborado com base em perguntas e respostas sobre o tema da Igualdade de Género, onde se esclarecem conceitos, desconstróem representações e equacionam práticas sociais com vista à sua mudança.

11. Disponível em:

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens – RPJIOH
www.redejovensigualdade.org.pt

12. Contacto

E-mail: geral@redejovensigualdade.org.pt



1. Título (preencher)

Educação sexual no 1º ciclo: guia para professores e formadores

2. Autoria (preencher)

António Manuel Marques; Duarte Vilar; Fátima Forreta

3. Entidade (preencher)

Texto Editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Texto Editora

7. Ano de produção

2002

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	1º ciclo
Formação de docentes	X		Nível etário	6-10 anos
Formação de outros grupos de profissionais de educação				
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	

Direitos Humanos	
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Manual de educação sexual no 1º ciclo, baseado nos objectivos e conteúdos das Linhas Orientadoras da Educação Sexual em Portugal. Inclui a relação entre pais, professores e a escola; a educação sexual na infância: objectivos, conteúdos e metodologias; exemplos de actividades e de materiais pedagógicos.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Educação sexual na escola: guia para professores, educadores e formadores

2. Autoria (preencher)

coord. Alice Frade, António Manuel Marques, Célia Alverca, Duarte Vilar

3. Entidade (preencher)

Texto editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Texto editora

7. Ano de produção

2001

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	2º/3º/ secundário
Formação de docentes	X		
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X	Nível etário	A partir dos 13 anos
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	x

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	x
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	x
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Edição revista e aumentada do manual de sugestões para actividades de educação sexual produzido pela APF e editado pela Texto Editora, destinado aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título

Os afectos e a sexualidade na educação pré-escolar: um guia para educadores e formadores

2. Autoria (preencher)

coord. António Manuel Marques, Duarte Vilar, Fátima Forreta

3. Entidade (preencher)

Texto editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	--	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Texto editora

7. Ano de produção

2002

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Prés-escolar
Formação de docentes	X			
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X		Nível etário	5-6 anos
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	

Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Manual de educação sexual no pré-escolar, baseado nos objectivos e conteúdos das Linhas Orientadoras da Educação Sexual em Portugal. Inclui a relação entre pais, professores e a escola; a educação sexual na infância: objectivos, conteúdos e metodologias; exemplos de actividades e de materiais pedagógicos.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

11. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Prevenção de riscos associados ao comportamento sexual: gravidez não desejada, DST e SIDA

2. Autoria (preencher)

Eugenio Carpintero

3. Entidade (preencher)

APF – Associação para o Planeamento da Família

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

APF

7. Ano de produção

2004

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	-
Formação de docentes			
Formação de outros grupos de profissionais de educação		Nível etário	-
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	X
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	X

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Publicação que resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto Mamãs de Palmo e Meio da responsabilidade da Delegação Regional do Alentejo da APF.

Da autoria de Eugenio Carpintero (Universidade de Salamanca) e fundamentalmente destinado a professores e educadores, este livro reúne um conjunto de materiais/actividades organizadas em torno de um esquema sobre os passos necessários para prevenir a gravidez não desejada, as infecções sexualmente transmissíveis e a Sida, actividades que o educador pode adaptar e utilizar da forma que considerar mais oportuna.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Ser +: programa de desenvolvimento pessoal e social para crianças, jovens e adultos portadores de deficiência mental

2. Autoria (preencher)

Coord. António Manuel Marques

3. Entidade (preencher)

APF – Associação para o Planeamento da Família

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

APF

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	-
Formação de docentes	X		
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X	Nível etário	-
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	

Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	X
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Este manual é um contributo para apoiar pais, professores, educadores e outros profissionais, nomeadamente os responsáveis das instituições que pretendam valorizar e investir, com efectividade, no desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens portadores de deficiência mental.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Combater a discriminação: manual de formação

2. Autoria (preencher)

Human European Consultancy

3. Entidade (preencher)

Comissão Europeia

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	-----------------------	---	---------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Comissão Europeia

7. Ano de produção

2005

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	
Formação de docentes				
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	X

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Ferramenta de formação concebida no âmbito do Projecto “Desenvolvimento de capacidades da Sociedade Civil para lutar com a discriminação”, com o objectivo de prestar formação em matéria de legislação e de política europeia e nacional sobre a antidiscriminação a ONG dos Estados-membros que aderiram à EU em 1 de Maio de 2004, assim como da Bulgária, Roménia e Turquia.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Involve me... I understand: peer education handbook on sexual and reproductive health and reproductive health and rights

2. Autoria (preencher)

IPPF- Internacional Planned Parenthood Federation

3. Entidade (preencher)

IPPF- Internacional Planned Parenthood Federation

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto		Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)	
------------	--	--------------------------	---	------------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	--	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

IPPF- Internacional Planned Parenthood Federation

7. Ano de produção

2004

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	
Formação de docentes				
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	

Direitos Humanos	X
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Ferramenta de educação pelos pares, vocacionado para o trabalho em ONG com pessoas jovens especialmente vulneráveis, marginalizadas ou socialmente excluídas.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

“Referencial de Formação: Cidadania e Diversidade Cultural nas Práticas Profissionais” (desenvolvido no âmbito do Projecto “Migrações e Desenvolvimento” apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Projecto “Migrações e Desenvolvimento”

3. Entidade (preencher)

DGACCP – Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas – Entidade Interlocutora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	☒	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	
------------	-------------------------------------	--------------------------	------------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	☒	Informático	☒	Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	-------------------------------------	-------------	-------------------------------------	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Projecto “Migrações e Desenvolvimento”

7. Ano de produção

2004/2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	N/A
Formação de docentes	☒			
Formação de outros grupos de profissionais de educação	☒		Nível etário	N/A
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Circulação e prevenção rodoviária	
Comportamentos de risco	
Conciliação da actividade profissional e da vida familiar	☒
Consumo	

Desenvolvimento	X
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	X
Lazer Participação política	
Práticas de Liderança	
Práticas diversificadas de Cuidado	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Situações de deficiência	
Voluntariado	
Outra(s)	X
Qual: Migrações Internacionais e Leis relativas à Emigração/Imigração Linguagem	
Literacia tecnológica	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação em ONG ou movimentos sociais não institucionalizados	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Contribuir para aquisição novas competências pessoais/profissionais no domínio da cidadania global e para promoção melhorias qualitativas ao nível dos comportamentos, respostas e funcionamento serviços prestados à população. Matriz formação generalizável a adaptar a diversos sectores e áreas intervenção, a diversos níveis de aprofundamento.

11. Disponível em:

CD-ROM, suporte papel e www.mobilidadecidadania.com (em fase de conclusão)

12. Contacto

Margarida Marcelino Marques
Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
Av. Visconde de Valmor, 19-4º, 1000 LISBOA; Tel.: 21 792 97 00; Fax: 21-792 97 24



1. Título (preencher)

“Educar para a Diversidade: Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género”

2. Autoria (preencher)

Rita Paulos da Silva (Ed.)

3. Entidade (preencher)

Rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimedia	
---------	---	-------------	---	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Rede ex aequo

7. Ano de produção

2005

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Básico e Secundário
Formação de docentes	X			
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X		Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	X
Qual: Orientação sexual e identidade de género	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Brochura desenvolvida para fazer frente à desinformação e discriminação ainda vigente no campo da Educação em Portugal em relação a este tema, que resultam na transmissão de informação incorrecta, preconceituosa e estereotipada, assim como num ambiente negativo para o dia-a-dia dos jovens LGBT ou com dúvidas, quer em casa ou na rua, mas especialmente no espaço escolar. O impacto deste tipo de contexto é em muitos destes jovens a depressão ou a ideação e tentativa de suicídio, entre outras situações negativas tal como agressões verbais ou até mesmo físicas e perseguições da parte de elementos da comunidade educativa. Estas situações só podem ser contrariadas através da criação de ambientes positivos, abertos e tolerantes em relação às pessoas LGBT e de uma educação para a cidadania e os direitos humanos no campo da orientação sexual e identidade de género.

11. Disponível em:

rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes
<http://www.ex-aequo.web.pt/projectoeducacao.html>

12. Contacto

e-mail: redex@ex-aequo.web.pt

site: <http://www.ex-aequo.web.pt>



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Título (preencher)

“Manual de Coordenadores de Grupos de Jovens LGBT”

2. Autoria (preencher)

Rita Paulos da Silva

3. Entidade (preencher)

rede ex aequo - associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Rede ex aequo

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X) 8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Básico e Secundário
Formação de docentes	X			
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X		Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	X
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	X

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	X
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	X
Qual: Orientação sexual e identidade de género	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Este manual contém dinâmicas de grupo/exercícios pedagógicos divertidos que pretendem ajudar a falar sobre temas variados, que estão de algum modo total ou parcialmente ligados à temática LGBT (lésbica, gay, bissexual e transgénera).

11. Disponível em:

rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes

12. Contacto

e-mail: rede@ex-aequo.web.pt

site: <http://www.ex-aequo.web.pt>



1. Título (preencher)

“Impostos: noções essenciais”

2. Autoria (preencher)

Rainha, José Hermínio Paulo Rato

3. Entidade (preencher)

Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – Direcção –Geral dos Impostos (Coordenador: Dr. João Paiva Boléo)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto Livro	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
---------------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Direcção –Geral dos Impostos

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Secundário, pré Universitário e Universitário
Formação de docentes	X		
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X	Nível etário > de 16	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	X
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X

Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	X
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s) Deveres de cidadania - fiscalidade	X
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

11. Disponível em:

12. Contacto

3 - Materiais Pedagógicos

Ficha modelo e fichas de exemplos para a base de dados a que se refere a Recomendação 39 do Objectivo Estratégico 4

Pretende-se proporcionar informação seleccionada, clara e concisa sobre **Materiais Pedagógicos**, de qualidade e com uma pertinência inquestionável para uma Educação para a Cidadania e na Cidadania.

Os Materiais a inserir devem obedecer aos seguintes critérios:

- ter objectivos educativos e/ou formativos;
- conter informação relevante;
- corresponder a propostas de actividades concretas;
- visar dinâmicas de aprendizagem activas, participativas e inclusivas;
- trazer um valor acrescentado à prática pedagógica e/ou formativa.

1. Título (preencher)

2. Autoria (preencher)

3. Entidade (preencher)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

7. Ano de produção

(assinalar com X) 8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	
Formação de docentes			Nível etário	
Formação de outros grupos de profissionais de educação				
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

11. Disponível em:

12. Contacto



Exemplos concretos de Materiais Pedagógicos

1. Título (preencher)

“DESPERTAR PARA A IGUALDADE: Mais Desporto na Escola”

2. Autoria (preencher)

CRUZ, Isabel e GOMES, Paula Botelho (coord.)

3. Entidade (preencher)

Associação Portuguesa Mulheres e Desporto - APMD

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Associação Portuguesa Mulheres e Desporto - APMD

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Básico e Secundário
Formação de docentes	X		Nível etário	-
Formação de outros grupos de profissionais de educação				
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	X
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	X

Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10.Breve descrição (preencher com o máximo de 300 caracteres)

Colecção de sugestões elaboradas por docentes de educação física explorando alguns dos aspectos a ter em conta sobre a integração da dimensão da igualdade entre raparigas e rapazes nas actividades desportivas realizadas em contexto escolar. Contém um conjunto de actividades já realizadas, testadas e avaliadas, com algumas sugestões e propostas alternativas, e resultou do projecto promovido pela APMD e desenvolvido em 7 escolas do Norte do país.

11.Disponível em:

Associação Portuguesa Mulheres e Desporto – APMD; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - CIG

12.Contacto

e-mail: apmdesporto@netcabo.pt

site: <http://www.mulheresdesporto.org.pt/primeira.htm>



1. Título (preencher)

“A Narrativa na promoção da Igualdade de Género. Contributos para a educação pré-escolar”

2. Autoria (preencher)

SILVA, Ana da, et al.

3. Entidade (preencher)

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – CIDM

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – CIDM

7. Ano de produção

2005 (3ª edição)

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Pré-escolar e 1º ciclo
Formação de docentes	X		
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X	Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	X
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual: Formação de educadores e de educadoras	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Caderno sobre Coeducação destinado à integração de igualdade entre mulheres e homens na formação de profissionais de educação de infância com sugestões de actividades a desenvolver sobre a linguagem e as histórias de e para crianças. Pertence à colecção Cadernos Coeducação produzida pelo projecto-piloto europeu Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática.

11. Disponível em:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG

12. Contacto

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG
e-mail: cig@cig.gov.pt
site: www.cig.gov.pt



1. Título (preencher)

Afinal, o que é a Democracia Paritária?

2. Autoria (preencher)

Aliança Para a Democracia Paritária

3. Entidade (preencher)

Aliança Para a Democracia Paritária

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo DVD	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	--------------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres - CIDM

7. Ano de produção

1999

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com formandos/as	X	Ciclo de escolaridade
Formação de formadores/as	x	
Formação de outros grupos de profissionais	x	Nível etário
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	x
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	x

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	X
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	X
Participação política	X
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	X
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	X
Outra(s)	X
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Argumentário com “as perguntas mais frequentes ... e as respostas mais evidentes ...” sobre a participação das mulheres e dos homens na organização social, que ajuda a esclarecer dúvidas e a desconstruir estereótipos enraizados no senso comum e nas práticas quotidianas, bem como a mudar concepções, visões do mundo e comportamentos individuais e colectivos.

11. Disponível em:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

12. Contacto

Comissão para a Cidadania e a Igualdade Género – CIG

e-mail: cig@cig.gov.pt

site: www.cig.gov.pt



1. Título (preencher)

“Educação Familiar: estratégias para a promoção da igualdade de género”

2. Autoria (preencher)

VIEIRA, Cristina Coimbra (ilustrações de José Ruy)

3. Entidade (preencher)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - CIG

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	
------------	---	-----------------------	---------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	
Formação de docentes				
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X		Nível etário	Todas as idades da infância ao fim da adolescência
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	X
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	X
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	X
Qual: Educação não formal; Formação de mães e pais e de educadores e educadoras em geral.	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Guia de boas práticas contendo um conjunto de sugestões de actuação não estereotipada do ponto de vista de género a ter em conta na família.

11. Disponível em:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG

12. Contacto

Comissão para a Cidadania e a Igualdade Género – CIG
e-mail: cig@cig.gov.pt
site: www.cig.gov.pt



1. Título (preencher)

A minha sexualidade: até aos 6 anos

2. Autoria (preencher)

Jocelyne Robert; Jo-Anne Jacob

3. Entidade (preencher)

Porto Editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Porto Editora

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Pré-escolar
Formação de docentes		Nível etário	6 anos
Formação de outros grupos de profissionais de educação			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Este livro revela-nos, de um modo divertido, as múltiplas facetas do desenvolvimento sexual das crianças, salientando a importância de uma atitude aberta e natural por parte dos adultos. Apresenta um conjunto de actividades diversas adequadas a crianças até aos 6 anos de idade.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Título (preencher)

A minha sexualidade: dos 6 aos 9 anos

2. Autoria (preencher)

Jocelyne Robert

3. Entidade (preencher)

Porto Editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto		Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)	
------------	--	--------------------------	---	------------------------------	--

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimedia	
---------	---	-------------	--	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Porto Editora

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a:

(preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	1º
Formação de docentes	X			
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário	6-9 anos
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X

Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

A sexualidade relacionada com o corpo de rapaz e de rapariga, com os sentimentos e emoções, a auto-imagem e a imagem do outro, e o sentido de responsabilidade.
Conjunto de actividades vocacionadas para o 1º ciclo.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

A minha sexualidade: dos 6 anos 13 anos

2. Autoria (preencher)

Jocelyne Robert

3. Entidade (preencher)

Porto Editora

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	X	Kit (diferentes suportes)
------------	--------------------------	---	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Porto Editora

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes		Ciclo de escolaridade	2º ciclo
Formação de docentes	X	Nível etário	6-13 anos
Formação de outros grupos de profissionais de educação			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X

Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Propõe-se uma reflexão divertida e activa sobre a fase da pré-puberdade e a vivência da sexualidade nesta idade.
Conjunto de actividades adequadas à faixa etária referida.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família
Centro de Recursos em Conhecimento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família- CRC/SSR
apfportugal@mail.telepac.pt



1. Título (preencher)

Jogo Lúdico-Pedagógico «Vamos Lá Famílias» (desenvolvido no âmbito do projecto CONVIDAS financiado pela IC EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Parceria constituída pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, Câmara Municipal da Covilhã, Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco, União de Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, Universidade da Beira Interior e com revisão da (então) CIDM - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (sucédida, nas suas atribuições, pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género).

3. Entidade (preencher)

Ver contacto.

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	-----------------------	---------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X*	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	----	-------------	-------	-------	-------------	------------

* Trata-se de um tabuleiro e materiais associados (manual de utilização, cartões, fichas, etc.)

6. Editora (preencher)

Beira Serra – Associação de Desenvolvimento

7. Ano de produção

2004

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Todos (crianças com idade superior a 7 anos)
Formação de docentes			
Formação de outros grupos de profissionais de educação			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X	Nível etário	

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo

Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais): Conciliação vida familiar – vida profissional	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

O jogo «Vamos lá Família» mobiliza crianças e famílias, de forma lúdica e participativa, visando promover a mudança de mentalidades, no sentido de uma partilha equilibrada das responsabilidades entre homens e mulheres no seio da família, combatendo os estereótipos e a existência de papéis sociais, que já não encontram correspondência na realidade.

11. Disponível em:

O “Vamos Lá Famílias” é um jogo de mesa, constituído por 4 tabuleiros, cada um representando uma “família-tipo”, e abordando situações do seu quotidiano. Os jogadores e jogadoras têm que ultrapassar diversas provas que apelam à cooperação e à partilha. Está disponível, a pedido, junto da Beira Serra. Pode ser requisitado em <http://www.beiraserra.pt/>, através do botão “Publicações” .



12. Contacto

Beira Serra – Associação de Desenvolvimento Local
Tânia Araújo ou Marco Gabriel
Urbanização Quinta da Alâmpada, Lote 24, Loja Esq. – Boidobra
6200-250 Covilhã
Telef. 275322079 Fax 275 314156
Email: beira.serra@mail.telepac.pt



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

1. Título (preencher)

“Programa de Formação de Professores/as em Igualdade entre homens e Mulheres”
(concebido e realizado no âmbito do projecto Agir para a Igualdade, ao abrigo da IC EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Maria José Maurício

3. Entidade (preencher)

CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	X
------------	--------------------------	------------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	---	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

CGTP - IN

7. Ano de produção

2006

(assinalar com X)

8. Destina-se a:

(preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Todos os ciclos de ensino: jovens em idade escolar
Formação de docentes	X	Nível etário	
Formação de outros grupos de profissionais de educação			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	

Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Instrumento para formação presencial (30h creditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua do Ministério da Educação), com enfoque em matérias destinadas à mudança de comportamentos e atitudes, face ao enraizamento de estereótipos e das representações sobre os papéis e traços de sexo e de género inscritos na nossa matriz cultural.

11. Disponível em:

O Programa está disponível em papel e também on-line, em:
(<http://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/equal/For.professores.pdf>)

Tem como suporte didáctico a metodologia “Agir para a Igualdade nas Escolas”, composta por:

- Banda Desenhada de apoio às acções de sensibilização na área da Igualdade entre Mulheres e Homens (em papel);
- Banda Desenhada de apoio às acções de sensibilização na área da Igualdade entre Mulheres e Homens para completar (em papel);
- DVD de apoio às acções de sensibilização na área da igualdade entre mulheres e homens;
- Caderno temático (fichas de actividades pedagógicas);



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

- DVD como desenvolver acções positivas nas empresas e resultados do projecto;
- Perfil Profissional do/a Formador/a de Igualdade entre Mulheres e Homens;
- Guia de Direitos (em papel);
- Manual de Acções positivas e boas práticas (em papel)

Estes recursos estão disponíveis on-line em:

http://www.cgtp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=389&Itemid=207

12. Contacto

Maria Odete de Jesus Filipe
Rua Vitor Cordon, nº1
1249-102 LISBOA
e-mail: cgtp@cgtp.pt



1. Título (preencher)

“Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens – filmes pedagógicos: Colecção 1 – Uma Família “Normal”; Colecção 2 – Igualdade de Género no Mercado de Trabalho”

2. Autoria (preencher)

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE – (coordenação 2001)

3. Entidade (preencher)

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)		Kit (diferentes suportes)	X
------------	---	-----------------------	--	---------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito		Informático		Vídeo DVD	X	Áudio		Audiovisual	X	Multimédia	X
---------	--	-------------	--	-----------	---	-------	--	-------------	---	------------	---

6. Editora (preencher)

7. Ano de produção

Vídeo - Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	2001/2002
DVD - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE	2005

(assinalar com X)

8. Destina-se a:

(preencher)

Actividade com formandos/as	X		Ciclo de escolaridade	
Formação de formadores/as	X			
Formação de outros grupos de profissionais	X		Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	

Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	X
Linguagem	X
Orientação escolar, vocacional, profissional	X
Participação cívica	X
Participação política	X
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	X
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	X
Outra(s)	
Qual (Quais):	
• Violência de género • Desagregação do mercado de trabalho	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Conjunto de filmes pedagógicos para a formação em Igualdade de Homens e Mulheres, a constituir apoio ao Manual de Formação sobre a matéria atrás indicado e também editado pela CITE. Colecção 1: 8 filmes c/ duração entre 3:00 e 7:00. Colecção 2: 4 filmes c/ duração entre 9:00 e 16:00

11. Disponível em:

VHS, DVD e alguns filmes a partir do sítio da CITE www.cite.gov.pt

12. Contacto

Luísa Moreno lmoreno@cite.gov.pt
 CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego
 Av. da República, 44, 5º andar 1069-033 Lisboa
 Tel. 21 780 37 00
 E-mail: cite@cite.gov.pt
 Site: www.cite.gov.pt



1. Título (preencher)

Materiais Pedagógicos de Apoio ao/à Formador/a – Conciliação entre a vida familiar/pessoal e a actividade profissional (desenvolvidos no âmbito do projecto CONVIDAS, ao abrigo da IC EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Parceria constituída pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, Câmara Municipal da Covilhã, Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco, União de Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, Universidade da Beira Interior.

3. Entidade (preencher)

Ver contacto.

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)	X
------------	-----------------------	---------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimedia	X
---------	---	-------------	--	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	---

6. Editora (preencher)

7. Ano de produção

Beira Serra – Associação de Desenvolvimento	2004
---	------

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes			Ciclo de escolaridade	
Formação de docentes	X			
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	X
Qual (Quais): Conciliação vida familiar /pessoal e vida profissional	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Incentiva e facilita a abordagem da temática da igualdade de género e conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional em contextos educativos. Inclui proposta de Plano Curricular estruturada em 6 módulos, um conjunto de 28 fichas de actividade, com passo-a-passo para a respectiva realização e vários materiais de apoio (vídeos, imagens, textos).

11. Disponível em:

O produto está disponível junto das entidades de contacto. A versão papel, de fácil consulta e utilização, não contém alguns recursos adicionais (por ex. vídeos). A versão CD contém todos os recursos disponíveis. Pode ser utilizado quer em itinerários formativos de 40 horas, em pequenas sessões de sensibilização/informação com a duração de 30m a 1h e em sessões formativas de 1h30m. Recursos acessíveis on-line (no botão "Publicações")em: <http://www.beiraserra.pt/>, podendo ser aí requisitados.

12. Contacto

Beira Serra – Associação de Desenvolvimento Local
Tânia Araújo ou Marco Gabriel
Urbanização Quinta da Alâmpada, Lote 24, Loja Esq. – Boidobra
6200-250 Covilhã



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

Telef. 275322079 Fax 275 314156
Email: beira.serra@mail.telepac.pt

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Maria do Rosário Fidalgo
Av.^a da República, N.º 32 – 1º Esq
1050-193 LISBOA
Telef. 21 7983000 Fax 21 7983061
Email: rosario.fidalgo@cig.gov.pt



1. Título (preencher)

“Notai – Notas para a Igualdade: Kit Lúdico-Pedagógico para agentes de educativos”
(desenvolvido no âmbito do projecto EXITO ao abrigo da IC EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Parceria de Desenvolvimento do Projecto EXITO - Experimentar a Igualdade no Trabalho e nas Organizações

3. Entidade (preencher)

Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto		Colecção (um suporte)		Kit (diferentes suportes)	X
------------	--	--------------------------	--	------------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	---	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Parceria de Desenvolvimento do Projecto EXITO - Co-Financiada pelo FSE – Iniciativa Comunitária EQUAL

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a:

(preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Pré-escolar; 2º e 3º ciclos
Formação de docentes	X	Educadores(as) de Infância e docentes do 2º e 3º ciclos		Pré-escolar; 2º e 3º ciclos
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X	Psicólogos(as). Animadores(as) socioculturais	Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	

Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	x
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	x
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Kit Lúdico-Pedagógico para agentes educativos intervirem no âmbito da Igualdade de Oportunidades e da Diversificação Profissional que, de uma forma complementar aos programas curriculares existentes:

- permite atenuar visões estereotipadas sobre o género e as profissões;
- proporciona uma aproximação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho.

11. Disponível em:

Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

12. Contacto

Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro
 Maria Helena Carvalho Mendes
 Br. de Lordelo, Bl. 15 cave 4150-563 PORTO
 Tel: 226166910
 E-mail: adilo@iol.pt



1. Título (preencher)

Jogo de Cartas: Eu cresço

2. Autoria (preencher)

APF – Associação para o Planeamento da Família

3. Entidade (preencher)

APF – Associação para o Planeamento da Família

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

APF

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	2º/3º
Formação de docentes			
Formação de outros grupos de profissionais de educação		Nível etário	12-14 anos
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	X
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Material lúdico, de simples utilização, cujo objectivo é proporcionar o acesso a informação objectiva sobre saúde sexual e reprodutiva. Tem como destinatários raparigas e rapazes entre os 12 e os 14 anos e pode ser jogado em casa, na escola, nas actividades de tempos livres, com os pais, com os professores, etc. Os temas abordados neste jogo são: transformações na puberdade, reprodução, aparelhos reprodutores feminino e masculino, gravidez, desenvolvimento intra-uterino, parto e contracepção.

11. Disponível em:

APF – Associação para o Planeamento da Família

12. Contacto

APF – Associação para o Planeamento da Família
apfsede@apf.pt



1. Título (preencher)

“Um convite a olhar e a transformar o mundo”

2. Autoria (preencher)

CIDAC, Carla Cibebe, Casimiro Amado, Clara Rocha Santos, Isabel Ferin e Jochen Oppenheimer

3. Entidade (preencher)

CIDAC, no âmbito do Projecto de Educação para o Desenvolvimento “Conectando Mundos”.

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	-----------------------	---------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	x	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	---	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

CIDAC

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) 8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes		Ciclo de escolaridade	Todos
Formação de docentes	x	Nível etário	Todos
Formação de outros grupos de profissionais de educação			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação			

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Tratar-se de um Convite a olhar e a transformar o mundo que se dirige, em especial, a todos e todas quantos, no espaço da escola e da comunidade escolar, se revêem na urgência da promoção da Educação para a Cidadania Global.

Além de uma reflexão sobre o mundo em que vivemos (o que sabemos dele? é possível transformá-lo?), que sentido para a cidadania (a cidadania ensina-se), propomos um conjunto de estratégias que pretendem transformar profundamente as atitudes, os programas, as práticas e promover novas alianças e parcerias, dentro e fora da escola, com o intuito de introduzir a Educação para a Cidadania Global na escola.

Tendo concebido este texto como não acabado, pretendemos contar com a colaboração de educadores/as e professores/as que desejam partilhar de forma mais ampla as suas reflexões e experiências neste domínio.



Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania

11. Disponível em:

A versão on-line encontra-se no site do CIDAC www.cidac.pt
Poderá fazer a solicitação do documento impresso através do telefone 21 317 28 60

12. Contacto

e-mail: ed@cidac.pt
telefone: [213 172 860](tel:213172860)
fax: [213 172 870](tel:213172870)
morada: [Rua Pinheiro Chagas, 77, 2.º Esg., 1069-069 Lisboa](#)



1. Título (preencher)

“Kit Pedagógico Sem Fronteiras” (desenvolvido ao abrigo da IC EQUAL)

2. Autoria (preencher)

Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais

3. Entidade (preencher)

Ver contacto.

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto		Colecção (um suporte)		Kit (diferentes suportes)	X
------------	--	-----------------------	--	---------------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	X
---------	---	-------------	---	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	---

6. Editora (preencher)

Associação Terras Dentro

7. Ano de produção

2004

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	1º ciclo (dos 6 aos 10 anos)
Formação de docentes				
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	
Interculturalidade	X
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	
Qual (Quais):	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

O “Kit Pedagógico Sem Fronteiras” estimula e potencia atitudes positivas de reconhecimento e valorização da diferença, entre os mais novos. Foi concebido, envolvendo escolas, alunos, professores, pais e monitores, constituindo uma eficaz ferramenta de promoção de cidadania e da interculturalidade, no processo educativo formal e informal.

11. Disponível em:

O Kit Pedagógico Sem Fronteiras inclui (em suportes físicos – papel):

- um livro infantil: “No Jardim do Mundo – À Procura da Professorinha”
- dois jogos: “Jogo das Etiquetas” e “Quem Vem à Festa do Jardim Arco-Íris”
- um manual de actividades: “Jardim Arco-Íris”
- exposição itinerante de apresentação do Kit

Os materiais também estão disponíveis on-line, em: (www.kitsemfronteiras.net)

12. Contacto

Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais
Rua Rossio do Pinheiro,
7090-049 Alcáçovas
Tel. 266 948 070 /937 420 000
Fax. 266 948 071
e.mail: atd@terrasdentro.pt
www.kitsemfronteiras.net



1. Título (preencher)

“Tiago, Tiaguito: uma viagem pelo Comércio Justo”
“Comércio Justo: uma alternativa”

2. Autoria (preencher)

CIDAC e Mário Furtado

3. Entidade (preencher)

CIDAC

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	x	Informático	x	Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimédia	
---------	---	-------------	---	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Instituto Marquês de Valle Flôr

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	x		Ciclo de escolaridade	Todos
Formação de docentes	x			
Formação de outros grupos de profissionais de educação	x		Nível etário	10 aos 16 anos Professores e Educadores
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação				

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	X
Desenvolvimento	X
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	X
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	X
Literacia tecnológica	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Pequeno livro composto de duas partes. A primeira parte é uma história sobre um jovem que descobre o que é o Comércio Justo e que se junta com alguns amigos para promover e iniciar um Clube de Comércio Justo na sua escola. A segunda parte, mais formal, apresenta brevemente os princípios do Comércio Justo, os seus actores, a sua evolução e qual o nosso papel enquanto consumidores/as e cidadãos/cidadãs para um mundo mais justo.

11. Disponível em:

A versão on-line encontra-se no site do CIDAC www.cidac.pt
Poderá fazer a solicitação do documento impresso ao CIDAC ou ao Instituto Marquês Valle Flôr

12. Contacto

CIDAC: 213 172 860 IMVF: 213 256 300



1. Título (preencher)

“Perguntas e Respostas Sobre Orientação Sexual e Identidade de Género”

2. Autoria (preencher)

Rita Paulos da Silva (Ed.)

3. Entidade (preencher)

Rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
------------	---	-----------------------	---------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	X	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimedia
---------	---	-------------	---	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

rede ex aequo

7. Ano de produção

2005

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Básico e Secundário
Formação de docentes	X		Nível etário	
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X			
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	X
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	X
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s)	X
Qual: Orientação sexual e identidade de género	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Brochura desenvolvida para fazer frente à desinformação e discriminação ainda vigente no campo da Educação em Portugal em relação a este tema, que resultam na transmissão de informação incorrecta, preconceituosa e estereotipada, assim como num ambiente negativo para o dia-a-dia dos jovens LGBT ou com dúvidas, quer em casa ou na rua, mas especialmente no espaço escolar. O impacto deste tipo de contexto é em muitos destes jovens a depressão ou a ideação e tentativa de suicídio, entre outras situações negativas tal como agressões verbais ou até mesmo físicas e perseguições da parte de elementos da comunidade educativa. Estas situações só podem ser contrariadas através da criação de ambientes positivos, abertos e tolerantes em relação às pessoas LGBT e de uma educação para a cidadania e os direitos humanos no campo da orientação sexual e identidade de género.

11. Disponível em:

Rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes

<http://www.ex-aequo.web.pt/projectoeducacao.html>

12. Contacto

e-mail: redex@ex-aequo.web.pt

site: <http://www.ex-aequo.web.pt>



1. Título (preencher)

“TAX BEM! – o jogo da educação fiscal”

2. Autoria (preencher)

Lupa Design (concepção e design) e Grupo de Trabalho de Educação Fiscal

3. Entidade (preencher)

Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – Direcção–Geral dos Impostos (Coordenador: Dr. João Paiva Boléo)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto	Colecção (um suporte)	Kit (jogo didáctico)	X
------------	-----------------------	----------------------	---

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático		Vídeo		Áudio		Audiovisual		Multimedia	
---------	---	-------------	--	-------	--	-------	--	-------------	--	------------	--

6. Editora (preencher)

Direcção –Geral dos Impostos

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X)

8. Destina-se a: (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	> de 12 anos
Formação de docentes	X	Nível etário > de 12	
Formação de outros grupos de profissionais de educação	X		
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	X
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	

Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	X
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	X
Outra(s) Deveres de cidadania - fiscalidade	X
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

11. Disponível em:

12. Contacto



1. Título (preencher)

“Era uma vez no Planeta do Respeito por Todos”

2. Autoria (preencher)

Ferrão, Luis (texto); Bengala, Bruno (desenhos)

3. Entidade (preencher)

Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – Direcção –Geral dos Impostos
(Coordenador: Dr. João Paiva Boléo)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto (Conto ilustrado)	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
---------------------------------	---	--------------------------	------------------------------

5. Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6. Editora (preencher)

Direcção-Geral dos Impostos

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X		Ciclo de escolaridade	Ensino Básico
Formação de docentes				
Formação de outros grupos de profissionais de educação			Nível etário < de 12	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X			

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	

Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	
Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s) Deveres de cidadania - fiscalidade	X
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Pequena história de ficção científica que, recorrendo a um grafismo e linguagem próximos dos jogos de consola, pretende atrair as crianças para a importância, necessidade e vantagem de pertencer participando e participar contribuindo.

Moral da história: Não há receber sem dar. Se todos derem de acordo com as suas possibilidades todos poderão receber de acordo com as suas necessidades.

11. Disponível em:

De distribuição gratuita. De momento, está a proceder-se ao envio para todas as Escolas do Ensino Básico.

Acompanha, também, a Exposição itinerante "Educação Fiscal", sendo distribuído aos participantes em visitas de estudo organizadas pelas escolas.

12. Contacto

jpboleo@dgci.min-financas.pt ; lferrao@dgci.min-financas.pt ;
antmansantos@dgci.min-financas.pt



1. Título (preencher)

“Os pesadelos fiscais de Porfírio Zap”

2. Autoria (preencher)

Fernandes, José Carlos (texto e desenho)

3. Entidade (preencher)

Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – Direcção –Geral dos Impostos
(Coordenador: Dr. João Paiva Boléo)

4. Apresentação (assinalar com X)

Um Produto (Banda Desenhada)	X	Colecção (um suporte)	Kit (diferentes suportes)
---------------------------------	---	--------------------------	------------------------------

5.Suporte (assinalar com X)

Escrito	X	Informático	Vídeo	Áudio	Audiovisual	Multimédia
---------	---	-------------	-------	-------	-------------	------------

6.Editora (preencher)

Direcção-Geral dos Impostos

7. Ano de produção

2007

(assinalar com X) **8. Destina-se a:** (preencher)

Actividade com discentes	X	Ciclo de escolaridade	Secundário
Formação de docentes			
Formação de outros grupos de profissionais de educação		Nível etário > de 12	
Pais e Mães, Encarregadas/os de Educação	X		

9. Área(s) / Tema(s) (assinalar com X)

Associativismo	
Comportamentos de risco	
Consumo	
Desenvolvimento	
Desporto / Educação Física	
Direitos Humanos	X
Educação sexual	
Estrutura política e organizativa do País e da União Europeia	
Igualdade de Género	

Interculturalidade	
Práticas de Liderança	
Linguagem	
Orientação escolar, vocacional, profissional	
Participação cívica	X
Participação política	
Situações de deficiência	
Circulação e prevenção rodoviária	
Resposta a situações de emergência	
Saúde	
Tarefas do cuidado	
Voluntariado	
Literacia tecnológica	
Lazer	
Outra(s) Deveres de cidadania - fiscalidade	X
Qual:	

10. Breve Descrição (preencher - máximo 300 caracteres)

Livro de Banda Desenhada em que, fazendo uso de uma linguagem escrita e gráfica mais adulta (adequada a uma faixa etária a partir dos 12 anos) se pretende passar a mensagem da importância da necessidade do cumprimento, por todos, das suas obrigações fiscais.

Usando o artifício do sonho, o autor leva-nos a encarar o que seria a realidade vivida numa sociedade em que o cumprimento de obrigações fiscais não fosse a regra.

Moral da história: Não há receber sem dar. Se todos derem de acordo com as suas possibilidades todos poderão receber de acordo com as suas necessidades.

11. Disponível em:

De distribuição gratuita. De momento, está a proceder-se ao envio para todas as Escolas do Ensino Secundário.

Acompanha, também, a Exposição itinerante “Educação Fiscal”, sendo distribuído aos participantes em visitas de estudo organizadas pelas escolas.

12. Contacto

jpboleo@dgci.min-financas.pt ; lferrao@dgci.min-financas.pt ;
antmansantos@dgci.min-financas.pt

Anexo VI

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS PARTICULARMENTE RELEVANTES NO DOMÍNIO DA CIDADANIA

- o Declaração Universal dos Direitos Humanos - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>
- o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>
- o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais – <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-psocial.html>
- o Declaração e Programa de Acção de Viena – 1993 - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>
- o Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dm-conv-edcmulheres.html>
- o Convenção sobre os Direitos da Criança - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-conv-sobre-dc.html>
- o Pessoas com Deficiências - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/o-unicef659-667.html>
- o Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências - <http://www2.ohchr.org/english/law/disabilities-convention.htm>
- o Princípios das nações Unidas para as Pessoas Idosas - <http://www2.ohchr.org/english/law/olderpersons.htm>
- o Convenção de Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais - <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/005.htm>
- o Carta Social Europeia - http://www.coe.int/T/E/Human_Rights/Esc/
- o Direito Europeu da Não Discriminação - http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/index_en.htm
- o O Ano Europeu da Igualdade para Todas as Pessoas - www.igualdades2007.com
- o Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - <http://www.europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l33501.htm>
- o Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – <http://www.un.org/millenniumgoals/>
- o Relatório do Desenvolvimento Humano sobre Liberdade Cultural - <http://hdr.undp.org/reports/global/2004/>
- o Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho – http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/html/portugal_rel_global_07_pt.htm
- o Recomendação sobre a Educação para a Compreensão Internacional, Cooperação e Paz e Educação sobre os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais (UNESCO) – http://portal.unesco.org/unesco/ev.php?URL_ID=13088&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201&reload=1160596692



- o Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (UNESCO) - http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=2977&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- o Declaração da UNESCO sobre uma Cultura de Paz - <http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/2000.htm>
- o Declaração de Sevilha sobre Violência – UNESCO - <http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/index.html>
- o Indicadores de Qualidade para a Cidadania Democrática nas Escolas - http://portal.unesco.org/education/admin/ev.php?URL_ID=42078&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201
- o Declaração sobre o Diálogo Intercultural e a Prevenção de Conflitos (Conselho da Europa) - http://www.coe.int/t/e/cultural_co-operation/culture/action/dialogue/b_ministerial%20meetings.asp#TopOfPage
- o Ano Europeu do Diálogo Intercultural – http://ec.europa.eu/culture/portal/events/current/dialogue2008_en.htm
- o Cidadania da União Europeia - http://ec.europa.eu/justice_home/fsj/citizenship/fsj_citizenship_intro_en.htm
- o Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores dos Direitos Humanos) - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/o-defensores-dh.html>
- o A Cidadania Global:
 - o http://www.coe.int/T/E/North-South_Centre/
 - o <http://www.coe.int/T/E/Com/Files/Themes/ECD/>
 - o http://www.coe.int/t/e/human_rights/equality/10_conference-seminars/1_ministerial_conferences/100_MEG-4.asp#TopOfPage